

A CAMINHADA CRISTÃ NA HISTÓRIA



A BÍBLIA, A IGREJA E
A SOCIEDADE ONTEM E HOJE



ALDERI SOUZA DE MATOS



Conhecer a história da igreja é conhecer as origens, as raízes e a identidade dos cristãos. Essa história é a narrativa e a interpretação da caminhada da comunidade cristã ao longo dos séculos.

Escrito a partir de um compromisso com as Escrituras, com a fé cristã histórica e com a tradição protestante e reformada, **A Caminhada Cristã na História** leva o leitor a uma melhor compreensão do mundo e da igreja de hoje. Mostra como a igreja tem se comportado diante das oportunidades e das crises, bem como aponta novos caminhos e desafios para os cristãos atuais.

- TEOLOGIA
- ESPIRITUALIDADE
- MISSÕES
- ÉTICA
- IGREJA
- SOCIEDADE



Editora Ultimato

ISBN 85-86539-84-8



9 788586 539848

A Caminhada Cristã na História é dividido em cinco partes. A primeira aborda o conceito de igreja e temas ligados à liderança eclesial: ministério cristão, papado e celibato clerical. A segunda trabalha questões tipicamente teológicas, como o significado das Escrituras, o fim dos tempos, a posição cristã quanto à reencarnação, entre outras. A terceira parte analisa a espiritualidade cristã em questões como as representações de Cristo na arte sacra e o fenômeno dos avivamentos. Missões é o tema da quarta parte, aí se incluindo a expansão da igreja, a relação entre imigração e evangelização, missões católicas e protestantes e a experiência dos irmãos morávios. As questões éticas abordadas na quinta parte incluem a responsabilidade social, a família na visão dos reformadores e a questão ecológica. A última parte, referente a cristianismo e sociedade, trata da interação entre cristãos e muçulmanos, religião e política e os desafios enfrentados pelos universitários cristãos.

Cada capítulo apresenta ainda perguntas para reflexão pessoal ou discussão em grupo, além de sugestões bibliográficas.



ALDERI SOUZA DE MATOS é pastor presbiteriano e professor no Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper, em São Paulo. É bacharel em teologia, filosofia e direito, mestre em Novo Testamento (S.T.M.) e doutor em História da Igreja (Th.D.). É também o historiador da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A
CAMINHADA
CRISTÃ NA
HISTÓRIA

A BÍBLIA, A IGREJA E
A SOCIEDADE ONTEM E HOJE

ALDERI SOUZA DE MATOS

A
CAMINHADA
CRISTÃ NA
HISTÓRIA

A BÍBLIA, A IGREJA E
A SOCIEDADE ONTEM E HOJE



Editora Ultimato

Copyright © 2005, Alderi Souza de Matos

Primeira Edição: Julho de 2005

Revisão de provas: Bernadete Ribeiro e Daniela Cabral

Diagramação: B. J. Carvalho

Capa: Magno Paganelli



PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO
E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

EDITORA ULTIMATO LTDA.
Caixa Postal 43
36570-000 Viçosa, MG
Telefone: 31 3891-3149 — Fax: 31 3891-1557
E-mail: ultimato@ultimato.com.br
www.ultimato.com.br

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

M433c
2005 Matos, Alderi Souza de, 1952-
A caminhada cristã na história : A Bíblia, a igreja e a sociedade
ontem e hoje / Alderi Souza de Matos. – Viçosa, MG : Ultimato,
2005.
256p. ; 21cm.
Inclui bibliografia e índice
ISBN 85-86539-84-8
1. Cristianismo. 2. História eclesiástica. I. Título.

CDD 22.ed. 270

*Seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo
naquele que é o cabeça, Cristo.*

Apóstolo Paulo,
Epístola aos Efésios, 4.15

Sumário

Prefácio	11
----------------	----

I – Igreja

1. Vós Sois Corpo de Cristo:	17
<i>Reflexões Histórico-Teológicas Sobre a Igreja Cristã</i>	
2. Pastoreia as Minhas Ovelhas:	25
<i>O Ministério Cristão em Perspectiva Histórica</i>	
3. O Papado:	33
<i>Sua Origem, Evolução Histórica e Significado Atual</i>	
4. Eunucos Por Causa do Reino dos Céus:	49
<i>Reflexões sobre o Celibato Clerical à Luz da História da Igreja</i>	

II – Teologia

5. Fé e Dogma:	59
<i>As Controvérsias Cristológicas da Igreja Antiga</i>	
6. Sola Scriptura:	67
<i>A Centralidade da Bíblia na Experiência Protestante</i>	
7. Até que ele Venha:	75
<i>A Expectativa do Fim na História do Cristianismo</i>	
8. Quem Dizeis que Eu Sou?	89
<i>Perspectivas sobre Jesus Cristo no Decorrer da História</i>	
9. Creio na Ressurreição do Corpo:	97
<i>Os Primeiros Cristãos e a Reencarnação</i>	

III – Espiritualidade

10. Visões de Jesus Cristo: 107
Teologia e Arte Através da História
11. Os Átrios do Senhor: 115
O Significado dos Templos Cristãos no Decorrer dos Séculos
12. Zelo sem Entendimento: 123
Os Problemas do Entusiasmo Religioso na História do Cristianismo
13. Aviva, Senhor, a tua Obra: 131
Os Grandes Despertamentos Norte-Americanos

IV – Missões

14. A Toda Tribo, Povo, Língua e Nação: 141
O Crescimento da Igreja Através dos Séculos
15. Estrangeiros e Peregrinos sobre a Terra: 149
A Imigração e a Evangelização na História Missionária da Igreja
16. Alarga o Espaço da tua Tenda: 157
Missões Católicas e Protestantes a Partir do Século 16
17. A Tua Palavra é a Verdade: 165
A Saga dos Irmãos Morávios

V – Ética

18. Fazei o Bem a Todos: 177
Os Cristãos e a Responsabilidade Social
19. Não por Força nem por Violência: 185
Atitudes dos Cristãos em Relação à Guerra no Decorrer da História
20. Herdeiros da Mesma Graça de Vida: 193
A Família na Experiência dos Reformadores
21. A Homossexualidade no Ocidente: 201
Uma Perspectiva Histórica

22. O Gêmito da Criação:	207
--------------------------------	-----

Os Cristãos e a Questão Ecológica

VI – Cristianismo e Sociedade

23. Cristãos e Muçulmanos:	215
----------------------------------	-----

Uma Longa História de Conflitos

24. Polônia:	225
--------------------	-----

Religião e Política na Encruzilhada da Europa

25. O Reino, o Poder e a Glória:	233
--	-----

As Igrejas Evangélicas Alemãs e o Regime Nazista

26. Carta a um Universitário Cristão	243
--	-----

Bibliografia Adicional	251
------------------------------	-----

Índice de Personagens	253
-----------------------------	-----



Mazinho Rodrigues!

Um Instrumento Escolhido... At 9.15.

Prefácio

ESTE LIVRO REÚNE uma série de artigos sobre temas históricos publicados na revista *Ultimato* entre o final do ano 2000 e o início de 2005. Os textos sofreram modificações e foram agrupados em torno de seis grandes tópicos: igreja, teologia, espiritualidade, missões, ética e cristianismo e sociedade. Visando tornar o material mais prático e relevante para os leitores, no final de cada capítulo foi acrescentado um questionário para reflexão pessoal ou discussão em grupo, bem como algumas sugestões bibliográficas para estudo adicional. Além disso, no final do livro consta uma relação de obras gerais de história da igreja disponíveis em português e um índice de personagens. Exceto onde indicado de outra maneira, o texto bíblico utilizado é a versão Almeida Revista e Atualizada, da Sociedade Bíblica do Brasil.

O assunto geral do livro é a história do cristianismo. O autor entende que essa é uma área muito importante, mas muito negligenciada por um grande número de cristãos. A história da igreja é valiosa sob muitos aspectos. Em primeiro lugar, é a narrativa e a interpretação da caminhada da comunidade cristã no mundo ao longo dos séculos. Conhecer a história da igreja dá aos cristãos um senso das suas origens, das suas raízes, da sua identidade, do fato de que são herdeiros de muitas gerações de irmãos que os precederam na fé. Além disso, essa história é valiosa por mostrar como a igreja tem se comportado, positiva ou negativamente, diante das oportunidades e desafios com que tem se defrontado, o que pode servir de inspiração ou advertência para os cristãos atuais em suas próprias experiências. Adicionalmente, a história cristã é uma rica fonte de informações sobre os mais variados aspectos da vida, convicções, práticas e atividades da igreja.

A primeira parte começa abordando o próprio conceito de igreja, para em seguida tratar de alguns temas ligados à liderança eclesiástica: o significado do ministério cristão, a instituição do papado e o celibato clerical. A segunda parte volta-se para questões tipicamente teológicas ou doutrinárias como os antigos debates cristológicos, o significado das Escrituras, o final dos tempos, as diferentes concepções acerca de Cristo e a posição cristã quanto à reencarnação. A terceira parte analisa alguns pontos ligados à espiritualidade cristã, a saber, as representações de Cristo na arte sacra, o significado dos espaços sagrados, a questão do entusiasmo religioso e o fenômeno dos avivamentos. O tema das missões é tratado na quarta parte, aí se incluindo a expansão geográfica da igreja, a relação entre imigração e evangelização, missões católicas e protestantes e a experiência dos irmãos morávios. As questões éticas abordadas na quinta parte incluem a responsabilidade social, atitudes em relação à guerra, a família na visão dos reformadores, a homossexualidade

e a questão ecológica. A última parte, referente a cristianismo e sociedade, trata da interação entre cristãos e muçulmanos, religião e política em dois países europeus (a Polônia do século 16 e a Alemanha nazista) e os desafios enfrentados pelos universitários cristãos.

Os textos têm uma linguagem fácil, clara e objetiva, buscando despertar o interesse dos leitores não especialistas por alguns tópicos representativos dentre os muitos que compõem a história da igreja. O autor não pretende ser neutro, mas escreve a partir de um compromisso com a Escritura, com a fé cristã histórica e com a tradição protestante e reformada. Todavia, nos assuntos que envolvem divergências entre as diversas correntes do cristianismo, procurou-se evitar a polêmica e mostrar de maneira serena as diferentes posições abraçadas. Os textos visam despertar os leitores para uma consciência mais vívida do valor da história, objetivando a melhor compreensão do mundo e da igreja de hoje. Vale lembrar que, bem ou mal, essa história continua sendo escrita pelos cristãos atuais. Espera-se que, inspirados pelo que há de mais edificante e nobre na história da igreja, os seus herdeiros possam agir de maneiras que engrandecam a Deus e dignifiquem a vida humana.

Alderi Souza de Matos
Junho de 2005

I – IGREJA

Capítulo 1

VÓS SOIS CORPO DE CRISTO

REFLEXÕES HISTÓRICO-TEOLÓGICAS SOBRE A IGREJA CRISTÃ

AO SE ESTUDAR a história do cristianismo, é importante refletir em primeiro lugar sobre o que é a igreja cristã, qual o seu significado, sua natureza e seus limites. O Novo Testamento grego usa a palavra *ekklesia* no singular e no plural, ou seja, tanto para referir-se a uma comunidade cristã específica – uma igreja local (Mt 18.17; At 8.1; 14.23; Rm 16.5; 1 Co 1.2; 4.17; Fp 4.15; Cl 4.15,16; Ap 2.1), quanto a um conjunto dessas comunidades, geralmente localizadas em uma determinada região (At 15.41; Rm 16.4,16; 1 Co 7.17; 2 Co 8.1; Gl 1.22; 1 Ts 2.14; 2 Ts 1.4; Ap 1.4). Mais intrigante, e certamente mais complexo, é o uso do termo no singular, porém com um significado coletivo, isto é, com referência a uma realidade mais ampla e mais profunda, como é o caso da passagem clássica de Mateus 16.18 (“... sobre esta pedra edificarei a minha igreja”). Esse uso teologicamente mais denso do termo também pode ser visto em textos como Atos 20.28 e em várias passagens das epístolas aos Efésios e aos Colossenses (Ef 1.22,23; 3.10,21; 5.23-32; Cl 1.18,24).

Mas o que é afinal “a igreja” nesse sentido mais abrangente e mais profundo? O Novo Testamento parece dar uma dupla resposta a essa pergunta. Por um lado, ela é uma realidade espiritual e mística, o corpo de Cristo, e como tal é invisível aos olhos humanos. Trata-se do conjunto dos verdadeiros crentes, passados, presentes e futuros, daqueles que pertencem a Cristo e o reconhecem explicitamente como Salvador e Senhor, onde quer que se encontrem (Ef 1.23; 2.16; 4.4,12,16; Cl 1.18,24; 2.17,19; 3.15). Por outro lado, em um sentido mais concreto e palpável, esse corpo é o conjunto visível daqueles que professam a fé cristã e se reúnem em comunidades (Rm 12.4,5; 1 Co 10.17; 12.12-27; Ef 3.6; 5.30). Nesta segunda acepção, o Novo Testamento utiliza várias outras figuras para designar a igreja: povo de Deus, família, edifício, rebanho, lavoura de Deus, etc. Em nenhum desses dois aspectos neotestamentários o termo “igreja” se refere a uma estrutura, a uma organização, mas é sempre uma realidade invisível, o corpo místico, ou visível, o conjunto dos fiéis.

A igreja institucional

Em contraste com o período apostólico, no final do primeiro século e início do segundo começou a surgir a idéia de que a igreja é uma instituição e de que essa instituição consiste essencialmente no colegiado de seus líderes. Esse foi um período ao mesmo tempo fértil e conflitivo para o cristianismo, uma época em que os cristãos precisaram definir com mais clareza a sua identidade diante de múltiplos desafios externos e internos com que se defrontavam. Entre os desafios externos estavam as perseguições movidas pela sociedade e pelo estado romano, bem como as críticas simplistas ou sofisticadas feitas pelo mundo pagão. O principal desafio interno consistiu no surgimento de interpretações distintas e por vezes divergentes da fé cristã. Isso significa que o movimento cristão não era uniforme ou

homogêneo, mas caracterizava-se por uma grande diversidade de convicções e práticas.

Diante da existência de grupos dissidentes como docetistas, gnósticos, marcionitas, montanistas e outros, logo surgiu a questão: Onde está a igreja verdadeira e como identificá-la? A resposta foi o que se convencionou chamar de “igreja católica”, expressão essa que surge pela primeira vez na literatura conhecida numa carta do bispo Inácio de Antioquia datada aproximadamente do ano 110. A “igreja católica” passou a ser uma designação da igreja majoritária, do cristianismo normativo e ortodoxo, fiel aos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos, em contraste com os movimentos alternativos, considerados falsos ou heréticos. Essa “igreja católica” do segundo século caracterizava-se por três elementos essenciais de unidade e estabilidade: a aceitação de um conjunto de livros tidos como divinamente inspirados (as Escrituras Hebraicas e o cânon do Novo Testamento), a declaração formal dos pontos centrais da fé cristã (o credo, geralmente em forma trinitária) e especialmente a concentração da autoridade nas mãos de um único líder em cada igreja local (o bispo monárquico). Associado a isso, surgiu o conceito de sucessão apostólica.

O bispo, considerado o sucessor direto dos apóstolos, passou a ser visto como o guardião tanto da unidade quanto da ortodoxia da igreja. A igreja estava presente onde o bispo, o representante de Cristo, estivesse presente. E o conjunto de todos os bispos constituía a igreja no sentido mais amplo. Quem estivesse em comunhão com os bispos estava na igreja; quem não estivesse em comunhão com os bispos, estava fora da igreja. A partir daí, a identificação da igreja com a hierarquia eclesiástica passou a ser cada vez mais acentuada, como se pode observar nos escritos de Cipriano de Cartago, um destacado líder cristão que viveu no norte da África no século terceiro.

Igrejas dissidentes

Uma situação particularmente interessante surgiu no quarto século, no contexto da última grande perseguição movida contra os cristãos pelo Império Romano ocidental. A partir do ano 303, o imperador Diocleciano e depois dele o seu sucessor Galério tentaram eliminar o cristianismo. Uma das medidas adotadas para tal foi a destruição de cópias das Escrituras. Os ministros cristãos eram pressionados a entregar os manuscritos bíblicos, e aqueles que o fizeram ficaram conhecidos como “traditores” (literalmente “entregadores” e, por extensão, “traidores”). Acontece que, numa eleição episcopal realizada no norte da África, um dos bispos consagrantes do bispo eleito foi acusado de ser um “trai-tor”. Isso deu início ao chamado cisma donatista (de Donato, um dos líderes do cisma), um movimento perfeccionista que resultou em uma igreja separada da igreja católica, e paralela a esta. Na região da Numídia havia, nas mesmas cidades, igrejas católicas e donatistas lado a lado. Foi somente no início do quinto século que o cisma donatista foi eliminado mediante intervenção estatal, medida essa apoiada pelo grande bispo e teólogo Agostinho. Em suma, considerou-se que a igreja donatista não era uma igreja verdadeira, não merecia o nome de igreja.

A partir de então, a Igreja Católica, agora poderosa e aliada do Estado, passou a combater sistematicamente qualquer dissidência religiosa. A igreja tornou-se uma organização cada vez mais coesa, monolítica, centralizada no clero e especialmente na figura do bispo de Roma, elevado à condição de líder supremo, o papa. Surgiu gradativamente, ao longo da Idade Média, o conceito de cristandade, a visão de uma sociedade unificada tanto política quanto religiosamente, tendo no seu topo as figuras dos reis e dos bispos, do imperador e do papa. Aqueles que ousassem divergir eram duramente reprimidos, como aconteceu com os cátaros, uma seita sincrética do sul da França, que foi eliminada em grande parte através de uma série de cruzadas no início

do século 13. Foi nesse período que se formalizou a punição dos hereges com a criação da Inquisição papal ou Santo Ofício.

Se os cátaros dificilmente poderiam ser considerados seguidores do cristianismo histórico, em face das suas convicções gnósticas e maniqueístas, tal não se poderia dizer de outro movimento francês do século 12, os valdenses (do nome do líder inicial, Pedro Valdès), inicialmente conhecidos como os “homens pobres de Lião”. Caracterizados pelo seu apego às Escrituras e por um estilo de vida simples, os valdenses foram igualmente reprimidos, somente sobrevivendo por terem se refugiado em alguns vales remotos dos Alpes no norte da Itália. O mesmo se pode dizer do movimento iniciado pelo sacerdote inglês João Wyclif e seus seguidores, os lolardos, no final do século 14. A crítica da igreja medieval com base nas Escrituras, empreendida por Wyclif, encontrou eco em um sacerdote checo, João Hus, que acabou morto na fogueira pelo Concílio de Constança, em 1415. Seus seguidores, os hussitas ou irmãos boêmios, mais tarde conhecidos como irmãos morávios, constituíram um movimento extremamente equilibrado, bíblico e cristocêntrico, embora estivessem excluídos da igreja oficial. Com o advento da Reforma Protestante, tanto os valdenses quanto os irmãos morávios abraçaram o protestantismo, sendo, portanto, igrejas evangélicas anteriores à Reforma. Todos esses grupos tiveram-lhes negado o status de igrejas, embora certamente o merecessem.

A perspectiva protestante

A Reforma Protestante foi, entre outras coisas, o questionamento da noção de que uma determinada tradição cristã tem o direito exclusivo ao título de igreja. Antes, os reformadores afirmaram que, onde quer que o povo de Deus se reúna para ouvir a pregação fiel das Escrituras e receber a ministração dos sacramentos bíblicos aí está presente a igreja. Com essa nova

mentalidade, o protestantismo abriu as portas para a diversidade dentro do cristianismo. Como a igreja não se reduz a instituições ou estruturas eclesiais, os protestantes aceitaram com relativa facilidade a existência de diferentes ramos no seu movimento: inicialmente luteranos, calvinistas, anabatistas e anglicanos; posteriormente, batistas, congregacionais, metodistas e muitos outros. Além disso, na cosmovisão protestante não existe a distinção entre clero e leigos – todos são “leigos” (do grego *laós*, ou seja, “povo”, o povo de Deus) – e sacerdotes ao mesmo tempo (ver 1Pedro 2.9-10). Antes de ser a “mãe dos fiéis”, a igreja é a “comunhão dos santos”.

Ainda que as divisões protestantes tenham seus aspectos tristes e condenáveis, elas implicam no reconhecimento tácito de que nenhum grupo pode arrogar para si o direito de ser a manifestação plena e exclusiva da igreja de Cristo. Nenhuma igreja evangélica, por mais bíblica que se considere, pode, em sua consciência, considerar-se “a igreja”, à exclusão de todas as demais. Existem muitas “igrejas”, no sentido de agremiações cristãs, mas uma só “igreja”, no sentido mais pleno da palavra, o corpo espiritual e invisível de Cristo ou o conjunto de todos os verdadeiros seguidores de Cristo, que inclui pessoas de todas as igrejas, sejam elas protestantes, católicas ou ortodoxas, e até mesmo indivíduos que, por algumas razões excepcionais, não estão filiados a nenhuma denominação cristã. Somente Cristo conhece os que são seus.

Acontecimentos recentes

Diante de tudo isto, é estranho que alguns dirigentes cristãos continuem insistindo na tese de que a sua agremiação religiosa é “a igreja” por excelência, ou, pior ainda, que uma determinada estrutura eclesial pode ser assim considerada. Até mesmo nos meios protestantes isso tem ocorrido, quando certos líderes eclesiais, referindo-se a grupos que adotam uma postura de

discordância ou oposição a uma cúpula dirigente, dizem que os mesmos estão rebelados contra a igreja e contra Deus, ficando sujeitos aos castigos divinos. Essa postura revela um lamentável equívoco quanto ao conceito bíblico e evangélico do que é de fato a igreja em sua expressão mais elevada – não é a denominação, a estrutura, a instituição humana –, e muito menos a sua liderança. Essas realidades são importantes e a Escritura ensina a obediência aos líderes da igreja, na medida em que se mantenham fiéis à própria Escritura. Contudo, não se deve perder de vista o que é mais essencial: a igreja como o corpo de Cristo ou o povo de Deus, que se reúne para adorá-lo e se dispersa para servi-lo e dar testemunho dele diante do mundo.

No ano 2000, protestantes do mundo inteiro ficaram surpresos com uma declaração oficial emitida pelo Vaticano afirmando ser a Igreja Católica Romana a única igreja verdadeira. O cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, agora o papa Bento XVI, condenou a aplicação da expressão “igrejas irmãs” às igrejas protestantes (elas seriam somente “comunidades eclesiais”) e o documento *Dominus Iesus* declarou que as igrejas que não possuem um “episcopado válido e a substância integral e genuína do mistério eucarístico não são igrejas no sentido apropriado”. Líderes eclesiásticos de todos os matizes teológicos fizeram ouvir o seu protesto, mostrando que alguns temas teológicos controvertidos do século 16 continuam relevantes no início do terceiro milênio. Para os herdeiros da Reforma a questão é clara: a igreja invisível é uma realidade que somente Deus conhece; já a igreja visível é, acima de tudo, o povo de Deus, o conjunto dos fiéis, onde quer que se encontrem. Nas palavras do apóstolo dos gentios aos coríntios e a nós: “Vós sois corpo de Cristo e, individualmente, membros desse corpo” (1Co 12.27).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. À luz do Novo Testamento, o que é essencialmente a igreja?
 2. A igreja institucional é necessariamente má? Quais são os seus aspectos positivos e negativos?
 3. À luz do ensino bíblico, é válida a distinção entre clero e leigos?
 4. Todo grupo pretensamente cristão tem direito ao título de igreja? Quais os elementos mínimos que caracterizam uma genuína igreja cristã?
 5. Os líderes da igreja devem ser obedecidos sempre e incondicionalmente?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNNER, Emil. *O equívoco sobre a igreja*. São Paulo: Editora Novo Século, 2000.
- CAVALCANTI, Robinson. *A igreja, o país e o mundo: desafios a uma fé engajada*. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2001.
- CLOWNEY, Edmund. *A igreja. Série Teologia Cristã*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2005.
- GETZ, Gene. *A igreja: forma e essência: o corpo de Cristo pelos ângulos das Escrituras, da história e da cultura*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1994.
- KITTEL, Gerhard (Ed.). *A igreja no Novo Testamento*. São Paulo: ASTE, 1965.
- LLOYD-JONES, D. Martyn. *Que é a igreja?* São Paulo: PES - Publicações Evangélicas Seleccionadas, s/d.
- STEDMAN, Ray C. *Igreja: corpo vivo de Cristo*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1991.
-

Capítulo 2

PASTOREIA AS MINHAS OVELHAS

O MINISTÉRIO CRISTÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A MAIOR PARTE dos ministros cristãos provavelmente realizam o seu trabalho pastoral com dedicação, zelo e integridade. Todavia, nos últimos anos, os meios de comunicação vêm noticiando com frequência preocupante muitos casos de pastores e sacerdotes que têm sido infiéis no exercício de seu elevado encargo, envolvendo-se com delitos sexuais, desonestidade financeira e abuso de autoridade, entre outras situações negativas. Muitas vezes, esses problemas têm trazido ruína para a vida pessoal dos envolvidos, vergonha para as suas congregações e descrédito para a igreja e para o evangelho. Em outros casos, tem prevalecido uma concepção excessivamente profissional e pragmática dessa nobre tarefa, ao invés de um profundo senso de vocação e serviço altruísta. Essas duras realidades tornam oportuna e necessária uma reflexão bíblica e histórica acerca do ministério cristão.

O ensinamento bíblico

A Escritura ensina que Deus é o supremo dirigente e orientador do seu povo. Algumas passagens significativas que apontam para isso são Gn 49.24; Sl 23.1-4; 80.1; 100.3 e Is 40.10-11. A mesma verdade é afirmada a respeito do Messias, o Cristo (ver Mq 5.4; Mt 2.6; Jo 10.11-16; Hb 13.20; 1 Pe 2.25; 5.4; Ap 7.17). Um exame desses textos mostrará que o termo mais usado é “pastor”: Deus ou Cristo é o supremo pastor do seu povo, estando incluídos nesse conceito as idéias de sustento, proteção, direção e disciplina, entre outras. Ao mesmo tempo, a Bíblia mostra que Deus houve por bem nomear representantes humanos para exercerem liderança e assistência espiritual no meio do seu povo. No período da antiga aliança esses líderes foram principalmente os reis, juízes, sacerdotes e profetas. Na nova dispensação, Cristo entregou a sua igreja aos cuidados dos apóstolos e dos presbíteros ou bispos.

Assim como acontece com Deus Pai e Jesus Cristo, também no caso dos líderes humanos uma das figuras que melhor descrevem as suas funções e responsabilidades é a do pastoreio das ovelhas (ver Jo 21.15-17; At 20.28; Ef 4.11; 1 Pe 5.2). No Antigo Testamento, o grande protótipo do pastor é o rei Davi (2 Sm 5.2; Sl 78.70-72; Ez 34.23) e no Novo Testamento, além de Jesus, destaca-se o apóstolo Paulo (At 20.18-35; 2 Co 6.4-13; 1 Ts 2.1-12). Embora a palavra “pastor” (*poimen*) seja aplicada apenas uma vez aos ministros cristãos, em Efésios 4.11, a idéia correspondente está presente em inúmeras passagens. Outro termo bíblico de grande relevância é “ministro” (*diákonos*, *leitourgós*, *hyperétes*), ou seja, aquele que serve. Os ministros são servos, tanto de Deus quanto da igreja, o povo de Deus. Suas tarefas incluem pregar, ensinar, edificar, interceder, convencer, consolar, repreender, advertir e exortar os fiéis em sua vida cristã.

São freqüentes nas Escrituras as passagens que falam dos deveres e das qualificações dos pastores e ministros (Jr 3.15; At 6.4;

Rm 12.7; 1 Co 4.1-2; 2 Co 4.1-10; 5.18-20; 1 Tm 3.1-7; 5.17-20; 2 Tm 4.5; Tt 1.5-9). Por outro lado, existem muitas advertências a respeito dos líderes relapsos e infiéis, “que se apascentam a si mesmos” e abandonam o rebanho do Senhor. Ver Jr 23.1-4; 50.6; Ez 34.1-31; Zc 11.5,17; 1 Pe 5.1-4. Segundo os preceitos bíblicos, o verdadeiro pastor é o líder revestido do Espírito Santo que amorosamente guia, ensina, adverte e auxilia o povo de Deus.

Igreja antiga e medieval

A partir dos primeiros séculos da era cristã, ocorreram alguns desdobramentos que dificultaram o fiel exercício do pastoreio cristão em moldes bíblicos. Entre eles podem ser citados o excesso de institucionalização da igreja, a crescente distinção entre clero e laicato, e a ênfase na vida monástica. Esses fenômenos criaram um progressivo distanciamento entre a hierarquia e o povo, fazendo com que os ministros tivessem dificuldade em desempenhar de modo eficaz as suas funções pastorais. Além disso, à medida que o cristianismo se tornou majoritário, não havia pastores em número suficiente para prestar assistência pessoal e direta às famílias e indivíduos.

Todavia, as ações e os escritos de muitos líderes desse período dão testemunho da contínua relevância e necessidade do ofício pastoral. No segundo século, Policarpo de Esmirna, escrevendo aos filipenses, declarou: “Os presbíteros também devem ser compassivos, misericordiosos para com todos, reconduzindo aqueles que se desviam, visitando os enfermos, não negligenciando a viúva, o órfão e o pobre, mas sempre considerando o que é honroso aos olhos de Deus e dos homens, restando toda ira, parcialidade e julgamento injusto, afastando-se de todo amor ao dinheiro, não pensando mal de alguém apressadamente, não sendo severos no juízo, sabendo que todos somos devedores ao pecado”. No terceiro século, Clemente de Alexandria e seu discípulo Orígenes também destacaram que

os ministros são escolhidos para servir o Senhor, moderam as suas paixões, obedecem aos superiores, bem como ensinam e cuidam das ovelhas.

O grande bispo da igreja oriental João Crisóstomo (c. 347-407) não só foi o pregador mais eloquente do seu tempo como destacou a importância da pregação no exercício do ministério cristão. Em um tratado acerca do sacerdócio, ele afirmou: “Há somente um método e meio de cura quando erramos, que é a poderosa aplicação da Palavra... com ela nós tanto despertamos a alma que dorme quanto a subjugamos quando se inflama; com ela cortamos os excessos, preenchemos as lacunas e realizamos todas as outras operações necessárias para a saúde da alma”. Na igreja ocidental, o insigne Agostinho de Hipona (354-430) soube, como poucos, unir uma fecunda reflexão teológica a um intenso envolvimento prático no trabalho pastoral. Ele disse em uma de suas cartas: “Nesta vida, especialmente em nossos próprios dias, não há nada mais difícil, estafante e arriscado do que o ofício de bispo, sacerdote ou diácono; porém, nada é mais abençoado aos olhos de Deus, se o nosso serviço estiver de acordo com as ordens do nosso Capitão”.

Um marco importante na história da “cura de almas” foi o pontificado de Gregório Magno (590-604), cujo *Livro de Regra Pastoral* veio a ser um manual extremamente valioso para o clero secular durante toda a Idade Média. Todavia, continuaram a surgir obstáculos nessa tarefa: a evangelização superficial de grandes contingentes populacionais, em que um verniz de cristianismo recobria o paganismo subjacente; o aumento da riqueza e poder político da igreja, o que levou muitos papas, bispos e abades a negligenciarem o seu rebanho; as deficiências na formação dos sacerdotes, tantas vezes carentes de preparo ministerial e disciplina pessoal. Por outro lado, nesse longo período da história cristã houve exemplos de preocupação pastoral genuína em grupos dissidentes como os donatistas, os valdenses

e os albigenses, bem como entre os chamados pré-reformadores, notadamente o inglês João Wyclif e checo João Hus. Este último disse em sua importante obra *Sobre o Ofício Pastoral*: “Existem duas coisas que pertencem ao status do pastor: a sua santidade e a integridade do seu ensino”.

A Reforma e o período moderno

A Reforma Protestante foi um movimento motivado em grande parte por preocupações pastorais, como ficou patente nos escritos e ações dos reformadores. Martinho Lutero (1483-1546) deu grande ênfase ao cuidado pastoral, que ele sempre relacionou diretamente com o ministério da Palavra. João Calvino (1509-1564) foi ainda além, dando imensa contribuição para o entendimento bíblico do ministério cristão. Ele devotou à igreja o quarto livro da sua *Instituição da Religião Cristã*, referindo-se a ela como a “mãe e mestra” dos fiéis, aquela que os gera através da pregação do evangelho e os educa na fé durante toda a sua vida. Em outro escrito, ele propôs para a igreja reformada de Genebra o quádruplo ofício de pastor, mestre, presbítero e diácono, destacando assim o valor da pregação, do ensino e do cuidado espiritual e material da comunidade cristã.

O reformador alemão Martin Bucer (1491-1551), sediado em Estrasburgo, foi chamado “o teólogo pastoral da Reforma”. Em sua obra *O Reino de Cristo*, ele identificou três deveres de um pastor: ensinar as Escrituras, ministrar os sacramentos e participar da disciplina eclesiástica. Um quarto dever era a assistência aos necessitados. Os anabatistas, em seu esforço de retornar aos padrões da igreja primitiva, também deram grande ênfase ao modelo pastoral espelhado no Novo Testamento, conforme exemplificado pelo trabalho e escritos de Menno Simons e seus colegas. Entre os fatores que contribuíram para essa revitalização da cura de almas nas igrejas da Reforma estava o retorno aos ensinamentos bíblicos sobre o ministério, a abolição das categorias de

clero e leigos, a maior proximidade entre os líderes e os fiéis, e a vida coesa e participativa das comunidades evangélicas.

Dentre os movimentos subseqüentes, aquele que possivelmente produziu maiores frutos no âmbito pastoral foi o puritanismo inglês. Um nome de grande importância é o de Richard Baxter (1615-1691), cuja obra mais conhecida é *O Pastor Reformado*, escrito em 1656. O livro se fundamenta em Atos 20.28 para articular uma filosofia profundamente espiritual de ministério que aborda os labores, as motivações, as limitações e a dedicação dos pastores. Além de dedicar-se zelosamente à pregação, todos os anos Baxter procurava encontrar-se pessoalmente com cada uma das 800 famílias da sua igreja para aconselhá-las e orar com elas, uma prática que transformou permanentemente a vidas dessas pessoas. Ele declarou: "Por amor a Cristo, e em prol da sua igreja e das almas imortais dos homens, eu rogo a todos os fiéis ministros de Cristo que se dediquem urgente e efetivamente a esse mister".

No contexto intensamente bíblico das igrejas puritanas, o ensino e a prática do ministério genuíno se tornaram comuns, conforme ocorreu na obra de vultos como John Owen, Thomas Brooks, Richard Sibbes, Robert Bolton, Thomas Menton e Thomas Goodwin, entre outros. Nos Estados Unidos, a maior expressão dessa nobre tradição foi Jonathan Edwards (1703-1758), o notável pastor, teólogo e filósofo da Nova Inglaterra. Ele considerava uma grande bênção "o ministro que alegremente se dedica ao serviço do seu Senhor na obra do ministério, como uma obra na qual tem prazer, e também alegremente se une à sociedade dos santos sobre a qual foi colocado... e estes, por sua vez, alegremente o recebem como uma dádiva preciosa do seu Redentor glorificado". Após a era puritana, no âmbito do protestantismo destacaram-se por suas contribuições à teologia e à prática do ministério nomes como Charles Spurgeon, G. Campbell Morgan, Roland Allen, Benjamin Warfield e,

mais recentemente, D. Martyn Lloyd-Jones, Jay Adams e John MacArthur, entre muitos outros.

Conclusão

Os dias em que vivemos são complexos e repletos de desafios. Nas áreas política, empresarial e institucional existe a expectativa de que os líderes sejam ao mesmo tempo íntegros, competentes e dinâmicos. Essa expectativa também se verifica no meio religioso, mas com um diferencial. Os ministros devem prestar contas de seus atos não somente aos seus paroquianos, mas principalmente àquele que os vocacionou e capacitou para o seu nobre ofício – o próprio Deus. Numa época em que o trabalho pastoral se torna uma atividade entre outras, em que os ministros correm o risco de serem meros “profissionais do púlpito”, em que motivações secundárias ou menores buscam a supremacia no coração dos pastores, vale ouvir novamente a exortação de Paulo ao seu colega mais jovem Timóteo: “Cumpre cabalmente o teu ministério” (2 Tm 4.5).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Se Deus ou Cristo é o verdadeiro pastor do seu povo, como se justifica a existência de líderes humanos na igreja?
2. Quais os principais problemas que o ministério cristão tem experimentado ao longo da história?
3. No protestantismo, se não há a distinção entre clero e leigos, qual é o status dos ministros em relação aos fiéis?
4. Quais os benefícios que os ministros dignos podem proporcionar às suas congregações?
5. Por que razões os puritanos ingleses se tornaram tão eficientes em seu trabalho pastoral?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BAXTER, Richard. *O pastor aprovado*. 2ª ed. São Paulo: PES, 1996.
- FERGUSON, Sinclair B. *Dons para o ministério*. São Paulo: Editora Os Puritanos.
- LIEFELD, W.L. *Ministério*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 523-525.
- PETERSEN, Eugene. *Um pastor segundo o coração de Deus*. Rio de Janeiro: Textus, 2000.
- SITTEMA, John. *Coração de pastor: resgatando a responsabilidade pastoral do presbítero*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- SPURGEON, Charles H. *O chamado para o ministério*. São Paulo: PES, 1982.
- WHITE, Peter. *O pastor mestre*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
-

Capítulo 3

O PAPADO

SUA ORIGEM, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SIGNIFICADO ATUAL

RECENTEMENTE, BOA PARTE do mundo acompanhou com vivo interesse os acontecimentos dramáticos ligados à morte de João Paulo II e à eleição do seu sucessor, Bento XVI. Qualquer que seja o entendimento que se tenha a respeito dos líderes supremos do catolicismo, o fato é que os papas são personagens muito importantes no mundo atual, ocupam enorme espaço na mídia e suas ações transcendem a área especificamente religiosa para produzir efeitos no âmbito político e social. Tais razões, entre outras, justificam o estudo dessa poderosa e influente instituição.

Considerações bíblicas

Do ponto de vista protestante, o papado não é uma instituição de origem divina, mas resultou de um longo e complexo processo histórico. As Escrituras não apontam esse ofício como uma ordenança de Cristo à sua igreja. É verdade que o Senhor proferiu a Pedro as bem conhecidas palavras: “Tu és Pedro e sobre

esta pedra edificarei a minha igreja” (Mt 16.18). Todavia, isto está muito longe de declarar que Pedro seria o chefe universal da igreja (o primado de Pedro) e que a sua autoridade seria transmitida aos seus sucessores (sucessão apostólica). As primeiras gerações de cristãos não entenderam as palavras de Cristo dessa maneira. Tanto é que não se vê em todo o Novo Testamento qualquer noção de que Pedro tenha ocupado uma função formal de liderança na igreja primitiva. No chamado “Concílio de Jerusalém”, narrado no capítulo 15 de Atos dos Apóstolos, isso não aconteceu, e o próprio Pedro não reivindica essa posição em suas duas epístolas. Antes, ele se apresenta como apóstolo de Jesus Cristo e como um presbítero entre outros (1 Pe 1.1; 5.1).

Mais difícil ainda é estabelecer uma relação inequívoca entre Pedro e os bispos de Roma. Os historiadores não encontram uma base absolutamente segura para afirmar que Pedro sequer tenha estado em Roma, quanto mais para admitir que ele tenha sido o primeiro bispo daquela igreja. Ademais, é um fato bem estabelecido que não houve episcopado monárquico no primeiro século, no âmbito do cristianismo. As igrejas eram governadas por colegiados de bispos ou presbíteros (ver Atos 20.17 e 28; Tito 1.5 e 7).

Origens da instituição

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de reconhecer que ainda na igreja antiga os bispos de Roma alcançaram grande preeminência, que o papado em muitas ocasiões prestou serviços crucialmente relevantes à igreja e à sociedade e que muitos papas foram homens de grande piedade, integridade moral, saber teológico e habilidade administrativa. Ao longo dos séculos, muitos dos principais eventos da história do cristianismo nas áreas da teologia, organização eclesiástica e relações entre a igreja e a sociedade tiveram conexão com a instituição papal. Originalmente, a palavra grega *papas* ou a latina *papa* foi aplicada a altos

oficiais eclesiásticos de todos os tipos, especialmente aos bispos. A partir de meados do quinto século passou a ser aplicada quase que exclusivamente aos bispos de Roma. Foram múltiplos e complexos os fatores que levaram ao reconhecimento de que esses bispos detinham autoridade suprema sobre a igreja ocidental.

Em primeiro lugar, há que se destacar a importância crescente da igreja local de Roma desde o primeiro século. O livro de Atos dos Apóstolos termina com a chegada de Paulo a Roma. O apóstolo aos gentios escreveu a principal de suas epístolas a essa igreja e no segundo século surgiu uma tradição insistente de que tanto Paulo como Pedro, os dois apóstolos mais destacados, haviam sido martirizados naquela cidade. Além disso, já numa época remota a igreja de Roma tornou-se a maior, a mais rica e a mais respeitada de toda a cristandade ocidental. Outro fator que contribuiu para a ascendência da igreja romana e do seu líder foi a própria centralidade e importância da antiga capital do Império Romano. Ao contrário da região oriental, em que várias igrejas (Alexandria, Jerusalém, Antioquia e Constantinopla) competiam pela supremacia em virtude de sua antiguidade e conexões apostólicas, no Ocidente a igreja de Roma desde o início foi praticamente a líder incontestada. Outrossim, a partir de Constantino muitos imperadores romanos fizeram generosas concessões àquela igreja, buscaram o conselho dos seus bispos e promulgaram leis que ampliaram a autoridade dos mesmos.

Outro elemento importante é que desde cedo a igreja romana e os seus líderes reivindicaram, direta ou indiretamente, certas prerrogativas especiais. No final do primeiro século (ano 96), o bispo Clemente enviou em nome da igreja de Roma uma carta à igreja de Corinto para aconselhá-la e exortá-la quanto a alguns problemas que a mesma estava enfrentando. Um século depois, o bispo Vítor (189-198) exerceu considerável influência na fixação de uma data comum para a Páscoa, algo muito

importante face à centralidade da liturgia na vida da igreja. As consultas entre outros bispos e Roma também datam de uma época antiga, embora a primeira decretal oficial (carta normativa de um bispo de Roma em resposta formal à consulta de outro bispo) só tenha surgido em 385, com o papa Sirício. Por volta de 255, o bispo Estêvão utilizou a passagem de Mateus 16.18 para defender as suas idéias numa disputa com Cipriano de Cartago. E Dâmaso I (366-384) tentou oferecer uma definição formal da superioridade do bispo romano sobre todos os demais.

Alguns papas notáveis

Essas raízes da supremacia eclesiástica romana foram alimentadas pelas atividades capazes de muitos papas. No quinto século destacou-se sobremaneira a figura de Leão I (440-461), considerado por muitos “o primeiro papa”. Leão exerceu um papel estratégico na defesa de Roma contra as invasões bárbaras e escreveu um importante documento teológico sobre a pessoa de Cristo (o *Tomo*) que exerceu influência decisiva nas resoluções do Concílio de Calcedônia (451). Além disso, ele defendeu explicitamente a autoridade papal, articulando mais plenamente o texto de Mateus 16.18 como fundamento da autoridade dos bispos de Roma como sucessores de Pedro. Seu sucessor Gelásio I (492-496) expôs a célebre teoria das duas espadas: dentre os dois poderes legítimos que Deus criou para governar no mundo, o poder espiritual – representado pelo papa – tinha supremacia sobre o poder secular sempre que os dois entravam em conflito.

O apogeu do papado antigo ocorreu no pontificado do notável Gregório I ou Gregório Magno (590-604), o primeiro monge a ocupar o trono papal. Sua lista de realizações é impressionante. Ele supervisionou as defesas romanas contra os ataques dos lombardos, realizou complicadas negociações com o imperador bizantino, saneou as finanças da igreja e reorganizou

os limites e responsabilidades das dioceses ocidentais. Ele foi também um dedicado estudioso das Escrituras: suas exposições bíblicas, especialmente um comentário do livro de Jó, foram muito lidas em toda a Idade Média. Seus escritos sobre os deveres dos bispos deram forte ênfase ao cuidado pastoral como uma atividade prioritária. Ele reformou a liturgia, regularizou as celebrações do calendário cristão e promoveu a música sacra (“canto gregoriano”). Finalmente, Gregório foi um grande promotor de missões, enviando missionários para vários centros estratégicos do norte e do oeste da Europa e expandindo a área de jurisdição do papado.

Um momento especialmente significativo na evolução do papado ocorreu no Natal do ano 800, quando o papa Leão III coroou Carlos Magno como sacro imperador romano. A esta altura, a complexa associação dos elementos citados (e outros mais) havia criado uma situação na qual o bispo romano era amplamente considerado o principal personagem eclesiástico do Ocidente, bem como o representante do cristianismo ocidental junto ao Oriente. Algumas décadas antes, o pai de Carlos Magno havia cedido à igreja os amplos territórios do centro e norte da Itália que vieram a constituir os estados pontifícios. Isso fez dos papas governantes seculares como os demais soberanos europeus. Por vários séculos, os papas teriam um relacionamento estreito e muitas vezes altamente conflitivo com esses governantes. Mas a sua autoridade como líderes máximos da igreja ocidental não seria questionada.

Decadência e renovação

O papado também teve seus períodos sombrios, marcados por imoralidade e corrupção. Um desses períodos ocorreu entre o final do nono século e o início do século 11, quando a instituição papal foi controlada por poderosas famílias italianas. A história revela que um terço dos papas dessa época morreu de forma

violenta: João VIII (872-882) foi espancado até a morte por seu próprio séquito; Estêvão VI (885-891), estrangulado; Leão V (903-904), assassinado pelo sucessor, Sérgio III (904-911); João X (914-928), asfixiado; e Estêvão VIII (928-931), horripelmente mutilado, para não citar outros fatos deploráveis. Parte desse período é tradicionalmente conhecida pelos historiadores como “pornocracia”, numa referência a certas práticas que predominavam na corte papal.

A partir de meados do século 11, surgiram vários papas reformadores que procuraram moralizar a administração da igreja, lutando contra vários males que a assolavam. O mais notável foi Hildebrando ou Gregório VII (1073-1085), que se notabilizou por sua luta contra a simonia, ou seja, o comércio de cargos eclesiásticos, e ficou célebre por sua confrontação com o imperador alemão Henrique IV. Ele escolheu como lema do seu pontificado o texto de Jeremias 48.10: “Maldito aquele que fizer a obra do Senhor relaxadamente”. Todavia, o ápice do poder papal ocorreu no pontificado de Inocêncio III (1198-1216), considerado o papa mais poderoso de todos os tempos, aquele que, mais do que qualquer outro, concretizou o ideal da “cristandade”, ou seja, uma sociedade plenamente integrada sob a autoridade dos reis e especialmente dos papas. Ele foi o primeiro a utilizar o título “vigário de Cristo”, ou seja, o papa era não somente o representante de Pedro, mas do próprio Senhor. Seus sucessores continuaram por algum tempo a fazer ousadas reivindicações de autoridade sobre toda a sociedade, sem, contudo, transformá-las em realidade como o fizera Inocêncio.

O fim do período medieval

Novo período de declínio e desmoralização do papado ocorreu no século 14 e início do século 15. Primeiro, os papas residiram na cidade de Avinhão, ao sul da França, por mais de setenta anos (1305-1378), colocando-se sob a influência dos

reis franceses. Esse período ficou conhecido como “o cativeiro babilônico da igreja”. Em seguida, por outros quarenta anos (1378-1417), houve dois e finalmente três papas simultâneos (em Roma, Avinhão e Pisa), no que ficou conhecido como “o grande cisma”. Essa situação embaraçosa foi sanada por vários concílios reformadores, especialmente o de Constança, que reivindicaram autoridade igual ou mesmo superior à dos papas. Em reação, estes reafirmaram ainda mais enfaticamente a sua autoridade suprema sobre a igreja. O século 16 testemunhou o pontificado dos chamados “papas do renascimento”, os quais, ao contrário de muitos de seus predecessores ou sucessores, tiveram escassas preocupações espirituais e pastorais. Como o papa Alexandre VI (1492-1503), o espanhol Rodrigo Borja dedicou-se prioritariamente a promover as artes e a embelezar a cidade de Roma; Júlio II (1503-1513) foi um papa guerreiro, comandando pessoalmente o seu exército; e Leão X (1513-1521) teria dito ao ser eleito: “Agora que Deus nos deu o papado, vamos desfrutá-lo”. Foi ele quem despertou a indignação do monge agostiniano Martinho Lutero ao autorizar uma venda especial de indulgências na Alemanha para concluir as obras da Catedral de São Pedro. O resultado dessa indignação é conhecido de todos.

Os papas da Contra-Reforma

A Reforma Protestante do século 16 despertou a cúpula da Igreja Católica do estado de letargia espiritual e omissão pastoral em que se encontrava. A reação católica teve duas manifestações complementares. Por um lado, Roma empenhou-se em combater o novo movimento, detendo o seu crescimento e procurando suprimi-lo onde fosse possível, como aconteceu na Espanha e na Polônia. Esse esforço recebeu o nome de “Contra-Reforma”. Por outro lado, a Igreja Romana, consciente das distorções espirituais e morais apontadas pelos reformadores,

fez uma autocrítica rigorosa e um esforço sério no sentido de corrigir os seus erros, aperfeiçoar a sua estrutura e explicitar melhor a sua fé. Esse aspecto é denominado pelos historiadores a “Reforma Católica”. Nos dois esforços, os papas tiveram uma atuação destacada.

Até o início da década de 1530, o trono pontifício continuou a ser ocupado por homens excessivamente envolvidos em questões seculares e políticas. Essa situação mudou quando Alessandro Farnese tornou-se o papa Paulo III (1534-1549). Farnese nomeou uma comissão de cardeais que avaliou a situação da igreja e propôs medidas saneadoras, entre elas que o papado se concentrasse nas suas tarefas espirituais e deixasse em segundo plano a preocupação com o poder, a opulência e a dignidade terrena. Outras duas grandes realizações de Paulo III foram a aprovação formal da nova ordem dos jesuítas ou Companhia de Jesus (1540) e a convocação do Concílio de Trento (1545-1563).

Esse famoso concílio afastou definitivamente qualquer possibilidade de conciliação com os protestantes. Desde então, o catolicismo conservador e militante tem sido designado como “tridentino” (de Trento). Entre as suas muitas e importantes resoluções, o concílio reafirmou o papel dominante dos papas na vida da igreja. Outros destacados pontífices da era de Trento foram Giovanni Pietro Caraffa (Paulo IV, 1555-1559) e Giovanni Angelo Medici (Pio IV, 1559-1565). Este último tem seu nome ligado a uma importante declaração de fé católica, o Credo de Pio IV ou Profissão de Fé Tridentina, que deve ser afirmada por todos os convertidos ao catolicismo. Esses papas reformadores contribuíram decisivamente para tornar a Igreja Católica uma instituição mais coesa, organizada e disciplinada, bem como dotada de uma clara identidade doutrinária. Um fato revelador é que por mais de trezentos anos nenhum outro grande concílio seria convocado até o Vaticano I.

Tensões entre igreja e estado

Nos séculos 17 e 18, as antigas ligações entre a Igreja Católica e as autoridades seculares continuaram a criar problemas para os papas. O Concílio de Trento contribuiu para a centralização do poder no papado e isso não foi bem recebido em muitas partes da Europa devido ao crescente nacionalismo e ao absolutismo real. A oposição ao conceito de uma igreja centralizada sob a autoridade papal recebeu o nome de “galicanismo”, por haver se manifestado mais fortemente na França, a antiga Gália. Assim, somente em 1615 os decretos de Trento foram promulgados nesse país. Até mesmo dentro da Igreja houve galicanos, isto é, aqueles que acreditavam que a autoridade eclesiástica residia nos bispos, e não no papa. Por outro lado, os defensores da autoridade suprema dos papas foram chamados de “ultramontanistas”, porque buscavam essa autoridade “além das montanhas” (os Alpes). Outro golpe recebido pelo poder papal foi a supressão da ordem dos jesuítas, um poderoso instrumento das políticas pontifícias. Após ser expulsa de Portugal, Espanha e França, bem como de suas colônias latino-americanas, a Sociedade de Jesus foi dissolvida em 1773 pelo papa Clemente XIV. Assim, ironicamente, enquanto os papas insistiam na sua jurisdição universal, eles estavam de fato perdendo poder e autoridade.

Um golpe ainda mais devastador contra o papado foi desferido pela Revolução Francesa (1789). Desde o início houve um profundo conflito entre a Igreja e o ideário republicano da revolução. Desse modo, logo que tomou o poder, o novo governo procurou enfraquecer o papado e suprimir a Igreja na França. Dois papas da época sofreram bastante nas mãos do novo regime. O primeiro foi Giovanni Angelo Braschi ou Pio VI (1775-1799). Em 1798, o exército francês ocupou Roma, proclamou uma república e declarou que o papa não mais era o governante temporal da cidade. Pio VI morreu no ano seguinte, virtualmente como

prisioneiro dos franceses. Seu sucessor, Barnaba Chiaramonte, eleito papa Pio VII (1800-1823), inicialmente foi deixado em paz. Todavia, em 1808 Napoleão tomou a cidade de Roma e o papa foi feito prisioneiro por vários anos, até a queda do soberano francês em 1814. Pouco depois de retornar a Roma, Pio VII restaurou a Sociedade de Jesus.

O mais longo pontificado

A memória da Revolução Francesa reforçou o conservadorismo político e teológico dos papas e sua conseqüente oposição às idéias republicanas e democráticas que viriam a ser cada vez mais amplamente aceitas no mundo ocidental. Essa atitude alcançou a sua expressão máxima no cardeal Giovanni Maria Mastai-Ferretti, que, como papa Pio IX, teve o mais longo pontificado da história (1846-1878). Pio IX enfrentou um novo problema que foi o nacionalismo italiano e a luta pela unificação da Itália, até então subdividida em muitos principados, entre os quais estavam os antigos estados pontifícios. Um desses líderes nacionalistas foi Giuseppe Garibaldi, que se casou com a brasileira Anita Garibaldi. Em 1870, as tropas do novo Reino da Itália tomaram os estados papais e assim chegou ao fim o poder temporal dos papas, que havia atingido o seu auge no pontificado de Inocêncio III, no século 13.

Ao mesmo tempo em que perdia o seu poder político, Pio IX acentuou fortemente as suas prerrogativas na área religiosa. Sua ousadia tornou-se patente quando, através da bula *Ineffabilis*, proclamou o dogma da imaculada concepção de Maria (1854). Com isso, ele foi o primeiro pontífice a definir um dogma por si mesmo, sem o apoio de um concílio. Dez anos depois, Pio promulgou a encíclica *Quanta cura* (1864) e seu famoso apêndice, o *Sílabo de Erros*. Suas oitenta proposições condenaram explicitamente, entre outras coisas, o protestantismo, a maçonaria, a liberdade de consciência, a liberdade de culto, a separação entre

a igreja e o estado, a educação leiga e, em geral, o progresso e a civilização moderna. Sua última grande realização foi o Concílio Vaticano I (1870), o qual, através do decreto *Pastor aeternus*, proclamou o controvertido dogma da infalibilidade papal. Essa infalibilidade ocorreria quando o papa fala “ex cathedra”, isto é, no exercício oficial do seu cargo, definindo questões de fé e moral. Não por coincidência, isso ocorreu no mesmo ano em que a Itália anexou os estados pontifícios.

Entrando no século 20

A Igreja Católica e seus pontífices começaram lentamente a aceitar o mundo moderno com o papa Leão XIII (1878-1903). Embora ainda marcadamente conservador, a ponto de declarar na bula *Immortale Dei* que a democracia era incompatível com a autoridade da igreja, ele deu uma série de passos construtivos no relacionamento com diversos governos europeus. Sua realização mais notável foi a encíclica *Rerum novarum* (1891), na qual expressou o pensamento social da Igreja e fez uma corajosa defesa dos direitos dos trabalhadores no contexto da revolução industrial e do capitalismo em expansão.

Um período especialmente conturbado para a Igreja Católica e para os seus líderes foi a época das duas guerras mundiais. Em sua repulsa do comunismo anti-religioso e ateu, e em sua preocupação com a defesa dos interesses da igreja, os pontífices do período acabaram estabelecendo fortes laços com regimes de extrema direita em diversos países da Europa. Em 1929, Pio XI (1922-1939) assinou uma concordata com o ditador fascista Benito Mussolini, o Tratado de Latrão, mediante a qual foi criado o Estado do Vaticano. Ele também apoiou o regime ditatorial de Francisco Franco na Espanha. Mais problemática foi a concordata com Adolf Hitler em 1933, vista por muitos observadores internacionais como uma aprovação tácita do regime nazista. Todavia, em 1937 Pio XI publicou a encíclica

Mit brennender Sorge (“Com viva ansiedade”), contendo severas críticas ao nacional-socialismo.

Seu secretário de estado, o cardeal Eugenio Pacelli, sucedeu-o no trono pontifício como papa Pio XII (1939-1958), ao mesmo tempo em que eclodia a Segunda Guerra Mundial. Esse papa tem sido severamente criticado por seu silêncio diante das atrocidades cometidas pelos nazistas contra os judeus, mesmo convertidos ao catolicismo. No campo doutrinário, ele proclamou o dogma da ascensão corporal de Maria (1950). Paradoxalmente, esse pontífice conservador tomou iniciativas que contribuíram para as grandes mudanças que viriam a acontecer na igreja após a sua morte. Ele incentivou o uso dos novos métodos de estudo bíblico através da encíclica *Divino afflante Spiritu* (1943), bem como valorizou e estimulou as igrejas localizadas fora da Europa.

O período pós-Vaticano II

Um dos períodos mais extraordinários da história da igreja e do papado teve início com a eleição do idoso cardeal Angelo Giuseppe Roncalli como papa João XXIII (1958-1963). Convencido da necessidade de uma ampla atualização (*aggiornamento*) da igreja, ele convocou o Concílio Vaticano II, formalmente instalado no dia 11 de outubro de 1962. Esse importante concílio, que teve expressiva participação de bispos do terceiro mundo, aprovou resoluções sem precedentes nas áreas de renovação litúrgica, preocupação com os pobres e diálogo interconfessional. As duas últimas preocupações já haviam sido expressas respectivamente na encíclica *Mater et Magistra* e na criação do Secretariado para a Promoção da Unidade Cristã. O papa seguinte, Giovanni Battista Montini (Paulo VI, 1963-1978), embora mais contido, deu prosseguimento ao Concílio Vaticano II, no interesse de “construir uma ponte entre a Igreja e o mundo moderno”. A “Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo

Moderno” foi o documento mais longo já produzido por um concílio e contrastou profundamente com certas ênfases do século anterior. Paulo VI também publicou a controvertida encíclica *Humanae vitae* (1968), que proibiu aos católicos o uso dos métodos de controle artificial da natalidade.

A eleição do último papa do século 20, em 1978, foi um acontecimento não menos momentoso para a Igreja Católica e para o mundo ocidental. O polonês João Paulo II (Karol Jozef Wojtyła) foi o primeiro papa não-italiano desde o século 16. Sua atuação corajosa contribuiu para a derrocada do comunismo em sua pátria e no leste europeu. Em 1981, ele sobreviveu a um grave atentado na Praça de São Pedro. Foi também o papa que mais se deslocou pelo mundo afora, tendo feito cerca de uma centena de viagens internacionais. Dotado de sólido preparo intelectual, publicou diversas encíclicas abordando temas éticos, sociais e teológicos, tais como *Redemptor hominis* (1979), *Dives in misericordia* (1980), *Laborem exercens* (1981), *Sollicitudo rei socialis* (1988), *Veritatis splendor* (1993), *Evangelium vitae* (1995), *Ut unum sint* (1995) e *Fides et ratio* (1998). Por outro lado, representou um recuo conservador em relação aos seus predecessores, como ficou evidenciado na sua atitude em relação à teologia da libertação, nas suas interferências diretas em muitas organizações da igreja e, em geral, no seu entendimento exaltado da autoridade papal.

Conclusão

A instituição pontifícia teve recentemente um momento de grande publicidade com a morte de João Paulo II e a eleição do seu sucessor, Bento XVI, o influente cardeal alemão Joseph Ratzinger. A impressionante cobertura da imprensa e as reações dos líderes políticos e da opinião pública internacional atestam a força do catolicismo e dos seus pontífices. No seu conjunto, o papado tem sido uma instituição predominantemente benéfica

para a Igreja Católica, dando-lhe um notável senso de unidade, propósito e identidade. Muitos pronunciamentos papais sobre temas sociais e éticos têm sido altamente relevantes em um mundo secularizado e materialista. Suas fraquezas históricas têm sido o envolvimento político e um estilo de liderança nem sempre condizente com as normas dadas por Cristo aos pastores do seu rebanho. Finalmente, é de se lamentar que justamente essa instituição seja o maior obstáculo para uma maior aproximação entre os cristãos, visto que a autoridade pontifícia é rejeitada não somente pelos protestantes, mas pela Igreja oriental, que tem raízes tão antigas e apostólicas quanto a Igreja latina.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Quem deve exercer a liderança na igreja cristã e como essa liderança deve ser exercida?
 2. À luz do Novo Testamento, é possível dizer que Cristo instituiu o papado?
 3. Historicamente, quais têm sido os aspectos positivos e negativos do papado?
 4. Que comparação se pode fazer entre o catolicismo, com sua unidade institucional e liderança centralizada, e o protestantismo, com sua multiplicidade?
 5. O modelo da igreja ortodoxa grega, com seus vários patriarcas em pé de igualdade, seria uma alternativa melhor? Por quê?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CONGAR, Yves. *Igreja e papado: perspectivas históricas*. São Paulo: Loyola, 1997.

DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

GREELEY, Andrew M. *Como se faz um papa: a história da eleição de João Paulo II*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MCBRIEN, Richard P. *Os papas: os pontífices: de São Pedro a João Paulo II*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SOUZA, José Antonio de C. R. de; BARBOSA, João Morais. *O reino de Deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na baixa Idade Média, da reforma gregoriana a João Quidort*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STURZ, R. J. Papado. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 91-95.

Capítulo 4

EUNUCOS POR CAUSA DO REINO DOS CÉUS

REFLEXÕES SOBRE O CELIBATO CLERICAL À LUZ DA HISTÓRIA DA IGREJA

UM DOS TEMAS mais discutidos na Igreja Católica nas últimas décadas tem sido a questão do celibato obrigatório de seus religiosos. A ausência de um claro fundamento bíblico para essa prática e a grande falta de sacerdotes para dar assistência aos fiéis católicos têm levado um número crescente de pessoas, tanto leigos quanto religiosos, a reivindicarem uma mudança dessa norma restritiva. Muitos católicos olham para os clérigos ortodoxos e para os pastores protestantes e constataam que o fato de eles se casarem não constitui um entrave para o seu trabalho pastoral. Todavia, os pontífices romanos consistentemente têm se pronunciado de modo contrário a essa reconsideração. A questão do celibato é importante porque está ligada a outros temas fundamentais, como o significado cristão do ministério, da sexualidade, do casamento e da família.

Considerações preliminares

O celibato clerical relaciona-se com dois fenômenos que se manifestaram no cristianismo a partir do período antigo: o ascetismo e o monasticismo. À medida que a igreja foi se tornando majoritária no mundo greco-romano, com o conseqüente declínio dos seus padrões espirituais e éticos, surgiu no íntimo de muitos cristãos o anseio por uma vida mais disciplinada e consagrada a Cristo. Essa aspiração intensificou-se a partir do quarto século, numa reação contra o aumento do poder, riqueza e opulência da instituição eclesiástica resultante das suas ligações com o estado romano. Eventualmente, surgiu o entendimento de que havia duas categorias de cristãos: aqueles que se contentavam com uma vida espiritual inferior e aqueles que aspiravam à perfeição (Mt 19.21).

A ascese ou autodisciplina cristã inspirou-se tanto nas Escrituras quanto na cultura e filosofia gregas. A vida celibatária de João Batista, Jesus e Paulo, bem como certas afirmações destes últimos preservadas no Novo Testamento, exerceram forte influência sobre muitas mentes. Jesus afirmou que alguns indivíduos recebem o dom de se tornar “eunucos” – renunciar ao casamento – por causa do reino dos céus (Mt 19.11-12) e Paulo recomendou que as pessoas dessem preferência ao estado em que ele mesmo vivia (1 Co 7.8). Além disso, o dualismo platônico tão arraigado na mentalidade grega, com a sua distinção entre espírito e matéria (e a tendência de valorizar aquele em detrimento desta), também contribuiu para certas ênfases dadas à vida religiosa.

Os ascetas e os monges foram vistos como os continuadores da antiga e gloriosa tradição do martírio. Eles eram os “mártires vivos” que, com a sua renúncia aos prazeres da carne podiam de maneira mais livre e desimpedida dedicar-se ao serviço de Deus. Essa renúncia era considerada especialmente significativa na área da sexualidade e desde cedo na história da

igreja houve a tendência de se valorizar extraordinariamente a virgindade e a castidade como condições que contribuíam de modo singular para a vida de santidade. Um bom exemplo dessa preocupação pode ser visto nos escritos de Tertuliano, que viveu em torno do ano 200. É digno de nota que, ao fazerem isso, tais cristãos afastavam-se de uma ampla corrente de ensinamentos bíblicos, inclusive neotestamentários, que apontavam em uma direção oposta – a valorização do casamento e da vida em família, inclusive para os líderes da igreja (ver Mt 8.14; 1 Co 9.4-5; 1 Tm 3.1-5; Tt 1.5-6).

A institucionalização do celibato

Apesar desses ensinamentos, a partir do segundo ou do terceiro século surgiu o entendimento de que o celibato era uma condição preferível para os líderes da igreja. No quarto século, quase todos os bispos da Grécia, Egito e Europa ocidental eram solteiros ou, se casados, costumavam deixar as suas esposas após a consagração episcopal. Todavia, os sacerdotes e diáconos se casavam, não havendo nos primeiros séculos nenhuma lei que proibisse o casamento do clero. Eventualmente, os dois grandes setores da igreja – oriental e ocidental – desenvolveram normas diferentes quanto ao celibato.

Na igreja grega ou oriental, surgiram leis nos séculos sexto e sétimo proibindo expressamente o casamento dos bispos e determinando que, se já haviam se casado previamente, a esposa devia ser enviada para um convento distante. Todavia, as ordens inferiores do clero tinham permissão de casar-se, prática essa que continua a ser seguida até o presente. Ironicamente, a igreja ocidental, em teoria menos influenciada pelo dualismo platônico do que a sua congênere grega, acabou adotando normas mais rígidas quanto ao celibato, impondo-o a todos os religiosos, inclusive ao clero inferior. Parece que isso resultou mais de considerações práticas do que propriamente teológicas.

No Ocidente, o celibato tornou-se uma obrigação canônica para o clero através dos esforços combinados de papas e concílios regionais. A mais antiga estipulação sobre o assunto, o cânone 33 do Concílio de Elvira, na Espanha (por volta do ano 305), declara o seguinte: “Decretamos que todos os bispos, sacerdotes e diáconos, e todos os clérigos envolvidos com o ministério, sejam totalmente proibidos de viverem com esposas e gerarem filhos. Quem assim o fizer será deposto da dignidade clerical”. Pouco tempo depois, o bispo Ósio de Córdoba tentou sem sucesso fazer com que esse decreto fosse aprovado pelo Concílio de Nicéia (325). Isso acabou sendo feito por vários bispos de Roma nos séculos quarto e quinto – Dâmaso, Sirício, Inocêncio e Leão – que, mediante decretais, impuseram ao clero o celibato compulsório. Na África, França e Itália, alguns concílios regionais emitiram decretos no sentido de assegurar essa prática.

A experiência medieval e a Reforma

Em todas as épocas da história da igreja, a observância do celibato, e especialmente da castidade pressuposta pelo mesmo, foi desrespeitada com maior ou menor intensidade. Um dos períodos em que isso ocorreu de modo mais acentuado foi após a queda do império de Carlos Magno, nos séculos nono e décimo. Nessa época, em certos casos os próprios papas tiveram esposas e filhos, alguns dos quais ocuparam posições de destaque na administração da igreja. Entre o clero inferior, o casamento, ou pelo menos o concubinato, tornou-se bastante comum, o que não significava que esses clérigos viviam vidas imorais. Muitos deles eram homens honrados que tinham as suas famílias e ao mesmo tempo serviam à igreja.

Ao mesmo tempo, com a fundação do célebre mosteiro de Cluny, na França central, em 909, surgiu um movimento voltado para a reforma moral e administrativa da igreja que teve entre seus principais objetivos a luta contra a “simonia”, isto é, a

compra e venda de cargos eclesiásticos, e o “nicolaísmo”, ou seja, o casamento clerical. Esse movimento chegou ao seu ápice no pontificado de Hildebrando ou Gregório VII (1073-1085), que se esforçou tenazmente para restaurar o ideal monástico do celibato, visto como algo muito útil para os interesses da igreja. Ele e outros papas reformadores tornaram o celibato clerical mais amplamente aceito na igreja ocidental do que jamais havia sido.

Os reformadores protestantes, com sua ênfase na precedência das Escrituras em relação à tradição eclesiástica, rejeitaram o celibato compulsório por considerá-lo carente de fundamentação bíblica. Os principais reformadores, homens como Lutero, Zuínglio e Calvino, eventualmente se casaram, sem que isso em nada tenha prejudicado o seu trabalho como líderes religiosos. Refletindo sobre essa nova realidade, o historiador Steven Ozment observou que “nenhuma mudança institucional produzida pela Reforma foi mais visível, mais sensível aos clamores de reforma do final da Idade Média e mais responsável por novas atitudes sociais do que o casamento dos clérigos protestantes. Também não houve outro aspecto do programa protestante em que a teologia e a prática se harmonizaram com maior êxito”. O casamento, inclusive dos ministros de Deus, foi visto não somente como uma afirmação da dádiva divina da sexualidade, mas acima de tudo como o contexto para a criação de uma nova consciência da comunidade humana, com todas as suas dores e alegrias. Como parte da Contra-Reforma e da reforma católica, o Concílio de Trento (1545-1563) reafirmou o celibato clerical, mas declarou que o mesmo era imposto ao clero pela lei da igreja, e não pela lei de Deus.

A igreja brasileira

Em virtude do fenômeno conhecido como padroado, no período colonial e no império a igreja católica brasileira foi fortemente controlada pelo Estado, recebendo relativamente pouca

influência de Roma. Os papas tiveram muita dificuldade em aplicar no Brasil as normas da lei canônica, inclusive no que se refere ao celibato dos sacerdotes. Essa restrição, aliada ao ambiente cultural permissivo dos trópicos, contribuiu para que muitos padres “seculares” (isto é, não filiados a ordens religiosas) tivessem suas companheiras e filhos, não somente nas cidades, mas também no ambiente patriarcal dos engenhos de açúcar. Preocupado com essa situação constrangedora, Diogo Antônio Feijó, um sacerdote liberal que ocupou altos cargos na administração do império na década de 1830, quando deputado em São Paulo chegou a propor que aquela província autorizasse o casamento clerical e escreveu um tratado sobre essa questão.

No longo pontificado de Pio IX (1846-1878), Roma foi assumindo gradativamente um maior grau de controle sobre a igreja brasileira. Todavia, por um bom tempo uma parcela do clero secular continuou arredia à aceitação do celibato. É muito interessante a esse respeito o testemunho do Rev. John Boyle, um missionário presbiteriano pioneiro que trabalhou por cerca de dez anos no Triângulo Mineiro e em Goiás. Em 1888, ele esteve em uma cidade goiana no dia em que se casou a filha do padre local. O missionário soube que o casamento foi oficiado pelo vigário vizinho e que os dois velhos sacerdotes sempre batizavam e casavam os filhos um do outro. E esse caso não era excepcional. Em toda a região e em todo o país multiplicavam-se os casos de padres amancebados, variando a atitude dos bispos em relação aos mesmos.

Foi somente algumas décadas após a Proclamação da República, com a revitalização da igreja católica brasileira e sua maior submissão a Roma, que o celibato clerical passou a ser amplamente exigido e observado. Isso agravou um problema: o número relativamente pequeno de vocações para o sacerdócio, visto que não muitos jovens estavam dispostos a abrir mão da possibilidade de casar-se. Essa foi uma das razões pelas quais

sempre houve no Brasil, “o maior país católico do mundo”, um número desproporcional de sacerdotes estrangeiros.

Historicamente, a imposição forçada do celibato aos sacerdotes tem causado grandes problemas para a igreja católica, como os numerosos casos de pedofilia noticiados pela imprensa nas últimas décadas, tanto no Brasil como em outros países. Isso sem contar os casos que não vêm a público, por diferentes razões. A igreja romana precisa ter a sensibilidade pastoral para entender que muitos indivíduos possuidores de uma vocação religiosa não possuem concomitantemente o dom da vida celibatária. Já que a própria igreja reconhece que essa norma é uma lei da igreja, e não uma lei de Deus, seria sensato tornar o celibato uma condição opcional para os seus sacerdotes e freiras, embora seja inegável que o peso da tradição e da história milita fortemente contra essa possibilidade.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. O Novo Testamento admite o celibato voluntário como opção legítima para alguns cristãos? Em que circunstâncias?
 2. Por que não aceitar o celibato compulsório, visto que parece contribuir para uma vida de maior disciplina e dedicação a Deus?
 3. O celibato não seria um mal menor quando se considera a permissividade sexual e as altas taxas de divórcio no mundo contemporâneo?
 4. O que a insistência no celibato e na castidade pode indicar em relação à sexualidade, ao casamento e à família?
 5. Se os padres fossem livres para se casar, isso seria bom para a Igreja Católica?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

DALARUN, Jacques. *Amor e celibato na igreja medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

OLIVER JR., O. G. *Celibato*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. I, p. 270s.

RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica*. Rosa dos Tempos, 1996.

II – TEOLOGIA

Capítulo 5

FÉ E DOGMA

AS CONTROVÉRSIAS CRISTOLÓGICAS DA IGREJA ANTIGA

A PALAVRA “TEOLOGIA” desperta reações contraditórias nas pessoas. Para alguns, trata-se de uma atividade não só legítima como indispensável para a igreja e para os cristãos. Para outros, é algo artificial e condenável, uma produção humana que distorce a revelação de Deus. Tudo de que o crente necessita, dizem eles, é a Palavra de Deus, sem as especulações e os devaneios dos teólogos. Todavia, o fato é que, mesmo sem o saber, todo cristão faz teologia. Essa teologia pode ser boa ou ruim, equilibrada ou tendenciosa, mas todos a fazem. Quando um humilde pregador pentecostal abre a sua Bíblia e começa a interpretá-la, explicá-la e aplicá-la aos seus ouvintes, está fazendo teologia, por mais que desconheça ou deteste essa palavra.

A teologia não é nada mais, nada menos, que a reflexão acerca das Escrituras e da fé cristã. Uma definição acadêmica diz que ela é “a exposição raciocinada da fé”. Como tal, é uma tarefa inevitável da igreja. Uma das razões para isso é a própria riqueza

e complexidade das Escrituras e a possibilidade de diferentes entendimentos de muitos de seus textos e ensinamentos. A Igreja Antiga, ainda nos seus primeiros tempos, defrontou-se com esse desafio. Diante das dissidências internas, ou seja, indivíduos e grupos que faziam interpretações divergentes da mensagem cristã, e dos desafios externos, representados pelos críticos pagãos, os cristãos sentiram a necessidade premente de explicitar e articular de maneira clara e convincente as suas convicções, à luz das Escrituras.

Problemas iniciais

Obviamente, a questão mais central da fé cristã é aquela que diz respeito ao próprio Jesus Cristo. Desde cedo, os cristãos se puseram a refletir intensamente sobre a pessoa e a identidade do Salvador, motivados, inclusive, por considerações apologéticas e missionárias. Era crucial que eles tivessem bastante clareza sobre aquele que havia se tornado o principal ponto de referência de suas vidas. Partindo dos dados bíblicos, especialmente a descrição joanina de Cristo como o Logos ou Verbo (Jo 1.1, 14; 1 Jo 1.1; Ap 19.13), houve o florescimento de uma grande diversidade de concepções, muitas das quais foram consideradas pela igreja como insatisfatórias ou simplesmente errôneas.

Entre essas concepções estavam as que foram englobadas pelo termo “monarquianismo”, um grande esforço feito nos séculos segundo e terceiro para preservar, nas discussões sobre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, uma importante herança recebida pela igreja do judaísmo – o monoteísmo, ou seja, a afirmação radical da existência de um só Deus. Parecia a muitos cristãos do período que afirmar a divindade do Pai, do Filho e do Espírito era defender o triteísmo, isto é, a existência de três deuses. As diferentes correntes monarquianistas foram classificadas pelos estudiosos em dois grandes grupos.

O “monarquianismo dinâmico” ou adocionismo negava pura e simplesmente a divindade de Cristo, declarando que

Jesus era um mero homem que foi adotado por Deus como filho por ocasião do seu batismo (Mt 3.16-17), sendo revestido pelo poder do Espírito Santo (em grego, “poder” = *dynamis*, daí dinâmico). Já o “monarquianismo modalista” entendia que Pai, Filho e Espírito Santo eram apenas três “modos” ou manifestações sucessivas do único Deus. Isto é, Deus revelou-se inicialmente como Pai, depois como Filho e finalmente como Espírito Santo. Uma variação dessa corrente, o “patripassianismo”, dizia que o próprio Pai sofreu e morreu na cruz. O monarquianismo procurava salvaguardar a unidade de Deus pela negação seja da divindade, seja da personalidade distinta do Filho e do Espírito Santo. Foi rejeitado pela Igreja antiga devido à convicção de que as suas posições não faziam justiça ao testemunho das Escrituras.

A controvérsia ariana

A realidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo era fundamental para a identidade dos primeiros cristãos desde o dia em que abraçavam a nova fé. No próprio momento do seu batismo, de sua iniciação na vida cristã, essa tríplice realidade era invocada e confessada pelo oficiante e pelo batizando. Vários escritores cristãos dos primeiros séculos fizeram reflexões extremamente penetrantes acerca desse tema, como foi o caso de Irineu de Lião e Tertuliano de Cartago. Mas foi somente nos séculos quarto e quinto que as discussões teológicas a respeito da “tríade divina” produziram seus frutos mais ricos e duradouros.

O início do século quarto marcou um dos momentos mais decisivos da história do cristianismo. A adesão do imperador Constantino à fé cristã e o conseqüente Edito de Milão (ano 313) puseram fim a uma longa história de perseguições e deram início a uma história ainda mais longa de ligações entre a Igreja e o Estado. Poucos anos após a ascensão de Constantino, um presbítero de Alexandria, no Egito, chamado Ário, começou a

divulgar as suas idéias a respeito de Cristo. Segundo ele, Cristo era muito superior aos seres humanos, mas inferior ao Pai, tendo sido criado por ele antes da existência do mundo. A acirrada controvérsia que se seguiu foi interpretada pelo imperador como um perigo tanto para a unidade da igreja quanto para a integridade do império. A fim de resolver o problema, ele convocou os bispos cristãos para se reunirem na cidade de Nicéia, perto da capital imperial, Constantinopla, no ano 325.

Nicéia e Constantinopla

O Concílio de Nicéia, o primeiro dos chamados concílios ecumênicos da Igreja antiga, reuniu cerca de 250 bispos, quase todos da parte oriental ou grega do Império Romano, e representou uma mistura preocupante de agendas políticas e teológicas. Depois de intensos debates, aos quais não faltaram as interferências do monarca, o “arianismo” foi condenado como herético, sendo declarada vitoriosa a posição que defendia a personalidade distinta e a plena divindade de Cristo. O concílio produziu um famoso Credo cujo ponto culminante foi a declaração de que o Filho era *homoousios* ou “consustancial” com o Pai. Todavia, por muitos anos houve fortes resistências contra a “doutrina da trindade” articulada pelos bispos reunidos em Nicéia.

Foi somente através dos esforços de alguns hábeis teólogos que essa doutrina finalmente veio a encontrar ampla aceitação na região oriental do Império Romano. Quatro deles destacaram-se em especial: Atanásio de Alexandria, Basílio de Cesaréia, Gregório de Nissa e Gregório de Nazianzo, sendo estes últimos conhecidos como “os três capadócios”. Em sua argumentação, eles apelaram tanto às Escrituras como à experiência da igreja. Somente um Cristo que fosse ao mesmo tempo divino e humano poderia ser o verdadeiro e eficaz mediador entre Deus e os homens. Por outro lado, os cristãos desde o princípio aprenderam a exaltar a

Cristo, adorá-lo no culto e dirigir orações a ele. Somente um ser divino merecia ser tratado desse modo.

O triunfo da ortodoxia de Nicéia foi sacramentado no Concílio de Constantinopla (ano 381), novamente no contexto de um importante evento político-religioso – a oficialização do cristianismo católico como a religião do império, no ano 380, pelo imperador Teodósio I. Os bispos reunidos na capital imperial reafirmaram as declarações de Nicéia, esclarecendo melhor alguns pontos obscuros e fazendo uma afirmação explícita da personalidade e divindade do Espírito Santo. O novo credo assim produzido ficou conhecido como Credo “Niceno” ou Niceno-Constantinopolitano.

Discutindo as duas naturezas

Finalmente, na primeira metade do século quinto uma nova controvérsia abalou a cristandade, dessa vez a respeito da relação entre as duas naturezas de Cristo, a divina e a humana. Duas posições básicas se manifestaram desde o início, representadas essencialmente pelas célebres escolas de interpretação bíblica de Alexandria e Antioquia. Os alexandrinos entendiam que o Verbo divino uniu-se à carne, sendo o Cristo encarnado uma pessoa plenamente integrada. Acentuavam, pois, a unidade da pessoa de Cristo, dando mais ênfase à sua divindade do que à sua humanidade. Desse raciocínio resultaram duas posições que foram eventualmente rejeitadas: o “apolinarismo”, segundo o qual Jesus era uma combinação de alma racional divina (o Verbo) e corpo humano, e o “monofisismo”, que afirmava que as duas naturezas fundiram-se em uma só, a divina.

Já os antioquianos entendiam que Cristo tinha tanto uma plena natureza divina quanto uma plena natureza humana. Seu problema estava na tendência de dividir em duas a pessoa de Cristo. O grande defensor dessa posição foi Nestório, o patriarca de Constantinopla. Ele afirmava com tanta ênfase

a distinção das naturezas que parecia ensinar que havia duas pessoas em Cristo, uma divina e outra humana. Essas questões foram tratadas em outros dois concílios ecumênicos. O Concílio de Éfeso (ano 431) condenou o “nestorianismo” e o Concílio de Calcedônia (451) condenou também o apolinarismo e o monofisismo. Este último concílio formulou as suas conclusões na célebre Definição de Calcedônia: “Fiéis aos santos pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e o mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade e perfeito quanto à humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, constando de alma racional e corpo; consubstancial ao Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade... Um só e o mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação...”

Desdobramentos posteriores

Desde então, esse entendimento da pessoa de Cristo foi amplamente aceito pelos católicos romanos, pelos ortodoxos gregos, e mais tarde pela maior parte dos protestantes. É parte daquilo que se denomina a fé cristã histórica. Todavia, desde aquela época até os nossos dias têm surgido críticas contra essas formulações doutrinárias da Igreja antiga, alegando-se desde o uso de terminologia extrabíblica e influências do pensamento grego até as interferências políticas na vida da igreja. Nos últimos séculos, muitos indivíduos e grupos têm simplesmente negado essas formulações históricas, retrocedendo a antigas posições que foram condenadas pelas mesmas.

O fato é que, mesmo reconhecendo-se esses problemas e a consideração adicional de que as declarações doutrinárias não são infalíveis, as doutrinas ou dogmas cristológicos da Igreja antiga, são aceitos pela maioria dos cristãos como uma expressão

autêntica da fé bíblica, refletindo de maneira fiel as convicções básicas de incontáveis gerações de seguidores de Cristo. Por limitadas que sejam essas formulações, pois que vazadas em linguagem e categorias de pensamento humanas e condicionadas, elas continuam insuperadas na beleza de seus termos, na profundidade e equilíbrio das suas declarações e no esforço de fazer justiça à totalidade do ensino das Escrituras a respeito de Cristo, sua pessoa e sua obra. Elas reafirmam, em linguagem teológica, a grandiosa mensagem de que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1.14).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

-
1. A doutrina cristã de Deus deve ser inteligível, racional, ou simplesmente procurar ater-se ao testemunho das Escrituras?
 2. A pessoa de Cristo foi motivo de controvérsia e escândalo no período antigo e continua a sê-lo hoje. Isso deve preocupar os cristãos?
 3. Que aplicações valiosas e encorajadoras podem ser tiradas da triunidade de Deus?
 4. Se a doutrina do Pai, do Filho e do Espírito Santo precisasse ser repensada hoje, em que direção isso deveria ocorrer?
 5. Quais as conseqüências práticas de se acreditar ou não na divindade de Cristo?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

-
- BAILLIE, D. M. *Deus estava em Cristo: ensaio sobre a encarnação e a expiação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: JUERP/ASTE, 1983.
- BERKOWER, G. C. *A pessoa de Cristo*. São Paulo: JUERP, 1983.
- CAMPOS, Heber Carlos de. *A pessoa de Cristo: as duas naturezas do Redentor*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- McLEOD, Donald. *A pessoa de Cristo*. Série Teologia Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.
- WALLACE, R.S. *Cristologia*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. I, p. 381-389.
-

Capítulo 6

SOLA SCRIPTURA

A CENTRALIDADE DA BÍBLIA NA EXPERIÊNCIA PROTESTANTE

VISTO SEREM as Escrituras do Antigo e do Novo Testamento o livro sagrado dos cristãos, é natural que desde o início elas tenham sido objeto de grande estima e profundo interesse. Desde os primeiros séculos, a Bíblia foi amplamente utilizada para os mais variados propósitos: teológicos, catequéticos, litúrgicos, homiléticos e devocionais. Ela foi invocada não somente nos grandes debates doutrinários da igreja antiga, que visavam definir as verdades centrais da fé, mas, acima de tudo, era a principal fonte na qual os cristãos, fossem eles instruídos ou incultos, iam buscar orientação, consolo, encorajamento e proximidade com Deus. Enfim, ela estava no centro da identidade e auto-compreensão do novo movimento.

Uma herança contraditória

Tão forte era o apreço pelas Escrituras entre os primeiros cristãos que muitos chegavam a usá-las de modo um tanto supersticioso.

Em busca de respostas para os seus problemas, era comum abrirem a Bíblia ao acaso e lerem o primeiro versículo no qual se fixavam os seus olhos, considerando-o uma mensagem divina enviada diretamente a eles. Tal prática tornou-se tão popular que teve de ser condenada repetidamente por concílios da igreja. Outros cristãos se sentiram profundamente desafiados por certas passagens, a ponto de tomarem decisões radicais que transformaram para sempre as suas vidas. Por exemplo, as palavras de Jesus ao jovem rico – “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres, e terás um tesouro no céu; depois vem, e segue-me” (Mt 19.21) – levaram muitos cristãos antigos, como Antônio do Egito, Valdês de Lião e Franciscô de Assis, a abandonarem tudo e se dedicarem plenamente à causa do evangelho.

Com o passar dos séculos, uma série de fatores produziu um crescente distanciamento entre a Bíblia e os fiéis. Em primeiro lugar, o surgimento de dissidências ou expressões alternativas da fé cristã, eventualmente consideradas heréticas – todas as quais apelavam para as Escrituras –, levou os líderes da igreja majoritária a temerem e desaconselharem a leitura da Bíblia pelos leigos. Em segundo lugar, a interpretação bíblica oficial por parte da igreja, na forma da tradição e do magistério eclesiástico, passou na prática a ser mais importante e decisiva que a própria Escritura. Através da interpretação alegórica, com sua grande flexibilidade de entendimentos, a igreja passou a buscar fundamentação bíblica para certos dogmas que simplesmente não se encontravam claramente expressos no texto sagrado.

Finalmente, havia a questão pura e simples da acessibilidade física. Durante mais de um milênio, as cópias parciais ou integrais da Bíblia eram feitas à mão, trabalho esse realizado principalmente por monges que pacientemente redigiam os manuscritos (hoje existem cerca de 2300 manuscritos bíblicos produzidos entre os anos 300 e 1500). O fato de os livros serem copiados à mão tornava-os extremamente caros para a maioria

das pessoas – copiar um livro como Isaías levava semanas ou meses. Por exemplo, no século 14 o custo de uma Bíblia podia ser equivalente ao salário de um ano inteiro de um sacerdote. Todos esses fatores contribuíram para que as Escrituras não estivessem ao alcance da maioria das pessoas.

A contribuição dos humanistas

A maior parte dos primeiros cristãos lia a Bíblia em grego, na versão conhecida como Septuaginta ou LXX. Nos primeiros séculos da era cristã, foram feitas traduções para vários outros idiomas, tais como o siríaco (Peshita), o armênio, o copta ou egípcio e o gótico. Algumas traduções foram feitas com propósitos missionários, como foi o caso da última mencionada: no século quarto, Ulfilas, o missionário pioneiro às tribos germânicas dos godos, traduziu a Bíblia para a língua desse povo. Todavia, a obra prima em matéria de tradução bíblica na antiguidade foi a Vulgata Latina, produzida pelo grande erudito Jerônimo no final do quarto século e início do quinto.

Na Europa medieval houve a predominância quase absoluta da Vulgata, sendo que as poucas traduções para as línguas vulgares abrangiam apenas algumas partes da Bíblia. Dois fatores contribuíram para a crescente difusão e popularização das Escrituras no final da Idade Média. Em primeiro lugar, a invenção da imprensa, em meados do século 15, simplificou e barateou substancialmente a produção dos livros. Outro fator, mais importante, foi a obra dos chamados humanistas bíblicos. Esses eruditos não somente começaram a estudar a Bíblia nos originais hebraico e grego, mas produziram valiosas edições críticas desses originais. Além disso, eles passaram a fazer traduções para as línguas vernaculares. Na segunda metade do século 15 e no início do século 16, a Bíblia foi traduzida para o alemão, o italiano, o espanhol, o francês, o tcheco, o inglês e outros idiomas europeus.

Essa ampla divulgação da Bíblia foi uma das molas propulsoras da Reforma Protestante. Quando Erasmo de Roterdã, o “príncipe dos humanistas”, publicou uma edição do Novo Testamento grego acompanhado de uma tradução latina (1516), o impacto foi enorme. Muitos sacerdotes começaram a ler as Escrituras com renovado interesse e, o que é mais importante, passaram a utilizá-las de modo mais enfático em sua pregação e ensino. Comparando os ensinamentos bíblicos com a tradição dogmática e magisterial da igreja, religiosos e leigos perceberam que havia conflitos insanáveis, e sentiram que a Escritura – a Palavra de Deus – devia ter a precedência. As conseqüências abalaram a cristandade.

A revolução protestante

Muito antes da Reforma, houve cristãos que defenderam uma espiritualidade mais bíblica. Um exemplo bem conhecido é o sacerdote João Wyclif, do século 14, que incentivou a primeira tradução completa da Bíblia para o inglês (1384). Wyclif se apoiou nas Escrituras para contestar uma série de dogmas da igreja medieval e foi eventualmente condenado por heresia. Quarenta e quatro anos após a sua morte, seus ossos foram exumados e queimados, sendo as cinzas lançadas em um rio. Muitos exemplares de seus livros e da sua tradução da Bíblia foram queimados – assim como alguns de seus seguidores. Surpreendentemente, apesar da intensa repressão, quase duzentas cópias dessa Bíblia sobreviveram até os nossos dias. Como é natural, a igreja ficou ainda mais receosa de colocar a Escritura nas mãos dos leigos. Mas havia sido desencadeado um processo irreversível.

Os humanistas seculares tinham o lema *ad fontes*, “de volta às fontes”, ou seja, as obras da antiguidade clássica greco-romana. Os reformadores fizeram o mesmo com a Bíblia, a fonte por excelência da tradição cristã, o registro da ação providencial e

redentora de Deus na vida do mundo. Desde o início, homens como Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio e João Calvino afirmaram o princípio da autoridade suprema das Escrituras em matéria de fé e prática (“sola Scriptura”), e passaram a reavaliar toda a sua herança religiosa à luz desse critério. Eles concluíram que a autoridade da Bíblia é intrínseca e decorre da sua origem divina, visto ser a revelação direta, viva e pessoal de Deus aos seres humanos. Não foi a igreja que formou a Escritura, mas vice-versa. A igreja está edificada “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas” (Ef 2.20), ou seja, o evangelho que está contido nas Escrituras e é a sua essência. Cristo é o centro e a chave da revelação escrita.

Esse postulado, chamado o “princípio formal” da Reforma, teve uma série de corolários importantes. Um desses princípios colaterais foi o do “livre exame” das Escrituras. Se a Bíblia é a Palavra de Deus, escrita para a instrução e o encorajamento do povo de Deus, todo cristão tem o direito e o dever de lê-la e estudá-la. Os reformadores conheciam os riscos envolvidos nesse princípio, mas mesmo assim resolveram assumi-los. Na questão crucial da interpretação bíblica, dois fatores foram importantes. Por um lado, insistiu-se no princípio da “analogia da Escritura”, ou seja, de que a Bíblia se interpreta a si mesma. Um ponto confuso ou obscuro do texto deve ser aclarado por outros textos que falam sobre o mesmo assunto. Por outro lado, houve o entendimento de que “livre exame” não significava “livre interpretação”, meramente pessoal, subjetiva, aleatória. Os reformadores foram os primeiros a dar o exemplo nesse sentido, levando em consideração o que havia de melhor na tradição exegética da igreja antiga.

A centralidade da Palavra

O amor pela Bíblia encontrou expressão em vários desdobramentos notáveis. A vida das comunidades protestantes passou

a girar em torno das Escrituras e da sua mensagem. A própria arquitetura dos templos passou a refletir as novas convicções: a decoração modesta, a ausência de imagens e do altar, o destaque dado ao púlpito e à mesa da comunhão. O foco central do culto passou a ser a pregação expositiva da Bíblia, bem como a celebração dos sacramentos da ceia e do batismo. Os pastores ficaram conhecidos como os “ministros da Palavra”.

Em contraste com a Idade Média, em que a arte sacra era considerada “a bíblia dos ignorantes”, os reformados passaram a incentivar a educação para que as pessoas pudessem ler a própria Bíblia. Paralelamente, houve uma produção sem precedentes de novas traduções em linguagem acessível ao povo. Uma das maiores contribuições de Lutero foi a Bíblia alemã (1534), um monumento literário desse idioma. Mais importante foi a Bíblia inglesa, devido à sua influência na história posterior do movimento protestante. A primeira tradução impressa foi a de William Tyndale (1525-1530), martirizado em Bruxelas em 6 de outubro de 1536. Dos seis mil exemplares do seu Novo Testamento, somente dois chegaram até os nossos dias. Ainda no século 16, surgiram várias outras versões inglesas: Bíblia de Coverdale (1535), Bíblia de Matthew (1537), Grande Bíblia (1539), Bíblia de Genebra (1560) e Bíblia dos Bispos (1568).

Como seria de se esperar, as Escrituras influenciaram poderosamente todos os aspectos do universo protestante: a teologia, a liturgia, a pregação, a hinódia, a devoção pessoal e familiar, a vida intelectual, a literatura e a arte, bem como as concepções éticas, políticas e sociais. Nos países marcados pela Reforma, o próprio idioma absorveu um grande número de palavras e expressões bíblicas. A Bíblia também esteve por trás dos grandes movimentos de revitalização das igrejas evangélicas, como o puritanismo inglês, o pietismo alemão e os grandes despertamentos norte-americanos. Desde o século 16, com os próprios reformadores, o estudo dos textos nas línguas originais e

a adoção de princípios equilibrados de exegese e hermenêutica (como o método histórico-gramatical) têm gerado um imenso e valioso legado de reflexão bíblica.

Outra área da vida das igrejas que teve profunda conexão com as Escrituras foi o esforço missionário. Desde os primeiros contatos com povos não-cristãos, os protestantes se preocuparam em traduzir a Bíblia para as línguas nativas. Essa preocupação se intensificou a partir do final do século 18, através de homens como William Carey, que verteu as Escrituras para várias línguas do subcontinente indiano. Fator importante nesse processo foi o surgimento das grandes sociedades bíblicas – a Britânica (1804) e a Americana (1816). Através de seus agentes, os valorosos colportores, essas sociedades espalharam a Bíblia pelo mundo afora. Hoje, graças aos esforços de organizações como Tradutores Wyclif da Bíblia, são relativamente poucas as pessoas que não têm nenhuma parte das Escrituras em sua língua materna.

Conclusão

Ao se escrever sobre a importância da Bíblia para os protestantes, seria injusto esquecer a contribuição católica. Em todos os períodos da história, a igreja romana teve manifestações de grande apreço e valorização das Escrituras, preservando os manuscritos antigos, fazendo valiosas traduções, estudando e ensinando as Escrituras. Por outro lado, muitos protestantes não estão isentos de erros nessa área, como o biblicismo estreito e intolerante, as interpretações esdrúxulas que geraram uma multiplicidade de seitas, o uso ideológico das Escrituras para justificar práticas inaceitáveis à luz do evangelho, como a escravidão e o preconceito. No cômputo geral, todavia, não há como negar que a Bíblia ocupa um lugar de muito maior destaque nas igrejas da Reforma e que os frutos desse interesse tem sido em grande parte benéficos e enriquecedores, tanto no aspecto pessoal quanto comunitário.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Por que razões as Escrituras do Antigo e do Novo Testamento são indispensáveis e insubstituíveis para a definição da fé cristã?
2. Quando há uma tensão ou uma divergência entre o ensino bíblico e a tradição eclesial, qual dos dois deve ter a precedência? Por quê?
3. Como se pode evitar o subjetivismo e a parcialidade na interpretação das Escrituras?
4. O princípio do “livre exame” das Escrituras tem tido efeitos predominantemente positivos ou negativos para as igrejas protestantes?
5. Os protestantes têm sido acusados de bibliolatria, ou seja, a tendência de se concentrarem excessivamente na Bíblia como um fim em si mesma. Como se pode evitar isso?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANGLADA, Paulo. *Sola Scriptura: a doutrina reformada das Escrituras*. Recife: Os Puritanos, 1998.
- BEEKE, Joel e outros. *Sola Scriptura: numa época sem fundamentos, o resgate do alicerce bíblico*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- BOICE, James Montgomery. *O alicerce da autoridade bíblica*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1986.
- GEISLER, Norman; NIX, William. *Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós*. São Paulo: Vida, 2000.
- HARRIS, Laird. *Inspiração e canonicidade das Escrituras*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *A Bíblia e seus intérpretes: uma breve história da interpretação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

Capítulo 7

ATÉ QUE ELE VENHA

A EXPECTATIVA DO FIM NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

DESDE O SEU início, o movimento cristão tem se caracterizado por um nítido elemento apocalíptico. O cristianismo tem uma concepção linear da história, apontando para um fim que marcará a consumação de todas as coisas. Esse elemento já estava fortemente presente no judaísmo pré-cristão, especialmente nos profetas e nos salmos do Antigo Testamento, com a sua esperança messiânica e a sua mensagem acerca do Dia do Senhor, a intervenção de Deus na história para libertar Israel dos seus inimigos e instaurar uma era de justiça e paz. Jesus manteve essa ênfase escatológica ao fazer da vinda iminente do reino de Deus a sua mensagem principal. Os apóstolos, nos escritos que vieram a compor o Novo Testamento, preservaram a convicção da igreja primitiva de que os cristãos vivem entre dois tempos, entre o “já” e o “ainda não”. O Filho de Deus já veio ao mundo, morreu e ressuscitou; ao mesmo tempo, ele ainda irá voltar no futuro para consumir todo o propósito de Deus em relação à humanidade.

O reino de Deus está presente, mas ainda não alcançou a sua plenitude. Essa permanente tensão tem feito com que os cristãos, a cada geração, se preocupem, com maior ou menor intensidade, com as questões referentes ao fim dos tempos.

A presente reflexão procura sintetizar algumas das principais atitudes dos cristãos ao longo da história em relação à volta de Cristo e aos acontecimentos a ela relacionados. Entre esses eventos estaria o milênio, isto é, a noção de que Cristo, na sua volta, irá instaurar um reino literal sobre a terra, durante mil anos (Ap 20.1-7). A principal fonte utilizada para este retrospecto foi um número da revista *Christian History* (História Cristã) publicado em 1999.

Os primeiros séculos

O período apostólico foi caracterizado por uma intensa esperança escatológica, como se pode constatar nas epístolas paulinas, nas epístolas gerais e no livro do Apocalipse. Todavia, ao contrário da opinião da crítica bíblica moderna, a demora ou adiamento da *parousia* (termo técnico para a “presença” ou segunda vinda de Cristo) não parece ter causado grande comoção entre os primeiros cristãos. Eles simplesmente passaram a interpretar os eventos de outra maneira. Com o tempo surgiu o entendimento de que a volta de Cristo poderia não ser um evento iminente e sim muito distante no futuro, e aqueles que afirmavam o contrário foram encarados com desconfiança.

Muitos dos primeiros cristãos parecem ter entendido a ressurreição de Cristo como o início do milênio. Aliás, as preocupações milenaristas ou quiliásticas (do grego *chilioi* = “mil”) foram generalizadas nos primeiros séculos da igreja. Papias (c.60-120 d.C.), um dos chamados “pais apostólicos”, foi o primeiro autor subsequente ao Novo Testamento a descrever o milênio, assim como também o fez o gnóstico Cerinto (c. 100 d.C.), embora a sua descrição dos prazeres físicos associados ao mesmo tenha

escandalizado os ortodoxos. Em sua obra *Diálogo com Trifo, o Judeu*, o apologista Justino Mártir (c.100-165) foi um passo além de Papias ao afirmar que o milênio teria início após a vinda do Anticristo e a segunda vinda de Cristo. Os fiéis falecidos iriam ressuscitar dentre os mortos e reinar com Cristo por mil anos na nova Jerusalém. Assim sendo, ele é considerado por muitos o primeiro “pré-milenista”, ou seja, defensor da noção de que a volta de Cristo precede o milênio. Justino foi seguido nessa opinião pelo célebre bispo Irineu de Lião (c.130-c.200), um discípulo de Papias, em sua monumental obra apologética *Contra as Heresias*, dirigida contra os gnósticos.

Justino e Irineu entenderam a segunda vinda de Cristo e o milênio como eventos distantes no tempo. Todavia, no final do segundo século alguns cristãos começaram a ver sinais de que o milênio era iminente, como foi o caso dos montanistas. Por volta do ano 172, Montano e suas auxiliares Priscila e Maximila começaram a afirmar que o milênio havia começado e que dentro em breve Jerusalém iria descer nas proximidades da Frígia, na Ásia Menor. Eles também disseram que Deus lhes havia dado autoridade sobre a igreja e que rejeitar os seus pronunciamentos era blasfemar contra o Espírito Santo. No início do terceiro século, Hipólito de Roma predisse que Cristo estabeleceria o milênio no ano 500, sendo um dos primeiros escritores antigos a fixarem uma data para a segunda vinda. Ele fez esse cálculo no seu comentário pioneiro sobre o livro de Daniel, partindo da premissa de que Cristo nascera 5500 anos após a criação do mundo. Assim, a segunda vinda e o início do milênio se dariam 500 depois e o mundo terminaria no ano 7000, uma idéia comum naqueles dias.

Curiosamente, o objetivo de Hipólito com essa data distante foi atenuar as expectativas de muitos de seus contemporâneos. Ele falou de um líder da igreja síria que havia levado o seu povo ao deserto para aguardar a segunda vinda. Outro líder,

do Ponto, no norte da Ásia Menor, havia predito que Cristo voltaria dentro de um ano. Quando isso não aconteceu, os seus seguidores ficaram arrasados. Muitos abandonaram a fé: “As virgens se casaram; os homens se retiraram para as suas fazendas e aqueles que haviam imprudentemente vendido as suas possessões mais tarde foram vistos mendigando”.

Outra tentativa de atenuar as expectativas milenistas foi feita pelo grande teólogo do terceiro século Orígenes (c.185-c.254). Sua interpretação bíblica alegórica, não-literal, deu mais ênfase às ações praticadas pelos cristãos do que à cronologia dos eventos escatológicos. Algumas décadas mais tarde, quando a última perseguição imperial se abateu sobre a igreja (303-311), houve a especulação de que a temida tribulação podia ter chegado, sendo o imperador Diocleciano e o seu vice Galério a primeira e a segunda bestas de Apocalipse 13. Logo depois, com a vitória de Constantino e a completa inversão da situação da igreja, muitos tiveram a impressão de que o milênio finalmente havia chegado.

A contribuição de Agostinho

Inicialmente, o grande bispo de Hipona havia abraçado a posição milenarista da maioria dos antigos cristãos. Todavia, na sua obra mais importante, *A Cidade de Deus* (ano 427), ele passou a entender os mil anos de Apocalipse 20 como o período que teve início com a encarnação de Cristo, ou seja, a era da igreja cristã. Essa nova posição, muitas vezes chamada de “amilenismo” (isto é, a negação de um milênio literal), tornou-se a concepção predominante entre os cristãos ocidentais, inclusive os reformadores protestantes, por quase mil e quinhentos anos. Na era da igreja, os santos já reinam com Cristo, embora não de modo tão pleno como acontecerá no reino eterno de Deus.

As razões apontadas para essa mudança de pensamento são várias. Entre elas está o fato de que, à medida que os anos passaram, Agostinho concentrou-se cada vez mais nas realidades

celestiais, tanto presentes quanto futuras. A terra e as realidades históricas tornaram-se cada vez menos importantes para ele. A idéia de um milênio literal na terra após a volta de Cristo parecia-lhe demasiado grosseira; tudo o que importava era a cidade de Deus. Os cristãos são peregrinos cujo verdadeiro lar é a pacífica cidade que está além da história humana. “Sem essa esperança”, disse ele, “a presente realidade é uma falsa felicidade, ela é de fato uma completa miséria”. Portanto, a primeira vinda de Cristo deu início aos últimos tempos da história humana. A consumação está além deste mundo, quando Cristo reinar plenamente no meio do seu povo restaurado, quando tiverem ficado para trás as lutas e ambigüidades da era presente.

O apocaliptismo medieval

Curiosamente, a passagem do ano 1000 teve pouco significado apocalíptico para as pessoas da Idade Média, porque o cálculo dos anos a partir do nascimento de Cristo ainda era relativamente recente. Todavia, isso não significa que o cristianismo medieval estivesse pouco interessado em especulações sobre o final dos tempos. Por volta de 950, um monge chamado Adso escreveu um tratado sobre o Anticristo que popularizou a idéia do “último imperador mundial”, o grande monarca que precederia a vinda do Anticristo. Um elemento que alimentou o apocaliptismo desse período foi a corrupção da igreja e a inércia dos seus líderes, situação que suscitou protestos como o da abadessa alemã Hildegarda de Bingen (1098-1179). Todavia, o mais famoso escritor sobre temas apocalípticos naquela época foi o abade Joaquim de Fiore (c.1135-1202), outro proponente da reforma da igreja. Ele especulou que, logo após o ano 1200, duas forças anticristãs, possivelmente muçulmanos e hereges, iriam atacar, derrotar e perseguir intensamente os cristãos. Assim purificados, um papa reformador e as ordens monásticas criariam um mundo mais santo no qual as pessoas alcançariam uma compreensão inigualável

do sentido oculto das Escrituras. Por um período indeterminado, os cristãos dominariam o mundo em um clima de paz.

Os eventos não se harmonizaram com essas previsões otimistas. Por vários séculos, os imperadores continuaram a entrar em choque com os papas, e nem uns nem outros promoveram as reformas que a igreja reclamava. Essa situação, aliada a outras realidades negativas na sociedade mais ampla, continuou a inspirar não só a literatura apocalíptica, mas movimentos dessa natureza, como o dos taboritas, seguidores extremados de João Hus, e o do frade dominicano Jerônimo Savonarola (1452-1498). Um fato pouco conhecido são as motivações escatológicas por trás das viagens exploratórias de Cristóvão Colombo (1451-1506). O famoso navegador genovês era assíduo estudioso da Bíblia e estava familiarizado com a escatologia de Joaquim de Fiore. Ele preparou o chamado *Livro de Profecias*, uma coleção de predições sobre o fim do mundo e o retorno de Cristo no qual procurou demonstrar que as suas viagens serviam a um propósito divino. A descoberta de um caminho mais curto para o Oriente não só proporcionaria os fundos para a conquista de Jerusalém das mãos dos infiéis, mas possibilitaria a pregação do evangelho a todas as nações, dois requisitos para a volta de Cristo.

O período da Reforma

Os principais reformadores protestantes contestaram muitas doutrinas da igreja medieval, mas não manifestaram maiores preocupações com a escatologia predominante, herdada de Agostinho. Todavia, Lutero afastou-se de alguns aspectos do amilenismo da Idade Média. Por exemplo, ele questionou a glória da igreja histórica, cria que o papado era a manifestação do Anticristo e entendia a vinda do Senhor como uma ocasião feliz, e não como um dia de ira. Como Lutero, Calvino rejeitou explicitamente a posição milenista, considerando-a infantil e equivocada. Ele cria que a idéia do milênio impõe um limite ao reino de Cristo. Em

grande parte, a escatologia de Calvino concentrou-se no futuro dos indivíduos. Nas *Institutas da Religião Cristã*, ele aborda a ressurreição final no contexto de uma seção mais ampla sobre como os indivíduos recebem a graça de Cristo. Para ele, a escatologia tem um sentido prático, pois a meditação sobre a vida futura é um elemento essencial da vida cristã.

Muito diferente foi o entendimento desse assunto por parte de alguns anabatistas extremados. O episódio que mais contribuiu para dar uma reputação negativa ao anabatismo no século 16 ocorreu na cidade alemã de Münster. Tudo começou em 1529, quando Melchior Hofmann começou a pregar sermões apocalípticos em Estrasburgo anunciando a vinda literal e iminente do reino de Deus. Após três anos de pregação incessante, as autoridades o lançaram na prisão, mas os seus seguidores, os melquioritas, surgiram por toda parte. Um deles foi Jan Matthys, um padeiro de Haarlem, na Holanda. Proclamando ser Enoque, a segunda testemunha do livro do Apocalipse, ele começou a pregar de maneira agressiva e a enviar grupos de seguidores através dos Países Baixos. Dois deles, Jan de Leyden e Gerard Boekbinder, foram para Münster, onde o principal pregador da cidade, Bernhard Rothman, estava pregando idéias anabatistas a grandes multidões.

Ouvindo as notícias, Matthys teve a visão de que Münster deveria ser o local da Nova Jerusalém e mudou-se para aquela cidade com os seus seguidores. No início de 1534, após a fuga de parte da população católica e luterana, Matthys assumiu o controle de Münster. Iniciou-se um período de repressão que visava “purificar” a cidade, com rebatismos forçados, confisco de propriedades, queima de livros e a execução de um ferreiro pelo próprio Matthys. No domingo de Páscoa de 1534, acompanhado de alguns seguidores, Matthys atacou o exército do bispo que estava acampado fora da cidade, sendo imediatamente morto e decapitado. Jan de Leyden assumiu a liderança, ungiu a si mesmo

rei, instaurou um reino de terror e introduziu inovações como a poligamia. No dia 25 de junho de 1535, o exército do bispo invadiu a cidade e matou quase todos os habitantes. Leyden e dois companheiros foram torturados até a morte com ferros em brasa. A esperança de uma Nova Jerusalém havia terminado em tragédia.

A experiência americana

Nos séculos 17 e 18, com o advento do Iluminismo, houve um forte declínio do entusiasmo apocalíptico que havia caracterizado o cristianismo europeu durante vários séculos. Todavia, do outro lado do Atlântico surgiu uma nova maneira de encarar a escatologia que ficou conhecida como “pós-milenismo”, a crença de que a segunda vinda iria ocorrer *após* um milênio de paz e prosperidade para a igreja, sendo o mesmo implantado através dos esforços da própria igreja, auxiliada por Deus. O pós-milenismo revelou uma atitude de profundo otimismo com relação ao progresso da igreja e da sociedade e foi uma doutrina geralmente aceita pelos protestantes norte-americanos até a segunda metade do século 19. Ela dominou a imprensa religiosa, os principais seminários e grande parte dos ministros, além de estar implantada na mentalidade popular.

O primeiro articulador dessa doutrina nos Estados Unidos foi o famoso teólogo calvinista e pastor congregacional Jonathan Edwards (1703-1758). No contexto do Primeiro Grande Despertamento, do qual foi um dos principais personagens, Edwards anteviu uma era de contínuo avanço do evangelho até que, por volta do ano 2000, surgisse o milênio, um período de paz, notável conhecimento, santidade e prosperidade geral. A maior contribuição de Edwards foi o entendimento de que essa obra resultaria de uma combinação da atuação do Espírito Santo com o uso de meios, como a pregação do evangelho e o cultivo dos “meios ordinários de graça”. Para

ele, essa visão pós-milenista era um incentivo necessário para sustentar os melhores esforços da igreja.

A influência de Edwards continuou por várias gerações, principalmente após a Revolução Americana, quando surgiu um renovado interesse pela escatologia bíblica. Seu discípulo Samuel Hopkins publicou em 1793 um *Tratado sobre o Milênio*, dando grande ênfase ao ativismo social e expressando a convicção de que a grande maioria dos seres humanos iria converter-se. Suas expectativas pareceram confirmar-se com a ocorrência de um avivamento muito mais vasto nas primeiras décadas do século 19, o Segundo Grande Despertamento. Neste, o personagem de maior destaque foi o avivalista Charles G. Finney (1792-1875), que levou às últimas conseqüências a ênfase de Edwards no uso de meios por parte da igreja. Outro fervoroso partidário do otimismo pós-milenista, Finney entendia que o avivamento não era um fenômeno sobrenatural, mas resultava do uso apropriado de certas técnicas, as quais denominou “novas medidas”.

O contínuo progresso da nova nação norte-americana e a ocorrência de ainda outro avivamento em 1858 intensificaram as esperanças pós-milenistas, que eram expressas nos termos mais triunfalistas possíveis. Porém, com a Guerra Civil (1861-1865) e os grandes problemas gerados pela imigração, urbanização e industrialização, o entusiasmo pós-milenista entrou em refluxo. Seus últimos vestígios se manifestariam no movimento do Evangelho Social, no início do século 20, que ainda insistiu em falar na conversão da sociedade e na implantação do reino de Deus na terra. O cenário estava preparado para o retorno triunfal do velho pré-milenismo abraçado por muitos cristãos antes de Agostinho.

A era dispensacionalista

Em meio ao pós-milenismo dominante, começaram a surgir nos Estados Unidos, ainda na primeira metade do século 19, diversos

movimentos de natureza fortemente apocalíptica, como foi o caso dos mórmons (“os santos dos últimos dias”) e seu profeta Joseph Smith. Outro líder influente foi William Miller, um fazendeiro da Nova Inglaterra que, através do estudo da Bíblia e especialmente de Daniel 8.14, concluiu que Cristo iria voltar em 1843 ou 1844. A partir de 1838, a grande divulgação de suas idéias através de publicações e conferências despertou enorme interesse popular. Todavia, quando as previsões de Miller não se materializaram, os seus seguidores ficaram completamente desiludidos e amargurados com ele, que morreu quase esquecido em 1849. Mesmo assim, alguns de seus simpatizantes permaneceram firmes. Um pequeno grupo da Nova Inglaterra, liderado por James White e Ellen G. White, concluiu que Miller estava certo quanto à data, mas errado quanto ao local. No dia 22 de outubro de 1844 Cristo de fato purificou o santuário segundo a profecia de Daniel, mas o santuário estava no céu, e não na terra. Cristo não apareceu na terra em virtude da não-observância do sábado por parte da igreja. Assim surgiu a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Mais importante para o evangelicalismo norte-americano e mundial foi o pré-milenismo dispensacionalista. As origens desse movimento remontam ao inglês John Nelson Darby (1800-1882), um talentoso líder dos Irmãos de Plymouth. Suas idéias foram popularizadas nos Estados Unidos por C. I. Scofield através da sua famosa Bíblia Anotada. Esse sistema derivou o seu nome do fato de dividir a história em diversas eras ou dispensações. Outra peculiaridade estava na convicção de que Deus tem dois planos completamente diferentes atuando na história: um para os judeus e outro para a igreja. Todavia, sua doutrina mais controvertida e distintiva é a do arrebatamento da igreja, quando Cristo virá *para* os seus santos, seguido da tribulação, da consumação do plano de Deus em relação aos judeus e da segunda vinda, quando Cristo virá *com* os seus santos. Então virá o milênio, seguido do juízo final e dos novos céus e terra.

Inicialmente, os evangélicos conservadores viram o dispensacionalismo com suspeitas. Todavia, a luta contra o liberalismo teológico aproximou os dois grupos, permitindo que os pré-milenistas fossem conquistando espaços. Em 1878, a Conferência Bíblica de Niagara aprovou uma declaração de fé que incluía, além de uma abertura para o pré-milenismo, ênfases evangélicas tradicionais como a autoridade das Escrituras e a necessidade da conversão pessoal. Apesar das suas diferenças na área da escatologia, fundamentalistas e pré-milenistas perceberam que possuíam muitas convicções comuns, o que os levou a firmar alianças por algum tempo. O pré-milenismo também foi auxiliado pelo apoio de líderes populares como o evangelista Dwight L. Moody e pela criação de institutos bíblicos. O fato é que, no final do século 19, o pré-milenismo parecia muito mais realista do que o pós-milenismo e os seus defensores apontavam para um grande número de problemas sociais como “sinais dos tempos” e evidências de que a sua posição era a mais correta.

O século 20

Um dos fenômenos mais importantes da história da igreja no século 20 foi o surgimento do movimento pentecostal, que teve como uma de suas características mais distintivas o falar em línguas. Curiosamente, os estudiosos apontam para o fato de que o pentecostalismo inicial tinha como enfoque principal a segunda vinda de Cristo. O dom de se expressar em outras línguas (*xenoglossolalia*) era visto simplesmente como um instrumento para a colheita final de almas antes do arrebatamento da igreja. Essa preocupação já estivera presente em Edward Irving (1792-1834), um pastor presbiteriano escocês que é tido como precursor do movimento carismático, e foi muito saliente nos primeiros líderes pentecostais, Charles Fox Parham e William J. Seymour. Depois de 1910, quando ficou claro que os missionários não estavam recebendo habilidades miraculosas de falar em outras

línguas humanas, os pentecostais começaram a dar maior ênfase às línguas como evidência do batismo com o Espírito Santo e como uma linguagem devocional de oração. Mesmo assim, a preocupação escatológica não foi esquecida. Um exemplo disso é a Igreja do Evangelho Quadrangular, que tem como uma das quatro convicções básicas implícitas no seu nome a volta de Cristo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o pré-milenismo despertou um interesse sem precedentes graças a fenômenos como as armas atômicas, a criação do Estado de Israel, a guerra fria entre os blocos capitalista e comunista e o surgimento da união européia. O número de publicações sobre o tema foi impressionante, os autores oferecendo as mais diferentes interpretações dos eventos contemporâneos à luz das profecias bíblicas. Um grande campeão de vendas por muitos anos foi o livro de Hal Lindsay, *A Agonia do Grande Planeta Terra* (1970). Muitos filmes também foram produzidos nessa área, inclusive pela indústria cinematográfica secular. O fim da União Soviética em 1989 e o transcurso do ano 2000 apresentaram novos desafios e a necessidade de reinterpretações, como também ocorreu com os atentados terroristas nos Estados Unidos em 2001 e suas conseqüências. Os cristãos de todas as eras ficam imaginando se o fim dos tempos não irá chegar na sua geração. Não poderia ser diferente em nossos dias, principalmente à luz de acontecimentos tão impressionantes que o mundo tem testemunhado. Importa que os seguidores de Cristo cumpram as solenes tarefas que lhes foram confiadas... até que ele venha.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Quais os aspectos positivos e negativos da preocupação de muitos cristãos com o futuro, com o fim do mundo?
2. Que problemas podem resultar da posição pré-milenista, com a sua visão pessimista da história e do mundo?

3. Que problemas podem resultar da posição pós-milenista, com o seu entendimento de que a pregação do evangelho irá inaugurar uma era de grande paz e prosperidade para o mundo?
4. Considerando que o Apocalipse é um livro fortemente simbólico, é legítimo interpretar literalmente os mil anos mencionados no capítulo 20?
5. Como as posições doutrinárias acerca do fim afetam a compreensão dos cristãos acerca da missão da igreja?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CLOUSE, R.G. *Milênio, conceitos do*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 518-523.

ERICKSON, Millard J. *Opções contemporâneas na escatologia: um estudo do milênio*. São Paulo: Vida Nova, 1982.

GRIER, W. J. *O maior de todos os acontecimentos*. Campinas, SP: Luz Para o Caminho.

HILL, Craig C. *O tempo de Deus: a Bíblia e o futuro*. Apres. Timóteo Carriker. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2004.

HOEKEMA, Anthony. *A Bíblia e o futuro: a doutrina bíblica das últimas coisas*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Crist 2001.

PATE, C. Marvin (Org.). *As interpretações do Apocalipse*. Coleção Debates Teológicos. São Paulo: Editora Vida.

SHEDD, Russell. *A escatologia e a influência do futuro no dia-a-dia do cristão*. São Paulo: Shedd Publicações.

SPROUL, R. C. *Os últimos dias segundo Jesus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SUMMERS, Ray. *Digno é o Cordeiro: a mensagem do Apocalipse*. 5ª ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

Capítulo 8

QUEM DIZEIS QUE EU SOU?

PERSPECTIVAS SOBRE JESUS CRISTO NO DECORRER DA HISTÓRIA

OS EVANGELHOS informam que desde o ministério terreno de Jesus houve dúvidas quanto à sua verdadeira identidade. No texto da confissão de Pedro, em resposta à pergunta de Jesus sobre quem o povo dizia ser ele, os discípulos responderam: João Batista, Elias, Jeremias ou “algum dos profetas” (Mt 16.14). Quando Jesus indagou a opinião dos seus próprios seguidores, Pedro deu a resposta correta (“Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”), mas uma leitura mais ampla dos sinóticos mostra que os apóstolos ainda assim tinham muitas perplexidades acerca de verdadeira natureza do seu mestre. Fora do círculo mais estreito em torno de Jesus, as dúvidas podiam se tornar especialmente intensas. João Batista, o primo e precursor de Jesus, fez a dolorosa pergunta: “És tu aquele que estava para vir ou havemos de esperar outro?” (Mt 11.3). Ao longo dos evangelhos ressoa a exclamação das multidões e dos líderes religiosos judeus: “Quem é este...?” (Mt 8.27; Lc 5.21; 7.49; Jo 1.19; 8.25).

A principal razão dessas dúvidas era a própria complexidade da pessoa de Jesus, em muitos aspectos tão intensamente humano, porém ao mesmo tempo marcado por características, atributos e feitos singulares, extraordinários. Os seus títulos, demonstrações de autoridade e afirmações ousadas sobre si mesmo deixavam os seus interlocutores aturdidos, admirados ou simplesmente chocados e irados. Adicionalmente, havia um elemento de mistério em torno daquela pessoa, de segredo acerca da sua verdadeira identidade, tema esse que é destacado nos evangelhos. O chamado “segredo messiânico” reforça a idéia de que Jesus ao mesmo tempo se oculta e se revela. Somente aqueles que crêem, que se identificam com ele, podem conhecer realmente quem ele é. Após a ressurreição os discípulos se tornam mais seguros a respeito de Jesus (Jo 21.12), o que não impede que, com o passar do tempo, surjam novos questionamentos.

O humano e o divino

A resposta de Pedro, conhecida como a “Grande Confissão”, foi muito importante, mas não respondeu todas as dúvidas. O que realmente significava dizer que Jesus era o “Cristo” (Messias) e o “Filho de Deus”? Quais as implicações mais profundas dessas afirmações? Essas questões ocuparam a mente dos cristãos por vários séculos e as tentativas de solução giraram em torno de dois pólos: a humanidade e a divindade de Jesus. Num primeiro momento, a preocupação em resguardar o monoteísmo fez com que muitos cristãos tivessem reservas quanto à divindade de Cristo. Nunca se pos em dúvida a importância, a dignidade e a singularidade de Jesus; afinal, desde o início os cristãos sabiam ter uma relação especial com ele, tinham sido batizados em seu nome e o confessavam como Senhor. Todavia, muitos sentiam que aceitar a sua divindade implicava em dissolver a unidade de Deus, em admitir a existência de dois deuses, o Pai e o Filho.

Essa preocupação em preservar o monoteísmo em prejuízo do reconhecimento do caráter divino de Cristo ficou conhecida na história como “monarquianismo”. Este por sua vez dividiu-se em duas correntes principais: o monarquianismo dinâmico ou adocianismo dizia que Jesus foi um ser humano que Deus adotou como filho por ocasião do seu batismo, quando ele foi revestido do poder (“dynamis”) do Espírito Santo. Os ebionitas, isto é, os cristãos hebreus que pouco antes da destruição de Jerusalém se transferiram para o outro lado do rio Jordão, foram adocianistas. Já o monarquianismo modalista entendia que Pai, Filho e Espírito Santo eram manifestações sucessivas, e não simultâneas, de Deus. Essa corrente não fazia distinções no Ser Divino, chegando alguns a ponto de dizer que o Pai sofreu e morreu na cruz, posição essa conhecida como patripassianismo.

Simultaneamente ao monarquianismo, e mesmo antes dele, surgiu uma espécie muito diferente de questionamento, motivada por pressupostos bastante distintos. Influenciados pela cultura e filosofia grega, os gnósticos afirmavam a maldade inerente da matéria e, por conseguinte, não podiam admitir o conceito de encarnação. Sua tendência era dar ênfase ao caráter divino do Verbo (Logos), em detrimento da sua humanidade. Aquele Jesus com o qual os discípulos se relacionaram tinha apenas uma aparência de humanidade, era como que um fantasma, um ser etéreo que viveu entre eles. Daí terem ficado conhecidos como docetistas (do verbo grego *dokéo* = “parecer”). Essa posição já é claramente combatida nas epístolas joaninas do Novo Testamento (1 Jo 4.2,3; 2 Jo 7), e um grande número de textos afirma de modo enfático um entendimento literal da encarnação (ver Jo 1.14; Rm 1.3; Cl 1.22; 1 Tm 3.16; Hb 5.7; 1 Pe 4.1).

A era dos credos

Com o passar do tempo, à medida que o debate se ampliava e aprofundava, surgiram posições mais sofisticadas acerca

do assunto. A mais famosa e controvertida foi o arianismo, proposta no início do quarto século pelo presbítero Ário, de Alexandria, no Egito. Essa concepção interpretava de modo muito literal a linguagem bíblica sobre Pai e Filho e sobre o conceito de geração. Ário afirmava que o Pai gerou o Filho, que só então passou a existir, e por meio deste fez o restante da criação. Portanto, Cristo era um ser muito exaltado, mas não divino. Outras posições resultaram das ênfases de duas escolas de interpretação bíblica, a de Alexandria e a de Antioquia, a primeira insistindo na união das duas naturezas e a segunda, em sua separação. Segundo o bispo Apolinário, o Cristo encarnado consistia de um corpo humano dotado de uma razão divina, o Logos. Outro bispo mais famoso, Nestório, insistiu que Jesus Cristo consistia na “união moral” de duas pessoas como em um matrimônio. Finalmente, o monge Eutiques, indo na direção oposta, defendeu a virtual fusão das duas naturezas, resultando em uma só, a divina. Essa posição também ficou conhecida como monofisismo.

Diante de um cenário tão confuso, a igreja sentiu a necessidade de posicionar-se a respeito dessa questão crucial que envolvia o correto entendimento do centro de sua fé: a pessoa de Jesus Cristo. Quatro grandes concílios ecumênicos realizados na Ásia Menor nos séculos quarto e quinto trataram dessa questão (Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia). A Definição de Calcedônia, do ano 451, resolveu a controvérsia de maneira magistral ao declarar não só a perfeita divindade e a perfeita humanidade de Cristo, mas o fato de que as duas naturezas, ao mesmo tempo distintas e inseparáveis, formam uma só pessoa e subsistência (“união hipostática”). Entendeu-se que essa concepção era não só coerente com o testemunho das Escrituras, mas necessária em virtude de suas implicações soteriológicas. Desde então, esse entendimento tem sido adotado pela maior parte da cristandade.

Novas teorias, antigas idéias

Ao longo dos séculos, têm surgido as mais diversas interpretações acerca de Cristo, que geralmente não passam de reedições, com outros nomes, das antigas posições consideradas heterodoxas. De um modo geral, essas posições tendem a minimizar ou simplesmente negar a divindade de Cristo, dando grande ênfase à sua humanidade. Foi o que aconteceu, na época da Reforma, com o espanhol Miguel Serveto e os italianos Lélío e Fausto Socino, que ensinaram formas particulares de adocionismo. Mais tarde, as modernas Testemunhas de Jeová iriam abraçar uma posição muito semelhante à do antigo arianismo.

Os principais reformadores protestantes, Lutero e Calvino, diferiram parcialmente nas suas concepções acerca da natureza humana de Cristo. O primeiro insistiu que, por causa da encarnação, a humanidade de Cristo, inclusive o seu corpo glorificado, recebeu o atributo da ubiqüidade, estando em todos os lugares ao mesmo tempo. Já os calvinistas argumentaram que mesmo agora, após a sua ressurreição e ascensão, o homem Jesus está corporalmente localizado no céu. Isso levou as duas tradições a terem compreensões bastante diferentes da presença de Cristo no sacramento da Ceia. No entanto, por um bom tempo, os protestantes, acompanhando os católicos romanos e os ortodoxos gregos, mantiveram unanimemente a antiga cristologia de Calcedônia.

A partir do iluminismo, com a sua crítica da visão sobrenaturalista da religião, voltaram a ser abraçadas as antigas concepções acerca de Cristo que insistiam na sua humanidade, negando a sua transcendência. O deísmo do século 18 e a teologia liberal protestante do século 19 conceberam Jesus em termos exclusivamente humanos, ainda que dotado de notáveis atributos morais e espirituais. Teólogos influentes como os alemães Schleiermacher e Ritschl propuseram formas elaboradas de

adocionismo. Finalmente, no século 20 ganhou força a célebre “busca do Jesus histórico”, que procurou fazer uma distinção radical entre o Jesus concreto de carne e osso que viveu na Palestina e o Cristo da fé imaginado e idealizado pela igreja primitiva. Uma concepção especialmente revolucionária foi proposta por Rudolf Bultmann, um exegeta e teólogo alemão que pretendeu desmitologizar ou desmitificar o Jesus dos evangelhos, desvestindo-o de sua roupagem miraculosa e interpretando a sua pessoa e missão em termos do pensamento existencialista.

Perspectivas de Cristo

Ao lado das perenes controvérsias em torno da humanidade e divindade do Redentor, diferentes épocas e diferentes movimentos da história da igreja têm tido as suas percepções particulares acerca de Cristo. Para os primeiros cristãos ele era o Senhor, por amor de quem eles enfrentaram a ira do Império Romano e o martírio; nas primeiras manifestações da arte cristã, ele é a figura benevolente do Bom Pastor, também representado pelo peixe, a pomba ou o cordeiro. Na igreja imperial da era constantiniana, ele passa a ser visto como o Cristo exaltado e todo-poderoso, o *pantokrátor* (“governante de tudo”). Mais tarde, na segunda metade da Idade Média, dá-se ênfase ao Cristo sofredor, o “varão de dores” dos místicos e visionários.

Ao longo do tempo, os cristãos têm encontrado dificuldade em manter um equilíbrio saudável entre as dimensões sobrenatural e humana de Cristo. Na espiritualidade do tipo pietista, marcada pelo individualismo e pelo misticismo, predomina uma concepção docética de Cristo. A sua humanidade fica obscurecida, dando-se toda a ênfase ao Senhor poderoso e transcendente, operador de maravilhas e solucionador de problemas, que está prestes a voltar em glória para arrebatá-la sua igreja. Do outro lado, existe o Cristo predominantemente

humano do liberalismo, tanto católico quanto protestante. Um bom exemplo foi o “evangelho social” do início do século 20, inspirador de um ativismo cristão ilustrado pelo livro *Em Seus Passos que Faria Jesus?* Essa também foi uma ênfase da “teologia da libertação” latino-americana da segunda metade do século 20, que viu na figura de Jesus de Nazaré um modelo a ser seguido na luta contra a injustiça e a opressão.

Essas duas perspectivas padecem de limitações. A primeira, de tendência docética, pode levar, e com frequência leva, a uma atitude de alienação e escapismo em relação aos problemas do mundo e da sociedade. É característica de boa parcela do evangelicalismo conservador e entusiástico. A outra perspectiva é igualmente reducionista, limitando a aplicação dos ricos conceitos bíblicos de libertação e reconciliação ao plano social e político. O reino de Deus passa a ser visto exclusivamente em termos terrenos, de transformação das estruturas mediante a ação humana, e Cristo torna-se um mero símbolo e um exemplo a ser seguido nesse esforço. O ideal é que os cristãos, em sua reflexão e em sua práxis, recuperem a visão bíblica holística de Jesus Cristo, como aquele cuja obra libertadora e reconciliadora abrange todas as dimensões da existência.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Os cristãos antigos tinham um grande interesse pela teologia e por definições precisas. Isso é necessário e saudável hoje? Por quê?
 2. Quais as conseqüências que as diferentes posições sobre a pessoa de Cristo têm para o entendimento da salvação, da vida cristã e da missão da igreja?
 3. Como podemos entender a co-existência de duas naturezas radicalmente diferentes (divina e humana) na pessoa do Cristo encarnado?
 4. Qual o problema de se ter uma posição muito individual e subjetiva a respeito da pessoa de Cristo? Como isso pode ser evitado?
 5. Por que é importante que os cristãos confessem tanto a divindade quanto a humanidade de Jesus?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- GONZÁLEZ, Justo L. *Uma história do pensamento cristão*. Vol. I. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- LANE, Tony. *Pensamento cristão*. 2 vols. 2ª ed. São Paulo: Abba Press, 2000.
- MACLEOD, Donald. *A pessoa de Cristo*. Série Teologia Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.
- OLSON, Roger. *A controvérsia a respeito da Trindade e O conflito sobre a pessoa de Cristo*. Em *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Editora Vida, 2001.
- OLSON, Roger. *Jesus Cristo: Deus e homem*. Em *História das controvérsias na teologia cristã: 2000 anos de unidade e diversidade*. São Paulo: Editora Vida, 2004.
- STROBEL, Lee. *Em defesa de Cristo*. São Paulo: Vida, 1998.
-

Capítulo 9

CREIO NA RESSURREIÇÃO DO CORPO

OS PRIMEIROS CRISTÃOS E A REENCARNAÇÃO

UMA CARACTERÍSTICA marcante do espiritismo brasileiro ou kardecismo é o seu desejo insistente de ser reconhecido como um movimento “cristão”. Mais ainda, essa religião pretende ter a verdadeira interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo. Tanto é que o chamado “codificador” da doutrina espírita, o francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), mais conhecido como Allan Kardec, escreveu, entre outras, uma obra intitulada *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. No intento de defender o alegado caráter cristão dos seus postulados, os autores espíritas costumam afirmar que as suas convicções mais básicas foram ensinadas por Cristo e amplamente aceitas pelos primeiros cristãos, apesar das flagrantes incompatibilidades que existem entre os dois sistemas religiosos.

Há vários anos, causaram alguma sensação as declarações do excêntrico reverendo Nehemias Maçon em defesa do espiritismo,

declarações essas feitas em entrevista a uma revista espírita. Entre outras coisas, o pastor filokardecista afirmou que a reencarnação “fazia parte dos cânones da igreja” até que foi condenada pelo II Concílio de Constantinopla, no ano 553 (*Revista Visão Espírita*, janeiro de 2001). Anteriormente, o mesmo líder religioso havia declarado ao jornal *Diário Popular* (26-02-1999) que “a ciência espírita sempre integrou os cânones da igreja” até ser indexada pelo referido concílio. Todavia, uma coisa é fazer afirmações ousadas como essas; mais difícil é fundamentá-las através de evidências.

Definição e origens

Mas, afinal, o que é a reencarnação? Trata-se da crença de que a alma, ou o elemento psíquico do ser humano, passa para um outro corpo após a morte, fato esse que pode repetir-se muitas vezes com o mesmo indivíduo. Outros termos aplicados a esse fenômeno são *metensomatose*, *transmigração*, *metempsicose*, *regeneração*, etc. Apesar de elementos comuns, existem também algumas distinções entre esses conceitos. Por exemplo, a reencarnação indica o renascimento em outro corpo da mesma espécie, especialmente humano, ao passo que a metempsicose aponta para a travessia de fronteiras mais diversificadas: plantas, animais, seres humanos, demoníacos e divinos.

Esse conceito tem uma origem obscura e é comum a algumas tradições orientais como o hinduísmo, o budismo e o pensamento grego; neste último, está presente no orfismo (seita filosófico-religiosa supostamente fundada por Orfeu), em Pitágoras e em Platão. A transmigração é uma idéia fundamental do pensamento hindu, embora não apareça em todos os seus escritos sagrados. Não ocorre em nenhum lugar dos Vedas, mas torna-se importante nos Brâmanes, onde está associada ao conceito de *karma*, a lei inexorável que faz cada nascimento depender das ações de vidas anteriores. A grande indagação é como escapar do

ciclo interminável de nascimento e morte. Os budistas, embora negassem a existência da alma, não questionaram a transmigração e asseguraram a sua difusão através da Ásia.

Os órficos e os pitagóricos ensinavam explicitamente a transmigração. Platão e o platonismo sentiram-se atraídos por essa crença, mas ela não era essencial à sua filosofia. O fundador da Academia a usou como tema do mito de Er, no final de sua obra *A República*. O Zohar (principal livro da Cabala espanhola) tentou incluir esse conceito no judaísmo, mas, além da Cabala, ele não teve um efeito duradouro no pensamento judaico. Essa idéia também se tornou popular entre alguns muçulmanos *shi'a*, especialmente na Índia, o lar clássico da transmigração.

O moderno conceito reencarnacionista inclui quatro elementos principais: a pluralidade das existências terrestres, o progresso contínuo para a perfeição, a conquista da meta final por méritos próprios e o eventual abandono definitivo do corpo. Segundo a teoria, a alma deve reencarnar por dois motivos: expiar os pecados cometidos em uma vida ou vidas anteriores e progredir na escala da perfeição (auto-redenção). No espiritismo moderno, a reencarnação distingue-se da metempsicose dos antigos filósofos por negar a possibilidade de uma nova encarnação em corpo de animal. Segundo Allan Kardec, a reencarnação sempre se faz em um corpo humano. Além disso, ela não se realiza necessariamente na terra, podendo ocorrer também em um outro planeta. Outra diferença é que a reencarnação sempre implica progresso, ao passo que os antigos aceitavam a possibilidade de regressão. Para os espíritas, o fenômeno pressupõe a evolução constante de todos os seres até a perfeição, o que revela uma concepção mais otimista do ser humano.

Uma controvérsia antiga

O cristianismo majoritário nunca professou a tese da reencarnação, pois ela não somente está ausente das Escrituras, mas é

contraditada por textos bíblicos como Hb 9.27 e Lc 23.43. É somente através de uma interpretação altamente figurada e tendenciosa de certas passagens que os espíritas podem encontrar a reencarnação nas páginas da Bíblia. Nos primeiros séculos, foram apenas alguns grupos cristãos periféricos, minoritários, que defenderam essa crença, como foi o caso dos gnósticos, com sua visão profundamente negativa do corpo e da matéria em geral.

O grande pensador cristão Orígenes (†254), de Alexandria, defendeu a pré-existência da alma, mas não a transmigração. A partir dele, surgiu uma corrente de monges que passaram a professar também a reencarnação e a salvação universal. Como o chamado “origenismo” se tornava fanático e tumultuava a Palestina, o patriarca de Jerusalém, no sexto século, pediu ao imperador Justiniano (483-565) que intervisse. Justiniano, o maior dos imperadores bizantinos, escreveu um tratado contra Orígenes e levou o patriarca de Constantinopla a reunir um sínodo local em 543 que condenou teses relativas à pré-existência da alma e outras posições origenistas. Dez anos depois, em 553, o II Concílio de Constantinopla encerrou definitivamente a chamada “controvérsia origenista”.

A posição dos pais da igreja

Alguns dos mais destacados dentre os “pais da igreja”, os antigos teólogos e escritores cristãos, condenaram explicitamente a idéia da reencarnação. O apologista Justino Mártir (†165) opinou: “As almas não vêem a Deus nem transmigram para outros corpos”. Irineu de Lião (†c.200), em sua famosa obra *Contra as Heresias*, declara: “Portanto, [os gnósticos] consideram necessário que, por meio da transmigração de corpo para corpo, as almas experimentem todo tipo de vida... Podemos subverter a doutrina [gnóstica] da transmigração de corpo para corpo por este fato: as almas nadam lembram de eventos ocorridos em seus [supostos] estados anteriores de existência... Platão, o antigo ateniense, foi

o primeiro a introduzir essa opinião”. O notável Clemente de Alexandria (†c.220) observou em sua obra *Stromata* (Miscelâneas): “A hipótese de Basílides [um mestre gnóstico] diz que a alma, tendo pecado anteriormente em outra vida, experimenta punição nesta vida”. Tertuliano (†c.220), o primeiro autor cristão a escrever em latim, se expressa muitas vezes sobre o assunto, como nesta passagem: “Quão mais digno de aceitação é o nosso ensino de que as almas irão retornar aos mesmos corpos. E quão mais ridículo é o ensino herdado [pagão] de que o espírito humano deve reaparecer em um cão, cavalo ou pavão!” (*Ad Nationes*, Cap. 19).

Hipólito de Roma (†c.236), escrevendo contra Platão, observa que Deus “efetuará a ressurreição de todos – não pela transferência das almas para outros corpos – mas pela ressurreição dos próprios corpos”. O apologista e historiador Lactânio (†c.320) expressa o pensamento dos seus contemporâneos cristãos: “Os pitagóricos e estóicos afirmavam que a alma não nasce com o corpo. Antes, eles dizem que ela foi introduzida no mesmo e que migra de um corpo para outro”. Em outro ponto de sua obra *As Institutas Divinas*, ele afirma: “Pitágoras insiste que as almas migram de corpos desgastados pela velhice e pela morte. Ele diz que elas são admitidas em corpos novos e recém-nascidos. Ele também diz que as mesmas almas são reproduzidas ora em um homem, ora em uma ovelha, ora em um animal selvagem, ora em um pássaro... Essa opinião de um homem insensato é ridícula. É mais digna de um ator de teatro que de uma escola de filosofia”.

Orígenes e Agostinho

É especialmente relevante a posição de Orígenes, o genial teólogo do terceiro século a quem se atribuem com frequência noções reencarnacionistas. No Livro XIII do seu *Comentário de Mateus*, ele diz o seguinte referindo-se a João Batista: “Neste lugar, não

me parece que através do nome 'Elias' se esteja fazendo uma referência à alma. De outro modo, eu iria recair na doutrina da transmigração, que é estranha à igreja de Deus. Ela não foi transmitida pelos apóstolos, nem é apresentada em qualquer lugar das Escrituras”.

Um último testemunho importante vem do maior teólogo da igreja antiga, Agostinho (†430). Ele estava familiarizado com as teorias de reencarnação tanto maniqueístas quanto platônicas do seu tempo. Em um comentário sobre o Gênesis, ele rejeitou como contrária à fé cristã a idéia de que as almas humanas retornavam em corpos de diferentes animais, de acordo com a sua conduta moral (transmigração). Em *A Cidade de Deus* (Livro X, Cap. 30), o bispo de Hipona observa que, embora o filósofo neoplatônico Porfírio tenha rejeitado esse conceito ensinado por Platão e Plotino, e não hesitasse em corrigir os seus mestres nesse ponto, ele achava que as almas humanas voltavam em outros corpos humanos (reencarnação). Agostinho sugere que Porfírio se sentia constrangido em afirmar que a alma de uma mãe pudesse voltar em uma mula a ser cavalgada por seu filho, mas não em afirmar que ela voltasse em uma mulher que se casaria com o seu filho. Ele conclui afirmando quão mais honrosa é a verdade ensinada pelos profetas, por Cristo e pelos apóstolos de que as almas retornam de uma vez por todas para os seus próprios corpos.

Conclusão

Em suma, a reencarnação é uma idéia anterior ao surgimento do cristianismo e achava-se amplamente difundida no ambiente cultural em que surgiu a fé cristã. No entanto, desde o início os cristãos rejeitaram firmemente essa concepção, e o fizeram porque tinham uma convicção diametralmente oposta – a ressurreição do corpo. Enquanto a teoria da reencarnação ensina o retorno da alma a um corpo diferente do anterior, os

primeiros cristãos aprenderam a crer e a confessar, com base na experiência do próprio Senhor Jesus, que a alma retorna somente uma vez, para habitar o mesmo corpo, agora ressuscitado e glorificado. Tão radical era esse conceito, que com freqüência sua menção provocava reações de desprezo e contrariedade (ver Atos 17.32; 26.23-24). Hoje, nestes tempos da Nova Era, pode estar na moda crer na reencarnação, como acontecia entre os gregos e os romanos antigos. Mas os cristãos conscienciosos sabem que não devem seguir os modismos culturais e religiosos que agradam às pessoas, mas apegar-se à fé histórica originada em Cristo, transmitida por seus apóstolos e defendida pela igreja dos primeiros séculos.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Em que aspectos o cristianismo e o espiritismo são dois sistemas religiosos incompatíveis?
2. Para alguém que abraça a fé cristã histórica, por que é impossível aceitar a idéia da reencarnação?
3. O fato de a crença na reencarnação ser muito antiga, e muito comum no passado e no presente, significa que ela é verdadeira? Por quê?
4. Que conceito de salvação está por trás da crença na reencarnação e na doutrina espírita como um todo?
5. Que atitudes em relação ao corpo estão associadas aos conceitos de reencarnação e ressurreição?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BLANK, Renold J. *Reencarnação ou ressurreição: uma decisão de fé*. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

D'ARAÚJO FILHO, Caio Fábio. *Espiritismo segundo o Evangelho*. São Paulo: Abba Press, 1994.

ENROTH, R.M. *Reencarnação*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 247s.

GEISLER, Norman L.; AMANO, J. Yutaka. *Reencarnação*. 2ª ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.

SNYDER, John. *Reencarnação ou ressurreição?* São Paulo: Vida Nova.

III – ESPIRITUALIDADE

Capítulo 10

VISÕES DE JESUS CRISTO

TEOLOGIA E ARTE ATRAVÉS DA HISTÓRIA

OS PRIMEIROS CRISTÃOS herdaram dos judeus uma grande hesitação em fazer representações materiais das realidades transcendentes. É verdade que o templo de Jerusalém era rico em suas preocupações estéticas e em seu conteúdo artístico. Nele foram utilizados os melhores e mais preciosos materiais disponíveis na época: madeiras, tecidos e metais nobres. Havia também belíssimas representações de elementos da natureza, tais como flores, frutos e animais. O Primeiro Livro dos Reis menciona entre os elementos decorativos do templo, colocintidas, flores abertas, palmeiras, romãs, lírios, leões, bois e até mesmo querubins (6.18,23,29,32; 7.20,22,24-26,29,36,42). Todavia, quando se tratava do Ser Divino, eram vedadas todas e quaisquer representações materiais (Êx 20.4-5; Lv 26.1; Dt 4.15-18). Essas proibições foram observadas de modo particularmente rigoroso após a Diáspora e influenciaram a igreja primitiva, que se caracterizava por um culto simples e uma liturgia despojada, quase inteiramente isenta de símbolos materiais.

Nos primeiros séculos do cristianismo, a pobreza da maior parte dos cristãos, a situação de marginalidade do novo movimento e as limitações impostas pela sociedade e pelo estado foram alguns fatores, entre outros, que inibiram manifestações significativas de arte sacra especificamente cristã. Todavia, apesar das restrições bíblicas apontadas acima, faziam parte das convicções desses cristãos alguns elementos que no devido tempo iriam frutificar em ricas e variadas expressões artísticas. Um desses elementos era a doutrina da criação, o entendimento de que o mundo físico, com toda a sua beleza e complexidade, era obra das mãos de Deus e refletia os seus atributos de poder, sabedoria e bondade. Em particular, as Escrituras davam ênfase ao ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, e ao corpo humano, transformado em morada do Deus encarnado e redimido para uma vida de comunhão com o Criador. Além disso, a Bíblia estava repleta de histórias, milagres e símbolos vívidos que apelavam fortemente à imaginação e à sensibilidade, e mais cedo ou mais tarde encontrariam expressão em muitas formas visuais e artísticas.

Cristo no imaginário da igreja primitiva

A centralidade da pessoa de Jesus Cristo para a nova fé fez com que os cristãos desde uma época remota se defrontassem com a propriedade ou não de representá-lo visualmente. A realidade concreta e poderosa da encarnação legitimou para muitos cristãos a representação visual da pessoa do Redentor. Inicialmente, essas representações foram apenas simbólicas e não tinham pretensões artísticas deliberadas. Tratava-se de desenhos simples, às vezes até rudimentares, na forma de afrescos e mosaicos feitos em residências particulares ou em catacumbas. Jesus Cristo podia ser representado visualmente por um peixe, por uma âncora ou pelas letras gregas “alfa” e “ômega”. O peixe era um símbolo especialmente atraente, não só em função das

histórias dos evangelhos, mas porque a palavra equivalente em grego (*ichthus*) formava o acróstico de uma vibrante declaração de fé: “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”.

Com o passar do tempo, surgiram representações humanas mais explícitas, sendo que um dos temas mais freqüentes era a figura do Bom Pastor, sob a influência do Evangelho de João, capítulo 10. Curiosamente, até o início do quarto século praticamente não ocorreram representações artísticas da cruz e da crucificação. Os primeiros cristãos pareciam pouco inclinados a destacar visualmente a morte servil e degradante imposta ao seu Senhor, preferindo conceber a salvação nos termos suaves da amizade com Cristo, o Bom Pastor. Um belo exemplo pode ser encontrado num afresco da catacumba de Marcelino e Pedro, martirizados em Roma durante a perseguição movida pelo imperador Diocleciano (303-305).

O triunfalismo da igreja imperial

A partir do imperador Constantino (313), o cristianismo começou a influenciar diretamente a arte ocidental, em todas as suas expressões. O crescente poderio da igreja passou a ser traduzido em manifestações artísticas cada vez mais ricas e sofisticadas. Se nos primeiros séculos predominaram os temas da filantropia e da amizade com Cristo representados pela figura do Bom Pastor, a partir da união da igreja com o estado romano entrou em cena uma temática que pode ser designada como triunfal e gloriosa. Cristo passou a ser representado como o Senhor glorioso e o Juiz eterno que reina supremo à destra de Deus. Um exemplo sugestivo é uma pintura da catacumba de Comodila, ao sul de Roma, datada do quarto século, em que Cristo, tendo a cabeça circundada por um halo, está ladeado pelo alfa e o ômega, o princípio e o fim, simbolizando o seu poder eterno.

As controvérsias trinitárias e cristológicas do quarto e do quinto séculos, nas quais Jesus Cristo foi formalmente definido

pelos primeiros concílios ecumênicos como consubstancial com o Pai, bem como plenamente divino e humano, fizeram com que, durante toda a Idade Média, essa ênfase triunfal se acentuasse nas diferentes manifestações da arte sacra. Obviamente, nesse aspecto um dos temas prediletos dos artistas foi a cena da ressurreição, da qual existem exemplos magníficos em muitas partes da Europa e do Oriente Médio. Um deles se encontra na igreja de Cora (hoje uma mesquita), em Constantinopla ou Istambul, em que um mural datado de mais ou menos 1320 mostra o Salvador ressurreto e vitorioso sobre a morte pisoteando os portões despedaçados do hades e ressuscitando Adão e Eva. A Catedral de Monreale, na Sicília, possui na abóbada acima do altar um estupendo mosaico bizantino de Cristo Pantokrátor (“governante de tudo”). Curiosamente, até mesmo algumas representações da crucificação podem ter esse tom triunfal, visto simbolizarem a vitória de Cristo sobre Satanás e o pecado.

Mesmo depois que as representações materiais de Cristo já estavam bem estabelecidas na arte sacra cristã, persistiram dúvidas na mente de muitas pessoas quando à propriedade das imagens do mesmo. Entre o final do século sétimo e meados do século nono, ocorreu no Império Bizantino (o império romano oriental ou grego) o célebre “movimento iconoclasta”, em que vários imperadores se opuseram tenazmente à veneração dessas imagens, considerando-a uma forma de idolatria. Isso resultou em grande parte de pressões externas: as imagens eram obstáculos na controvérsia com os monofisitas (que se concentravam na natureza divina de Cristo), com os maniqueístas (que consideravam má toda a matéria) e com os muçulmanos (que rejeitavam representações da forma humana). Depois de um conflito longo e por vezes violento, chegou-se a uma solução intermediária: seriam admissíveis somente quadros ou pinturas de Cristo, de Maria e dos santos (ícones), e não estátuas dos mesmos. A justificativa para tanto

incarnação – visto que Deus se tornou humano em Jesus ele assumiu todas as características humanas, inclusive a humanidade. Os ícones da igreja ortodoxa estão entre as mais belas manifestações da arte religiosa cristã.

Idade Média e Renascimento

O Ocidente medieval foi a expressão de um sistema de valores e de uma visão cristã da vida. Seu objetivo era representar as realidades espirituais subjacentes ao mundo material. Para isso os artistas da época utilizaram amplamente o simbolismo e a alegoria. Foi criado um sistema sofisticado de símbolos em que, por exemplo, o cordeiro representava Cristo. Em um período em que muitas pessoas não sabiam ler, essas variadas representações visuais, repletas de temas e alusões bíblicas, serviam como a Bíblia dos incultos. No final da Idade Média a religião tornou-se mais pessoal e individual, e a arte sacra exprimiu essa mudança de rumo. O Cristo sofredor substituiu o juiz severo. Seu coração traspassado e sangrento tornou-se com maior frequência um motivo inspirador dos artistas religiosos.

Ao lado dos temas da amizade e do triunfo, surgiu assim um terceiro motivo na arte cristã: a dor e o sofrimento. O alemão Matthias Grünewald pintou em 1515-1516 uma lancinante cena da crucificação para o altar-mor de Isenheim, refletindo a profunda devoção mística do movimento conhecido como “Devoção Moderna”. É interessante que, no século anterior, até mesmo uma cena da ressurreição transmitia uma sensação de dor. Num quadro pintado por Piero Della Francesca por volta de 1462-1464, Cristo ressuscita com sua bandeira de vitória, os soldados dormem a seus pés, as árvores florescem ao fundo, simbolizando a renovação do mundo, mas os olhos tristes e fixos do Senhor refletem toda a memória da dor da crucificação. Os artistas da Renascença criaram uma profusão de primorosas

obras de arte relacionadas com Cristo que até hoje encantam e enlevam as pessoas.

Reforma e Contra-Reforma

O protestantismo, apesar do seu caráter de contestação do catolicismo e de suas ocasionais tendências iconoclásticas, também apresentou em sua fase inicial extraordinárias manifestações de arte religiosa, que encontraram sua expressão suprema na pintura. Alguns nomes famosos são os dos pintores alemães Albrecht Dürer, Lucas Cranach e Hans Holbein, e dos holandeses Jan Vermeer e Rembrandt van Rijn. É muito conhecido o auto-retrato de Dürer em que ele se identifica com Cristo como o Varão de Dores, porém de uma maneira serena, sem as angústias do imaginário místico medieval. Rembrandt foi o grande artista do discipulado cristão diário, representando a vida de Jesus de um modo que atrai o espectador para uma auto-identificação com o Senhor. Um belo exemplo é o seu “Cristo em Emaús”, cujo tema é o reconhecimento, o encontro face a face entre Cristo e o crente. Com isso, esses artistas davam expressão às suas novas convicções, “pregando” com a sua arte.

A Contra-Reforma, na sua luta pela reafirmação dos valores católicos diante da ameaça protestante, também teve uma exuberante e fecunda manifestação artística que foi o barroco. Esse movimento expressou-se principalmente nos templos com fachadas e interiores elaborados e decorados de maneira jamais vista anteriormente. O triunfalismo da Contra-Reforma é belamente exemplificado pelo quadro “A glorificação do nome de Jesus” (1672-1685), pintado no majestoso teto da igreja de Il Gesù por Baciccia, aluno de Bernini e o último grande pintor barroco de Roma. Todavia, com maior freqüência a arte barroca deu ênfase à exaltação de Maria, a rainha do céu.

Durante os séculos, quer nas catacumbas, nas pequenas capelas ou em grandiosas catedrais, seja em murais, afrescos,

mosaicos, vitrais, telas, marfim, metal, tecido ou esculturas, os cristãos tem expressado as suas convicções a respeito de Cristo e a sua devoção a ele. É tão grande a intensidade de sentimentos evocada pelo fundador do cristianismo que até mesmo artistas não-cristãos têm produzido obras religiosas de grande valor estético e apelo místico. Essas manifestações artísticas correspondem a uma grande variedade de motivações, pessoais e sociais, teológicas e culturais, porém, intencionalmente ou não, sempre comunicam, com maior ou menor eficácia, a sublime declaração bíblica de que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1.14).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Por que razões muitos cristãos, especialmente protestantes, têm reservas quanto à arte sacra?
2. Dentro de que parâmetros há um lugar legítimo para a arte como expressão da fé cristã, inclusive as artes plásticas?
3. Por que motivos muitos cristãos hesitam em representar artisticamente a pessoa de Jesus Cristo?
4. Que argumentos teológicos legitimariam as representações visuais de Cristo, quer simbolicamente, quer realisticamente?
5. Existe uma diferença entre representar visualmente Deus Pai e Jesus Cristo? Qual é?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- DOWLEY, Tim (Org.). *História do cristianismo: guia ilustrado*. Venda Nova, Portugal: Bertrand Editora, 1995.
- HORTON, Michael S. *O cristão e a cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.
- SCHAEFFER, Francis. *Como viveremos: uma análise das características principais de nossa época em busca de soluções para os problemas desta virada de milênio*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- SEERVELD, C.G. *Arte cristã*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. I, p. 120-125.
- TUFANO, Douglas. *História de Jesus através da arte*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.
-

Capítulo 11

OS ÁTRIOS DO SENHOR

O SIGNIFICADO DOS TEMPLOS CRISTÃOS NO DECORRER DOS SÉCULOS

UMA CARACTERÍSTICA de todas as religiões é a existência de “espaços sagrados”, ou seja, locais estreitamente associados com a realização dos atos de culto, e que, por essa razão, adquirem um valor especial para os seus fiéis. Isso se aplica tanto às religiões denominadas “primitivas”, com suas práticas animistas (atribuição de valores espirituais a elementos da natureza), quanto aos antigos cultos de povos mais evoluídos. Esse foi o caso dos gregos e dos romanos, com seus belíssimos santuários, bem como dos egípcios e das civilizações pré-colombianas (como os incas, os maias e os astecas), com suas monumentais pirâmides repletas de associações místicas. As chamadas “religiões vivas”, isto é, as venerandas tradições religiosas que sobrevivem até o presente, também são conhecidas pelo grande valor que atribuem aos seus locais de culto. Alguns exemplos conhecidos são as colossais estátuas de Buda encontradas em muitos pontos do Oriente, o Templo Dourado de Amritsar (da religião sikh, na Índia) e, entre os muçulmanos, a tenda negra da Caaba, em Meca,

e a Mesquita de Omar, em Jerusalém. Por razões teológicas, históricas ou culturais, esses locais são altamente reverenciados pelos adeptos dessas religiões.

O período bíblico

Nessa questão, a tradição judaico-cristã é bastante complexa, demonstrando diferentes atitudes para com os seus espaços sagrados, ao longo da história. Segundo o Antigo Testamento, Jeová, o Senhor, deu instruções precisas para a edificação de um santuário onde o seu povo pudesse cultuá-lo de maneira especialmente significativa. Tanto o tabernáculo, ou seja, a tenda portátil utilizada na época das peregrinações de Israel, quanto o magnífico templo construído posteriormente por Salomão, representavam ao mesmo tempo a presença de Deus no meio do seu povo e o mistério e a sublimidade do Ser Divino, simbolizados pelo Santo dos Santos. Por cerca de um milênio o templo foi, ao lado da lei de Moisés, o centro da identidade do judaísmo. São muitas as passagens, notadamente nos Salmos, que demonstram o grande fascínio que a casa de Deus ou “os átrios do Senhor” exerciam sobre os israelitas piedosos (Sl 27.4; 65.4; 84.1-2,10; 134.1-2; Is 6.1-4). Destruído pelos babilônios, o templo foi reconstruído sob a liderança de Zorobabel e grandemente aprimorado por Herodes, vários séculos depois.

Também havia no judaísmo a consciência de que Deus não podia ficar confinado a um edifício, por especial que fosse (1 Rs 8.27; 2 Cr 6.18; Is 66.1-2), como Estêvão haveria de lembrar aos judeus e Paulo aos atenienses (At 7.48-50; 17.24). Jesus expressou essas duas correntes de tradição, por um lado reconhecendo e defendendo a santidade do templo, a “casa de oração” (Mt 21.12-13), e por outro lado relativizando-o ao indicar que o mais importante no culto a Deus não é o lugar em que ocorre, mas a maneira como é prestado – “em espírito e em verdade” (Jo 4.21-24). Dois fatores que contribuíram para

o declínio do valor relativo do templo, tanto para os judeus como posteriormente para os cristãos, foram a sua destruição pelos romanos, no ano 70 da era cristã, e a existência das sinagogas entre os judeus da Diáspora. A sinagoga, um misto de centro comunitário, escola e local de culto, nunca teve a tremenda importância simbólica e mística desfrutada pelo templo de Jerusalém, mas foi acima de tudo uma resposta prática para uma nova conjuntura – a vida longe da Palestina.

Desdobramentos da igreja antiga

Os primeiros locais de culto utilizados pelos cristãos foram alguns recintos públicos e preferencialmente residências particulares, as conhecidas igrejas domésticas mencionadas em várias passagens do Novo Testamento (Rm 16.5,14-15; 1 Co 16.19; Cl 4.15; Fm 1.2). Não se atribuía qualquer valor especial ou transcendente a esses lugares, mais ou menos como os judeus faziam em relação às suas sinagogas. O mais importante não era a igreja como instituição ou como espaço físico, mas o povo de Deus, a família da fé, o corpo de Cristo. Foi a experiência da perseguição e do martírio que começou a alterar essa perspectiva. Os lugares em que os heróis da fé deram a vida por amor a Cristo, ou nos quais os seus corpos foram sepultados, passaram a ser altamente reverenciados pelos cristãos. Em algumas cidades, estes passaram a reunir-se nesses locais ou perto dos mesmos, como foi o caso das famosas catacumbas ou cemitérios subterrâneos de Roma, a partir da época de Nero. Por outro lado, certos desdobramentos teológicos da igreja antiga levaram os cristãos a enfatizarem algumas instituições do Antigo Testamento, tais como os conceitos de sacrifício, sacerdócio e templo.

Embora não se tenha descoberto nenhum templo, isto é, edifício destinado especificamente para o culto cristão, anterior a meados do terceiro século, é certo que bem antes disso os cristãos tinham espaços sagrados grandemente reverenciados.

Um importante ponto de transição nesse processo evolutivo foi o impacto causado pelo imperador Constantino, o primeiro líder do Império Romano a identificar-se com a nova religião. Ele não só concedeu plena liberdade religiosa aos cristãos, como engrandeceu a igreja e seus líderes de várias maneiras. Em Roma e outras cidades imperiais, várias basílicas (edifícios públicos romanos), algumas muito grandes e majestosas, foram transformadas em templos cristãos, sendo dedicadas aos mais diversos mártires, agora vistos como santos. Constantino também construiu a Basílica de São Pedro no local tradicional do martírio do apóstolo e, na Palestina, a Igreja da Natividade, em Belém, e a Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém.

Muitos desses templos, grandes ou pequenos, destacavam-se pela presença de relíquias, ou seja, objetos relacionados com Cristo, Maria e os santos (um pedaço da cruz, os ossos de um mártir, etc.), o que os tornava especialmente atraentes como centros de peregrinação. Concomitantemente, a nova posição de poder e esplendor da igreja gerou uma progressiva elaboração do culto, surgindo uma liturgia complexa e impressionante. Os templos e outros locais sagrados adquiriram uma conotação profundamente mística e até mágica, apelando fortemente à mente e às emoções através dos sentidos: o impacto visual da arquitetura, o impacto olfativo do incenso e das velas, o impacto auditivo da liturgia e da música sacra. Em cada detalhe, os templos cristãos refletiam os novos entendimentos da fé, como a crescente separação entre o clero e os leigos, aquele ocupando a abside, onde ficava o altar, e estes a nave do santuário. Eventualmente, na igreja oriental ou grega, uma parede completa passou a separar os dois grupos, denominada iconóstase.

O apogeu da cristandade

A Idade Média foi o período em que o poder da Igreja Católica Romana atingiu o seu ponto culminante. A enorme ascendência

da igreja sobre todas as áreas da vida e sua estreita associação com o estado produziram na Europa o fenômeno conhecido como “cristandade”, uma sociedade caracterizada por grande uniformidade política e religiosa, sob a liderança dos soberanos e dos papas. Um marco importante foi o pontificado de Inocêncio III (1198-1216), tido como o mais poderoso de todos os pontífices, visto ter imposto a sua autoridade até mesmo sobre reis destacados da época. Essa situação não poderia deixar de refletir-se na arquitetura eclesiástica. A magnificência da igreja e o poder dos seus bispos expressaram-se em templos cada vez mais suntuosos e em uma liturgia altamente sofisticada.

Foi esse o período das magníficas catedrais góticas, que substituíram gradativamente as pesadas estruturas em estilo romanesco, com suas paredes lisas, suas torres quadradas e sua aparência de fortalezas. Externamente, as catedrais impressionavam pelo tamanho e imponência, pela grande altura das torres pontiagudas e pela riqueza de adornos na forma de estátuas, rosáceas e muitos outros recursos estéticos. Eram verdadeiras declarações teológicas em forma de pedra, simbolizando a majestade de Deus e a glória da sua igreja. No seu interior, elas se destacavam pela beleza dos seus vitrais multicoloridos, pelos seus grandes tesouros de pedras e metais preciosos e pela importância de suas relíquias, muitas delas abrigadas em belíssimos relicários. Alguns exemplos bem conhecidos são as catedrais de Notre Dame, Reims, Chartres e Colônia, construídas nos séculos doze e treze.

Essa preocupação quase obsessiva com o aspecto material e visível da religião teve as suas vantagens e desvantagens. No aspecto positivo, foi uma afirmação da beleza e da bondade da criação divina e da realidade da encarnação de Cristo. Todavia, também produziu uma espiritualidade mágica e supersticiosa que obscurecia a centralidade do Deus triúno na devoção cristã. O próprio santuário, suas imagens, suas relíquias e sua liturgia

podiam se tornar mais importantes para o cristão comum do que o relacionamento pessoal e direto com Deus. Os meios (as representações materiais) tendiam a tornar-se mais importantes do que os fins, ou seja, as realidades transcendentais para as quais eles apontavam.

A Reforma e o período moderno

O protestantismo, com seu princípio básico de “sola Scriptura” (a centralidade das Escrituras) e seu conseqüente questionamento das convicções e práticas calcadas na tradição, porém carentes de sustentação bíblica, fatalmente teria de reconsiderar a questão do significado do espaço sagrado. O retorno a formas de culto mais simples, como as da igreja neotestamentária, e a firme rejeição de qualquer ato de devoção que não fosse dirigido à Trindade, levaram a uma redefinição radical da arquitetura religiosa. Em várias partes da Europa, os templos católicos herdados pelos reformados tiveram suas imagens e altares removidos, e foi eliminada a existência de espaços separados para o clero e para os leigos. Na cidade de Zurique, o reformador Ulrico Zúínglio ordenou que fossem caídas as paredes das igrejas até então decoradas com pinturas religiosas. No seu zelo, alguns indivíduos e grupos, especialmente na Suíça e no sul da Alemanha, cometeram atos de “iconoclasmo”, destruindo uma grande quantidade de arte sacra com base no segundo mandamento (Êx 20.4-5).

Todavia, no hemisfério norte, a maior parte das denominações protestantes históricas (luteranos, presbiterianos, anglicanos, episcopais, metodistas e outros) manteve um considerável interesse pela arquitetura e pela arte religiosa, como se pode observar nos belos templos dessas confissões existentes na Europa e nos Estados Unidos. Foram os grupos mais contestadores, como, por exemplo, os anabatistas, os quacres e mais tarde os pentecostais, que passaram a utilizar templos

deliberadamente simples e despojados. Porém, tanto no caso dos primeiros quanto dos últimos, o santuário nunca chegou a ter a importância e o simbolismo místico que possui nas tradições católica e ortodoxa.

À medida que as igrejas protestantes se difundiram nos demais continentes, ocorreram algumas situações peculiares. Por um lado, houve a tendência de reproduzir nas novas nações alcançadas os modelos, inclusive arquitetônicos e estéticos, das igrejas de origem, sem se atentar para as peculiaridades da cultura local. Foi somente mais tarde, no século 20, com o processo de nacionalização ou indigenização de muitas dessas igrejas, que os seus templos passaram a manifestar as preferências e sensibilidades locais. Em países como o Brasil, a posição da Igreja Católica como religião oficial, e ao mesmo tempo o desejo de atrair imigrantes europeus, fez com que os legisladores autorizassem os protestantes a construir os seus santuários, contanto que não tivessem forma exterior de igrejas. Isso contribuiu para o empobrecimento arquitetônico e artístico dos templos evangélicos, em grande parte monótonos e pouco atraentes.

Em conclusão, as atitudes dos cristãos em relação aos seus locais de culto têm variado grandemente ao longo da história, indo desde o “templocentrismo”, que considera o santuário como um lugar dotado de virtudes especiais, até o desinteresse pelos espaços religiosos em si mesmos, valorizando-se apenas as atividades neles realizadas. Não há como negar a importância psicológica e espiritual dos lugares em que as pessoas têm uma experiência especialmente profunda do sagrado. À luz das Escrituras, importa que a atitude em relação a esses locais seja equilibrada, valorizando-se o belo, o estético e o simbólico, mas evitando-se transformá-lo num fim em si mesmo. Desde uma perspectiva protestante, o templo pode ser considerado “santo” no sentido bíblico de “separado do uso comum” e destinado para o Senhor. Deve ser funcional e prático, visando

o que realmente importa, a centralidade do Deus triúno e do culto a ele, mas não há nada que impeça que seja também agradável aos olhos e expresse a beleza da criação divina.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. No Antigo Testamento, Deus deu instruções detalhadas sobre a edificação de um rico santuário para o seu culto. Por que Cristo não fez o mesmo com os seus seguidores?
2. Em que aspectos a estética de um templo favorece o culto a Deus e em que aspectos pode prejudicá-lo?
3. Certos cristãos, no afã de evitar qualquer sugestão de idolatria ou superstição, evitam utilizar em seus templos quaisquer símbolos ou expressões artísticas? Isso é correto? Por quê?
4. A preferência dos protestantes por templos simples e sem adornos é saudável e teologicamente justificável?
5. Nos Estados Unidos e na Europa, os templos protestantes têm arquitetura e decoração elaboradas (por exemplo, o uso de vitrais). Quais as razões pelas quais os protestantes brasileiros evitam isso? Essas razões são legítimas?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- NOLL, S.F. Tabernáculo, templo. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 429-432.
- PASTRO, Cláudio. *Arte sacra: o espaço sagrado hoje*. São Paulo: Loyola, 1993.
- VOLKMANN, Martin. *Jesus e o templo: uma leitura sociológica de Mc 11.15-19*. Porto Alegre: Sinodal, 1992.

Capítulo 12

ZELO SEM ENTENDIMENTO

OS PROBLEMAS DO ENTUSIASMO RELIGIOSO NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

EM TODAS as religiões existe o fenômeno do fervor espiritual intenso, por vezes extremado, que caracteriza certos indivíduos, grupos e movimentos. O cristianismo não é uma exceção. Um termo técnico usado para descrever essa atitude é “entusiasmo”, palavra cujo sentido original é “ser possuído ou inspirado pela divindade” (de “*en*” = dentro + “*theos*” = deus). O entusiasta, em virtude da sua experiência profunda e arrebatadora com o divino, é com freqüência tomado de grande paixão e ardor nos seus sentimentos religiosos. Isso não é necessariamente algo negativo. Na verdade, ao longo dos séculos o fervor religioso tem produzido frutos admiráveis em áreas como a espiritualidade e a obra missionária. Alguns exemplos bem conhecidos são os místicos espanhóis do final da Idade Média e o conde protestante alemão Nikolaus von Zinzendorf, com seus seguidores morávios.

Infelizmente, a história demonstra que muitas vezes o entusiasmo religioso ultrapassa os limites do bom senso e manifesta extravagâncias comportamentais e teológicas. Em alguns casos

extremos chega ao fanatismo, com as conseqüências negativas, até mesmo destrutivas, daí advindas. Ironicamente, o entusiasmo mal-dirigido pode proceder de um desejo sincero de glorificar a Deus. Paulo, escrevendo aos romanos acerca de seus compatriotas judeus, afirmou que estes possuíam “zelo por Deus, porém não com entendimento” (Rm 10.2), e ele mesmo, antes de conhecer a Cristo, em seu zelo pela lei de Deus foi um perseguidor da igreja (Fp 3.6; ver Jo 16.2). Uma característica freqüente do entusiasmo religioso cristão é a sua associação com expectativas apocalípticas e com as experiências sobrenaturais ligadas às mesmas, tais como revelações, visões e profecias.

Cristandade antiga e medieval

A primeira ocorrência bem documentada de entusiasmo na igreja antiga foi o montanismo. Esse influente movimento teve início no ano 172 quando o jovem Montano começou a chamar a atenção como profeta na Frígia, Ásia Menor. Duas profetizas, Priscila e Maximila, logo se tornaram suas seguidoras e afirmavam ser porta-vozes do Paracleto, o Espírito Santo. Às vezes supostamente Deus falava através deles na primeira pessoa, como através dos profetas do Antigo Testamento. A sua mensagem principal era a proximidade do fim do mundo e da segunda vinda de Cristo. Como preparação para isso, os cristãos eram exortados a praticar um rigoroso ascetismo, abstendo-se de relações conjugais e fazendo numerosos jejuns. Também eram exortados a receber de bom grado as perseguições.

A liderança da igreja sentiu-se ameaçada pela autodenominada “Nova Profecia” e os montanistas acabaram sendo excomungados. Alguns grupos sobreviveram até o século quinto no norte da África e por mais tempo na Frígia. Apesar de alguns excessos, esses antigos cristãos chamaram a atenção da igreja para a pessoa do Espírito Santo e a importância de uma vida disciplinada. Esses fatores atraíram o grande intelectual cristão Tertuliano de

Cartago, que se tornou montanista no final da sua vida. A partir dessa época, todas as reivindicações de inspiração direta foram firmemente desencorajadas pela igreja ocidental.

Ainda assim, durante a Idade Média ocorreram alguns casos de maior ou menor impacto. No final do século 12, Joaquim de Fiore, da Calábria, sul da Itália, ensinou que a era do Espírito iria começar no ano 1260 e esboçou com detalhes os eventos dos sessenta anos precedentes. Começando com o Apocalipse, ele e seus muitos discípulos anunciaram novas revelações. Fiore atraiu a atenção de quatro papas e influenciou a nascente ordem franciscana, mas, quando suas predições não se confirmaram, seu movimento se extinguiu. Algum tempo depois, Guilhermina da Boêmia, uma entusiasta lombarda, afirmou ser uma encarnação do Espírito para salvar os judeus, os sarracenos e os falsos cristãos. Logo após a sua morte em 1281, sua seita foi exterminada. Outros exemplos medievais são os flagelantes do norte da Europa (século 14), os taboritas da Boêmia (século 15) e os alumbrados ou *illuminati* da Espanha (século 16), todos os quais foram fortemente reprimidos pelos poderes constituídos. Os estudiosos apontam para o fato de que, além das motivações religiosas, esses movimentos refletiram reações populares a situações de grande tensão econômica e social.

O período da Reforma

A Reforma Protestante desencadeou forças latentes que em diversas ocasiões produziram manifestações de intensa excitação religiosa. No aspecto negativo, o caso mais notório ocorreu na cidade de Münster, na Westfália. Tudo começou com o cortador Melchior Hofmann, que em 1529 chegou a Estrasburgo e anunciou o iminente fim do mundo, sendo que essa cidade seria a Nova Jerusalém. Dizendo ser o profeta Elias, ele viajou pelo norte da Alemanha e a Holanda, impregnando o movimento anabatista com fortes convicções milenistas. Após a sua prisão,

ergueu-se um novo líder na pessoa do padeiro holandês Jan Matthys. Afirmando ser Enoque, ele anunciou que a Nova Jerusalém seria de fato Münster.

Muitos anabatistas afluíram para essa cidade e eventualmente adquiriram o controle político da mesma, implantando uma teocracia.

Quando Matthys morreu numa batalha contra o exército do bispo, seu principal apóstolo, Jan de Leyden, foi logo reconhecido como profeta. Poucos meses depois, mediante uma profecia, ele foi declarado “rei de justiça” e o “governante da nova Sião”. No Ano Novo de 1535, promulgou um novo código legal, concluindo com as palavras: “A voz do Deus vivo declarou-me que esta é uma ordenança do Todo-Poderoso”. Alguns dos profetas do movimento proclamaram que a ética do Antigo Testamento ainda era válida e por isso sentiram-se autorizados a introduzir a poligamia. Em 25 de junho daquele ano, após um cerco prolongado e angustioso, a cidade foi tomada pelo exército episcopal e quase todos os habitantes foram massacrados.

Os reformadores foram críticos dos anabatistas por entenderem que eles ameaçavam a ordem social, uma vez que insistiam em manter-se separados tanto do Estado quanto da coletividade. Outra razão dessa hostilidade era teológica: a liberdade com que alguns grupos interpretavam as Escrituras e o seu apelo a revelações diretas pareciam relativizar a Palavra de Deus. João Calvino, por exemplo, escreveu várias obras contra o movimento, uma das quais intitulada *Contra a fanática e furiosa seita dos libertinos que a si mesmos se denominam espirituais* (1545). Durante séculos, governos e igrejas exploraram os excessos cometidos por alguns anabatistas isolados, para fazerem do movimento como um todo um sinônimo de fanatismo e desordem.

Os grandes despertamentos

Como não poderia deixar de ser, os avivamentos religiosos, com seu poderoso conteúdo emocional, são um terreno fértil

para a ocorrência de expressões entusiásticas. Isso se tornou especialmente inevitável no ambiente volátil da fronteira norte-americana nos séculos 18 e 19. No Primeiro Grande Despertamento (décadas de 1720 a 1740), pregadores como Theodore Frelinghuysen, Gilbert Tennent, Jonathan Edwards e George Whitefield souberam manter o equilíbrio e a sobriedade. O mesmo não aconteceu com outros avivalistas, como James Davenport, que apelaram fortemente para o emocionalismo. A consequência disto foi o surgimento de uma forte polarização entre os chamados “novas luzes” (favoráveis ao avivamento) e os “velhas luzes” (contrários ao mesmo).

No Segundo Grande Despertamento (1800-1830), mais vasto e explosivo, tornaram-se comuns certas dramáticas manifestações físicas de êxtase religioso: desmaios, rodopios, gargalhadas, grunhidos, convulsões e danças. Mais que isto, o entusiasmo acabou gerando novos movimentos, alguns bastante divergentes do protestantismo histórico, tais como os experimentos comunitários e outros grupos heterodoxos (shakers, mórmons, adventistas, etc.). Isso não quer dizer que não tenha havido muitos aspectos positivos nesses avivamentos. Jonathan Edwards (1703-1758), o pastor e teólogo da Nova Inglaterra que se tornou o grande estudioso desses fenômenos, concluiu que as manifestações físicas podiam ser sinais do poder de Deus ou não. Para se avaliar a autenticidade de um avivamento, era preciso procurar os frutos duradouros, tanto pessoais quanto coletivos, que resultavam dessas intensas experiências espirituais.

Finalmente, o início do século 20 viu nascer o pentecostalismo, um movimento que, devido a suas peculiaridades intrínsecas, possui uma espiritualidade fervorosa, carregada de emotividade. A ênfase no Espírito Santo e seus dons extraordinários, a linguagem do poder e a expectativa do final dos tempos têm produzido inegável vitalidade e notáveis transformações, mas

também podem, quando mal-orientadas, gerar excessos como os associados com a “experiência de Toronto”, bem como distorções teológicas, principalmente na área do culto e da escatologia.

Conclusão

É longa a história do entusiasmo religioso desordenado e seus riscos. Em alguns casos excepcionais, as conseqüências podem ser trágicas. Dois exemplos do Brasil do século 19 foram Canudos e seu profeta Antônio Conselheiro, na Bahia, e a revolta dos muckers, no Rio Grande do Sul. Dois episódios mais recentes em outros países foram o suicídio coletivo dos seguidores de Jim Jones, na Guiana, e a morte da David Koresh e seus simpatizantes em Waco, no Texas. Não se deseja aqui denunciar o entusiasmo religioso *per se*, que, como foi apontado, tem produzido frutos admiráveis na história do cristianismo. O próprio apóstolo Paulo disse: “No zelo não sejais remissos: sede fervorosos de espírito, servindo ao Senhor” (Rm 12.11). Mas o mesmo escritor inspirado, ao orientar os fiéis de Corinto quanto à sua espiritualidade, acrescentou: “Tudo, porém, seja feito com decência e ordem” (1 Co 14.40).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Qual deve ser a relação entre a racionalidade e a emotividade na vida espiritual, quer pessoal, quer coletiva?
 2. À luz do ensino bíblico, é correto esperar comunicações diretas e novas revelações de Deus ao seu povo hoje, sem ser através das Escrituras? Por quê?
 3. Qual é a relação entre o Espírito Santo e a Palavra de Deus na vida da igreja e do crente?
 4. Quais os principais problemas que podem resultar de uma ênfase excessiva no aspecto emocional da religião?
-

5. Por que a intensidade de sentimentos não deve ser o critério mais importante para se julgar a autenticidade de uma experiência religiosa?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- GRUDEM, Wayne (Org.). *Cessaram os dons espirituais? Quatro pontos de vista*. São Paulo: Editora Vida, 2003.
- HANEGRAFF, Hank. *Cristianismo em crise*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *O que você precisa saber sobre batalha espiritual*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.
- MacARTHUR JR., John F. *Os carismáticos: um panorama doutrinário*. 3ª ed. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1995.
- MATOS, Alderi S. e outros. *Fé cristã e misticismo: uma avaliação bíblica de tendências doutrinárias atuais*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- PIERATT, Alan B. *O evangelho da prosperidade: análise e resposta*. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- ROMEIRO, Paulo. *Evangélicos em crise*. São Paulo: Mundo Cristão, 1995.

Capítulo 13

AVIVA, SENHOR, A TUA OBRA

OS GRANDES DESPERTAMENTOS NORTE-AMERICANOS

O FENÔMENO DO AVIVAMENTO, ou seja, a revitalização e aprofundamento da experiência religiosa na vida de indivíduos e grupos, geralmente de modo intenso e dramático, é algo comum a todas as religiões. Não é diferente com a tradição judaico-cristã. O Antigo e o Novo Testamentos mencionam vários eventos dessa natureza (2 Rs 22.8-23.3; 2 Cr 7.1-3, 14; 32.26; 34.27; Esdras 9 e 10; Neemias 8 e 9; Lc 3.1-14; Atos 2; etc.) e isso tem se repetido inúmeras vezes na história do cristianismo. O protestantismo tem sido um campo fértil para tais ocorrências, inicialmente na Europa e depois nos Estados Unidos.

A contribuição dos calvinistas

A principal matriz do protestantismo norte-americano foi o puritanismo. Os puritanos, que estiveram entre os primeiros colonizadores dos futuros Estados Unidos, chegaram à Nova Inglaterra a partir de 1620, estabelecendo-se inicialmente em

Massachusetts, e depois em Connecticut. Esses calvinistas vindos da Inglaterra, que eventualmente criaram a Igreja Congregacional, davam muita ênfase à experiência religiosa, especialmente à experiência de conversão. Somente tornavam-se membros plenos das igrejas aqueles que podiam dar um testemunho público e aceitável da sua conversão. Assim, em sua fase inicial o puritanismo foi marcado por uma grande intensidade religiosa, uma espécie de contínuo avivamento. Essa característica do puritanismo haveria de influenciar fortemente as diferentes manifestações do protestantismo norte-americano.

Com o passar dos anos, as novas gerações perderam a visão e o fervor religioso dos pioneiros. A crescente prosperidade econômica e o avanço intelectual resultaram em um progressivo entorpecimento da vida espiritual. Em meio a esse estado de coisas, muitas pessoas começaram a orar por uma revitalização das igrejas e dos seus membros. No final do século 17 e início do século 18, era comum os pregadores americanos lamentarem o declínio da espiritualidade e conclamarem os seus fiéis a orar pelo avivamento. Essas aspirações começaram a ser satisfeitas fora da Nova Inglaterra, nas colônias centrais.

Além dos puritanos, outros calvinistas emigraram para a América do Norte a partir do século 17. Os principais grupos foram os presbiterianos “escoceses-irlandeses” e reformados da Europa continental. Entre esses grupos, começou um notável avivamento nas primeiras décadas do século 18, especialmente na colônia de Nova Jersey. O primeiro nome associado a esse avivamento foi o de Theodore J. Frelinghuysen (1691-1747), um pastor reformado holandês influenciado pelo movimento pietista. Pouco depois, outro ministro começou a ver notáveis resultados em consequência de suas pregações, o presbiteriano Gilbert Tennent (1703-1764). Estava iniciado o que ficou conhecido como o Primeiro Grande Despertamento.

O Primeiro Despertamento

Apesar de ter iniciado em Nova Jersey, o auge do despertar ocorreu na Nova Inglaterra, que há décadas vinha orando por essa visitação. Dois nomes ficaram permanentemente ligados ao evento. O primeiro foi o de Jonathan Edwards (1703-1758), jovem pastor da Igreja Congregacional de Northampton, em Massachusetts. Em 1734, enquanto pregava uma série de sermões sobre a justificação pela fé, surgiu em sua igreja e região um avivamento que nos anos seguintes alastrou-se por toda a Nova Inglaterra. Além da sua pregação, profundamente bíblica e comprometida com a soberania de Deus, Edwards deu outra importante contribuição à causa do avivamento. Em um conjunto de escritos brilhantes, ele descreveu detalhadamente os fenômenos religiosos do seu tempo e fez uma série de análises extremamente perspicazes dos mesmos, destacando seus aspectos positivos e negativos. Dentre essas obras, destacam-se *Fiel Narrativa da Surpreendente Obra de Deus* (1737), *Marcas Distintivas de uma Obra do Espírito de Deus* (1741) e o grande clássico *Tratado Sobre as Afeições Religiosas* (1746).

O outro importante personagem associado ao Primeiro Grande Despertamento foi o pregador inglês George Whitefield (1714-1770), que em 1740 fez uma memorável turnê evangelística através de várias colônias, encerrando-a na Nova Inglaterra. Durante meses, Whitefield, um calvinista convicto que inicialmente havia trabalhado com João Wesley, pregou quase todos os dias a auditórios que chegavam a oito mil pessoas. Essa campanha produziu um enorme impacto em todas as colônias, tornando-se o primeiro evento de amplitude “nacional” da história dos Estados Unidos.

Nem todos os líderes ficaram entusiasmados com o avivamento. Na própria Nova Inglaterra surgiu um forte reação da parte de alguns pastores congregacionais, liderados por

Charles Chauncy, de Boston, que deploravam os excessos do movimento, especialmente o emocionalismo e as manifestações físicas, julgadas grosseiras e eivadas de fanatismo. Após o Grande Despertamento, ocorreu um dos períodos mais decisivos da história dos Estados Unidos, que culminou com a Revolução Americana e a Independência, em 1776. Esse período foi marcado por um acentuado declínio na atividade religiosa, uma vez que as pessoas estavam mais interessadas nas candentes questões políticas da época.

O Segundo Despertamento

Passado o período da emancipação política, irrompeu um novo avivamento, que veio a ser muito mais duradouro e influente que o anterior. O Segundo Grande Despertamento começou por volta de 1800, novamente entre os presbiterianos, na localidade de Cane Ridge, em Kentucky. Além de mais vasto e complexo, esse despertar diferiu do primeiro em outros aspectos importantes. Se o avivamento anterior limitou-se essencialmente aos presbiterianos e congregacionais, este atingiu todas as denominações, especialmente os batistas e os metodistas, que tiveram um crescimento vertiginoso e tornaram-se os maiores grupos protestantes da América do Norte. Outra diferença foi geográfica e social: enquanto que o primeiro despertar ocorreu em áreas urbanas próximas ao litoral, o segundo irrompeu na chamada “fronteira,” a região rural do meio-oeste com sua população móvel e sua instável organização social.

Uma terceira diferença entre os dois avivamentos diz respeito à sua teologia. Enquanto que o movimento do século 18 teve uma base solidamente calvinista, com sua ênfase na incapacidade humana e na iniciativa soberana de Deus, o Segundo Despertamento revelou uma orientação nitidamente arminiana, dando grande destaque ao potencial de escolha e decisão do ser humano. Essa característica, que combinava com os ideais de

liberdade e iniciativa individual da jovem nação, encontrou sua expressão mais eloqüente no avivalista Charles G. Finney (1792-1875). Finney acreditava que o avivamento podia ser produzido através do uso de técnicas, denominadas “novas medidas”, que incluíam apelos insistentes e carregados de emoção, aconselhamento pessoal dos decididos e séries prolongadas de reuniões evangelísticas. Esses elementos até hoje estão presentes em uma parcela ponderável do evangelicalismo mundial.

Desdobramentos posteriores

A partir do Segundo Grande Despertamento, o avivalismo tornou-se um fenômeno bastante generalizado no protestantismo norte-americano, especialmente em sua ala evangélica. Esse interesse resultou em uma curiosa instituição, que perdurou até as primeiras décadas do século 20 – os “camp meetings” (acampamentos avivalísticos). Tratava-se de grandes ajuntamentos em zonas rurais, por vezes bastante confusos, em que centenas de pessoas, inclusive famílias inteiras, hospedavam-se em tendas e ouviam por vários dias uma série de pregadores avivalistas. Essas reuniões foram precursoras das grandes concentrações evangelísticas realizadas desde o final do século 19 até o presente, sob a liderança de homens como Dwight L. Moody, Billy Sunday e Billy Graham.

Além do notável crescimento das igrejas, um dos frutos mais valiosos e duradouros do Segundo Grande Despertamento foi o surgimento de um grande número de movimentos de natureza religiosa e social, as “sociedades voluntárias”. Essas organizações, muitas delas interdenominacionais, estavam voltadas para causas como educação religiosa, abolicionismo, temperança, distribuição das Escrituras e, acima de tudo, missões nacionais e estrangeiras. Alguns exemplos marcantes, por ordem cronológica de fundação, são os seguintes: Junta Americana de Missões Estrangeiras (1810), Sociedade Bíblica Americana (1816), União

Americana de Escolas Dominicais (1824), Sociedade Americana de Tratados (1825), Sociedade Americana de Educação (1826), Sociedade Americana para a Promoção da Temperança (1826) e Sociedade Americana de Missões Nacionais (1826). O Segundo Grande Despertamento contribuiu decisivamente para o movimento missionário do século 19, que levou a mensagem evangélica e instituições evangélicas (igrejas, escolas, hospitais) a todas as regiões da terra, inclusive o Brasil.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Os avivamentos espirituais geralmente são mais motivados por fatores psicológicos e sociais ou por motivos genuinamente religiosos?
 2. Quais as vantagens e desvantagens de uma preocupação com avivamentos?
 3. Quais seriam as razões pelas quais muitos despertamentos tendem a ser passageiros?
 4. Quais os melhores frutos que podem ser produzidos por um avivamento genuíno?
 5. O avivamento é prioritariamente uma obra de Deus ou da iniciativa e esforço humano?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BLAIR, William N.; HUNT, Bruce F. *O pentecoste coreano*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

DIETER, M.E. *Reavivamentismo*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 236-240.

EDWARDS, Jonathan. *A genuína experiência espiritual*. São Paulo: PES, 1993.

LLOYD-JONES, D. Martyn. *Jonathan Edwards e a crucial importância de avivamento*. São Paulo: PES, s/d.

LLOYD-JONES, D. Martyn. *A urgente necessidade de avivamento*. São Paulo: PES, 1992.

NOLL, M.A. *Grandes despertamentos, os*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 222-224.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Aprendendo da história dos avivamentos*. Em *Fides Reformata* II/2 (Jul-Dez 1997): 61-68.

STEGEN, Erlo. *Avivamento na África do Sul*. São Paulo: Os Puritanos.

IV – MISSÕES

Capítulo 14

A TODA TRIBO, POVO, LÍNGUA E NAÇÃO

O CRESCIMENTO DA IGREJA ATRAVÉS DOS SÉCULOS

A IGREJA CRISTÃ nasceu com uma vocação para crescer e se tornar universal. Já havia algumas intimações de tal universalidade no Antigo Testamento (Sl 67.2; 117.1; Is 2.3; 42.6; 66.19; Am 9.12; Zc 2.11; 8.22s), mas essa ênfase se tornou explícita nos ensinamentos de Jesus Cristo e dos apóstolos. Ao confiar a “grande comissão” aos seus seguidores, Jesus foi muito claro: eles deviam fazer discípulos de todas as nações (Mt 28.19), ir por todo o mundo e pregar o evangelho a toda criatura (Mc 16.15), pregar arrependimento para remissão de pecados a todas as nações (Lc 24.47), ser suas testemunhas em Jerusalém, na Judéia e Samaria, e até aos confins da terra (At 1.8). No livro de Atos e nas epístolas, os apóstolos e os discípulos se mostram zelosos no cumprimento desse mandado (At 8.4; Rm 15.19). E o livro do Apocalipse apresenta grandiosas visões dos redimidos que procedem de todas as tribos, povos, línguas e nações (Ap 5.9; 7.9; 14.6).

É verdade que, nos primeiros tempos, houve um sério obstáculo a ser transposto. Muitos cristãos judeus queriam que os conversos gentios praticassem a lei de Moisés, isto é, se tornassem prosélitos do judaísmo, para poderem se tornar cristãos. Somente crer em Cristo não era suficiente. O “concílio de Jerusalém”, descrito em Atos 15, resolveu o problema de maneira sábia e equilibrada, dizendo que os cristãos gentios não precisavam seguir a lei mosaica, mas apenas se abster de determinadas práticas, visando manter a comunhão com os seus irmãos judeus. Isso permitiu que o movimento cristão deixasse de ser uma simples seita dentro do judaísmo e abraçasse plenamente a sua vocação universal. Inicialmente restrito aos judeus, cada vez mais o evangelho passou a ser pregado deliberadamente aos gentios, fato que ocorreu de maneira ampla, pela primeira vez, na cidade de Antioquia da Síria (At 11.19-21). A partir de então, esse processo se tornou irreversível.

Os primeiros séculos

Nos três primeiros séculos a igreja experimentou uma notável expansão geográfica. As regiões atingidas até o final do primeiro século formavam um semicírculo em torno da extremidade oriental do Mar Mediterrâneo, indo desde Cirene (Líbia), ao sul, até a Itália central, ao norte, e incluindo todas as regiões intermediárias – Egito, Palestina, Síria, Ásia Menor, Grécia e Macedônia. As maiores concentrações de comunidades cristãs estavam na Palestina, na Síria e na chamada Ásia, o oeste da Ásia Menor, em torno da cidade de Éfeso. No segundo e no terceiro séculos, as novas regiões alcançadas incluíam, no Oriente, a Mesopotâmia (Iraque), a Pérsia e a Armênia, e no Ocidente, toda a Península Balcânica ao sul do rio Danúbio, a região ao sul do rio Reno (Tchecoslováquia, Iugoslávia, Albânia), toda a Península Itálica, partes da Alemanha, França, Espanha e Lusitânia (Portugal) e o sul da Britânia (a futura Inglaterra). No norte da África, um novo

e florescente centro cristão foi a Numídia (a atual Tunísia) e sua capital Cartago. É verdade que em muitos desses lugares a presença cristã era ainda pequena, mas crescia continuamente.

Dois fatos se destacam nesse período antigo. Essa foi a época das perseguições sofridas pela igreja nas mãos do Império Romano. As perseguições não foram generalizadas nem contínuas, mas causaram consideráveis danos à igreja em algumas de suas regiões mais prósperas, como a Ásia Menor, Itália, Egito e sul da Gália. Todavia, a repressão não teve o efeito esperado, porque quando a mesma cessava, o exemplo dos mártires e outros que sofreram por sua fé inspiravam os cristãos a um esforço renovado pela difusão das boas novas. Daí as célebres palavras do escritor Tertuliano (cerca do ano 200): “O sangue dos mártires é semente”. Ele também fez a seguinte afirmação dirigida aos pagãos: “Nós somos um grupo novo, mas já penetramos em todas as áreas da vida imperial – nas cidades, ilhas, vilas, mercados, e até mesmo no campo, nas tribos, no palácio, no senado e no tribunal. Somente deixamos para vocês os seus templos” (*Apologia* 37). Outro dado importante é que, à exceção de Paulo, nenhum missionário se destacou nos três primeiros séculos da vida da igreja. O cristianismo crescia espontaneamente através do testemunho de cristãos anônimos que no seu dia-a-dia compartilhavam informalmente a fé com seus parentes, amigos, vizinhos, conhecidos e colegas de trabalho.

A igreja imperial

Alguns fatos novos muito importantes aconteceram a partir do início do quarto século. Para começar, pela primeira vez um imperador romano, Constantino, aderiu à fé cristã, com a conseqüente legalização do cristianismo e o fim das perseguições (ano 313). No final do mesmo século, outro imperador, Teodósio, oficializou a Igreja Católica (ano 380), tornando-a a única religião admitida no império. Isso fez com que grandes levas

de pagãos ingressassem na igreja, nem sempre movidos pelas motivações mais corretas. O fato é que, no quarto e no quinto séculos, o cristianismo tornou-se a religião majoritária na parte sul do Império Romano. Com as migrações dos chamados povos bárbaros para dentro dos limites do império, os mesmos foram progressivamente cristianizados, a começar dos visigodos. A primeira tribo teutônica a aceitar a fé católica, ou seja, trinitária, foi a dos francos, no final do quinto século.

O cristianismo sofreu um golpe terrível no sexto século com o advento do islamismo, que, em algumas regiões em torno do Mediterrâneo, deteve a marcha vitoriosa da igreja. Importantes regiões e centros cristãos de grande influência foram perdidos definitivamente, como foi o caso da Síria, Palestina, Mesopotâmia, Egito, Líbia e Numídia (Cartago). Mais tarde, os turcos, também convertidos ao islamismo, haveriam de causar grandes danos à igreja grega ou oriental, com a progressiva absorção da Ásia Menor e de certas partes dos Bálcãs, até a conquista da magnífica cidade cristã de Constantinopla, em 1453. Outras regiões cristãs ocupadas pelos muçulmanos por longo tempo foram eventualmente reconquistadas pelos cristãos, notadamente a Península Ibérica. As Cruzadas, grandes campanhas militares promovidas pelos cristãos europeus com a finalidade de recuperar os lugares sagrados do cristianismo que haviam caído em mãos maometanas, fizeram muito mais mal do que bem, deixando ressentimentos que perduram até o presente. Alguém se referiu a elas como a mais trágica distorção das missões cristãs em toda a história da igreja.

Em compensação, até o fim do primeiro milênio completou-se em grande parte a cristianização do norte e do leste da Europa (Ilhas Britânicas, Países Baixos, Escandinávia e nações eslavas, inclusive a Rússia). Com as perdas sofridas no Oriente Médio e no Norte da África, poderia parecer à primeira vista que o cristianismo se tornara uma religião exclusivamente européia.

Porém, esse não foi o caso. Desde um período muito remoto, a fé cristã atingiu com maior ou menor intensidade vastas regiões da África ao sul do Saara, como o Sudão e a Etiópia, bem como importantes áreas do Oriente, como a Índia, a Mongólia e a China. Por outro lado, se não houve missionários de destaque além de Paulo nos primeiros séculos da igreja, o mesmo não se pode dizer dos séculos posteriores. Até hoje servem de inspiração para muitos cristãos os exemplos de Ulfilas (missionário aos godos), Martinho de Tours (França), Patrício (Irlanda), Columba (Escócia), Agostinho de Cantuária (Inglaterra), Wilibrordo (Frísia), Bonifácio (Alemanha), Anscar (Escandinávia), Cirilo e Metódio (povos eslavos) e tantos outros.

O período moderno

Uma fase nova e dinâmica da expansão do cristianismo ocorreu nos séculos 15 e 16, com as grandes navegações e descobrimentos efetuados por várias nações européias. Inicialmente, quem tirou maior proveito desses desdobramentos foi a Igreja Católica, que conquistou vastas regiões para a sua fé nas Américas, na África e na Ásia. Neste último continente, tornaram-se lendários os nomes de Francisco Xavier (Índia e Japão), Mateus Ricci (China) e Roberto de Nóbili (Índia). Todavia, essa expansão da fé cristã teve os seus percalços, porque os missionários vinham na esteira dos poderosos, dos conquistadores. Um caso particularmente inquietante foi o da América Latina, em que o processo de conquista e colonização, abençoado pela igreja, deixou um rastro de destruição entre as populações nativas. Somente se levantaram algumas poucas vozes de protesto, como foi o caso dos dominicanos Antonio de Montesinos, Francisco de Vitória, Antonio Valdivieso e especialmente Bartolomé de las Casas (1484-1566).

Depois de uma hesitação inicial, motivada por fatores conjunturais e teológicos, os protestantes também se envolveram gradativamente com missões estrangeiras, tendo se tornado

tão ativos quanto os católicos. O auge das missões mundiais, principalmente no que diz respeito aos protestantes, foi o século 19, designado pelo historiador Kenneth Scott Latourette como “o grande século das missões”. Foi essa a primeira vez na longa história da igreja que o cristianismo se fez presente em todas as regiões do mundo, ainda que algumas áreas remotas dessas regiões tenham continuado sem a presença do evangelho. Alguns nomes bem conhecidos de missionários dessa época são David Brainerd, William Carey, Adoniran Judson, Hudson Taylor e John Paton. Novamente, ao lado de esforços missionários cristãos sérios e bem-intencionados, tanto católicos e ortodoxos quanto protestantes, houve aspectos menos recomendáveis, como a associação entre as missões e o colonialismo, a excessiva identificação entre o cristianismo e a cultura ocidental, e a competição entre diferentes grupos cristãos.

Observações finais

O crescimento da igreja pode ser encarado de diferentes perspectivas. De um lado, os cristãos têm demonstrado ao longo dos séculos a preocupação de divulgar a sua fé através do mundo, atendendo ao imperativo de Cristo. Esse crescimento teve aspectos apreciáveis, na medida em que a fé cristã veio enriquecer a vida de muitos povos, levando a indivíduos, famílias e sociedades dignidade, esperança e maneiras mais construtivas de encarar a vida. O crescimento da igreja muitas vezes teve um efeito benéfico e civilizador, trazendo consigo avanço cultural, educação, elevação do nível de vida e promoção humana em diversas áreas. Por outro lado, como foi apontado, esse crescimento muitas vezes esteve associado a atitudes questionadas pela própria ética cristã, como a violência, a ganância, o espírito de superioridade e o desrespeito pela integridade humana.

Outro fator relevante está relacionado com uma palavra utilizada várias vezes neste texto – cristianização. Nem sempre

os povos alcançados foram realmente evangelizados de modo compassivo, respeitoso e profundo, e sim revestidos de um verniz de cristianismo, muitas vezes estimulando formas grosseiros de sincretismo religioso. É óbvio que o cristianismo desde o início transpôs barreiras culturais e nesse processo influenciou e sofreu influências. Isso tem a ver com o tema sempre tão atual da contextualização ou indigenização da fé. Ao expandir-se entre outras culturas, a igreja tem a responsabilidade de servir as pessoas e identificar-se com as elas em tudo aquilo que não seja claramente incompatível com os valores do evangelho.

Uma questão problemática é ilustrada pelos movimentos de “crescimento da igreja”, que se preocupam em atrair grandes números de pessoas, muitas vezes sem se importarem com os métodos usados, caindo na falácia dos resultados rápidos, do uso de técnicas de marketing religioso, das estratégias pragmatistas, da rendição às expectativas de uma sociedade embriagada com a prosperidade e o sucesso. O crescimento da igreja a qualquer custo nunca deve ser um objetivo da igreja. Cristo nunca exigiu que a sociedade inteira seja evangelizada ou esperou que todos se tornassem seus discípulos. O importante é que o testemunho de Cristo esteja presente entre todos os povos e que ele tenha seguidores, poucos ou muitos, em todas as culturas e grupos. Sempre que o cristianismo se torna majoritário em um dado povo, há uma tendência de declínio nos seus valores morais e espirituais.

O crescimento da igreja evangélica brasileira revelado pelos últimos censos, embora tenha trazido benefícios incalculáveis para muitas vidas e produza euforia em muitos corações, ainda está para mostrar os seus melhores frutos. O divisionismo e a proliferação de igrejas, as lideranças personalistas e autoritárias, o ufanismo triunfalista e alienante, a importação de formas esdrúxulas de teologia e culto, a atuação decepcionante de políticos evangélicos, a falta de responsabilidade social e cívica – todos esses óbices precisam ser superados para que possamos

verdadeiramente nos orgulhar dos índices de crescimento das igrejas evangélicas do Brasil e para que estas sejam o sal e a luz de Cristo em nossa sociedade. Os ganhos têm sido consideráveis, e por isso somos gratos a Deus, mas a tarefa permanece inacabada.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Ao se evangelizar pessoas de uma outra cultura, o que não deve ser transmitido, visto não ser parte integral e essencial do evangelho?
 2. Qual a diferença entre cristianização e evangelização?
 3. É possível comunicar a mensagem cristã a outras pessoas sem desprezar a sua integridade humana, inclusive as suas convicções?
 4. Por que razões certos grupos, como os muçulmanos, têm sido mais eficientes em seus esforços missionários do que os próprios cristãos?
 5. Por que o mero crescimento numérico não é evidência de uma evangelização bíblica e genuína?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BARRS, Jerram. *A essência da evangelização*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- GREEN, Michael. *Evangelização na igreja primitiva*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- GREENWAY, Roger. *Ide e fazei discípulos: uma introdução às missões cristãs*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- NEILL, Stephen. *História das missões*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- PACKER, J. I. *A evangelização e a soberania de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- SMITH, W.; PORTELA, F. Solano. *Fazendo a igreja crescer*. São Paulo: Os Puritanos.
-

Capítulo 15

ESTRANGEIROS E PEREGRINOS SOBRE A TERRA

A IMIGRAÇÃO E A EVANGELIZAÇÃO NA HISTÓRIA MISSIONÁRIA DA IGREJA

COMO JÁ FOI destacado, o cristianismo nasceu com uma vocação de universalidade. Os documentos fundantes da igreja deixam claro que a mensagem cristã – o evangelho – deveria ser proclamada indistintamente a pessoas de todos os povos e nações. Assim sendo, desde o início os cristãos atravessaram intencionalmente fronteiras nacionais, étnicas e culturais. Ao fazer isso, a igreja tanto influenciou quanto foi influenciada pelos ambientes nos quais se inseriu, como ocorreu na transição do seu berço judaico original para o mundo greco-romano.

Como não poderia deixar de ser, esse fenômeno também teve enormes repercussões para a expansão missionária da igreja. A extraordinária mobilidade geográfica dos primeiros cristãos foi um dos principais fatores que contribuíram para a rápida difusão da fé nas primeiras décadas e, de fato, nos primeiros séculos. O maior responsável pelo crescimento da igreja não

foram os esforços metódicos e organizados de líderes como o apóstolo Paulo; mas o testemunho informal de cristãos comuns que por onde iam compartilhavam com as pessoas as suas novas convicções.

Um tema bíblico marcante

Curiosamente, essa relação entre fé e mobilidade física é um dos temas salientes das Escrituras. Com muita frequência, os personagens bíblicos foram indivíduos que se deslocaram por longas distâncias, que viveram como nômades, seja por causa de alguma convocação divina, seja em busca de novas oportunidades ou sob pressão de circunstâncias adversas. Entre os exemplos mais conhecidos do Antigo Testamento estão os patriarcas, a começar de Abraão, e os filhos de Israel após a sua libertação do cativeiro egípcio (ver Gn 12.1; 23.4; At 7.6; Hb 11.8-10,13). No período do Novo Testamento, Jesus fez o caminho inverso, sendo levado recém-nascido para o Egito, como refugiado da ira de Herodes. Mais tarde, durante o seu ministério itinerante, ele haveria de dizer que não tinha um lugar onde reclinar a cabeça (Mt 8.20).

Não por coincidência, a figura do peregrino, do estrangeiro e do migrante povoa as páginas da Bíblia, como símbolo da vida do cristão neste mundo, caminhando em direção à pátria celeste (ver 1 Pe 1.1,17; 2.11). Às vezes a metáfora aponta na direção oposta, como quando Paulo diz aos gentios efésios que, graças à obra reconciliadora de Deus por meio de Cristo, eles já não são estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus (Ef 2.19). De qualquer modo, a poderosa imagem da peregrinação sempre tem causado forte impacto na consciência cristã e muitas vezes a relação entre fé e migração se manifesta literalmente na vida de muitos cristãos, aqueles que se deslocam por causa de sua fé ou aqueles que, ao se deslocarem, contribuem para a difusão da fé.

Alcançando e sendo alcançados

Obviamente, nem sempre na história da igreja os grupos ~~imigrantes~~ foram agentes da evangelização, e sim objeto da mesma. Isso aconteceu com os impressionantes deslocamentos humanos que foram as “invasões” bárbaras na Europa dos séculos quarto e quinto. Na verdade, o que esses povos da Ásia e da Europa oriental fizeram foi migrar para o rico Império Romano em busca de melhores condições de vida. E à medida que foram conquistando, foram conquistados. Chegaram pagãos e se tornaram cristãos. Foi o caso dos francos, burgúndios, vândalos, alanos, suevos e outros. Uma interessante exceção foram os visigodos. Esse povo, oriundo da região do mar Negro, já havia sido cristianizado antes de se deslocar para a Europa ocidental. Todavia, haviam adotado uma forma dissidente de cristianismo, o arianismo, que negava a plena divindade de Cristo. Foi somente mais tarde, quando já haviam se estabelecido firmemente na Península Ibérica, que abraçaram o cristianismo ortodoxo, trinitário.

Também foi curioso o que aconteceu nas Ilhas Britânicas. Nos primeiros séculos da era cristã, o cristianismo se implantou entre vários povos daquela região, notadamente os celtas e os bretões. Não se sabe exatamente como isso aconteceu, mas um nome associado com esse período é o de Patrício, que viveu no quinto século. Todavia, em meados daquele século, dois povos pagãos do norte da Europa, os anglos e os saxões, invadiram a Britânia, que assim passou a chamar-se Inglaterra (terra dos anglos). Esses povos eliminaram boa parte do cristianismo celta e foram eventualmente cristianizados pelos esforços de missionários enviados pelo papa Gregório Magno (590-604). Tais fenômenos se repetiram muitas vezes ao longo da Idade Média. Outra página gloriosa das missões cristãs foi o trabalho dos nestorianos na Ásia, durante muitos séculos. Esse grupo, embora marginalizado pela igreja oficial e considerado herético, levou a mensagem de Cristo a muitos lugares inóspitos e

longínquos que nunca haviam sido atingidos pelo cristianismo majoritário.

As grandes navegações e os grandes descobrimentos efetuados pelos espanhóis e portugueses nos séculos 15 e 16 produziram um fato novo: pela primeira vez na história da igreja, grandes contingentes populacionais cristãos se transferiram para outras partes do mundo e contribuíram para a expansão da fé em territórios nunca antes alcançados. Foi o caso de muitas regiões da Ásia e da África, e mais especialmente da América Latina. Na verdade, a conquista e colonização dessa última região foi ao mesmo tempo um empreendimento político, comercial e religioso. Os conquistadores tinham a consciência de estarem expandindo não só os territórios de seus soberanos, mas os domínios da cristandade. Podem ser questionados o tratamento dados aos aborígenes e a qualidade da cristianização dos mesmos, mas trata-se de um caso em que se vê a nítida relação entre a imigração e a difusão da fé cristã.

As missões protestantes

É um fato conhecido da história das missões que os protestantes inicialmente foram um tanto lentos em se envolver com a evangelização do mundo. Nos séculos 16 e 17 houve apenas alguns esforços esporádicos e limitados. Todavia, quando esses esforços se tornaram mais organizados e consistentes, a imigração foi um dos recursos que mais contribuíram para a obra missionária. Um bom exemplo inicial foi o dos irmãos morávios, que migraram com suas famílias para muitas regiões difíceis e insalubres com o fim de viver entre outros povos, identificar-se com eles e anunciar-lhes o evangelho.

Todavia, ainda antes dos morávios, outro grupo de migrantes iniciou um experimento que teve amplas conseqüências para o protestantismo e para as missões cristãs – os puritanos da Nova Inglaterra. Os puritanos eram os calvinistas ingleses que

lutavam pela plena reforma da Igreja da Inglaterra. Frustrados em seus objetivos e crescentemente reprimidos pelas autoridades seculares e eclesiásticas, resolveram procurar outras terras para viver de acordo com as suas convicções. Após uma breve tentativa mal-sucedida na Holanda, decidiram transferir-se para o Novo Mundo, a América, contribuindo decisivamente para o surgimento dos Estados Unidos. Embora inicialmente eles não tivessem uma motivação missionária, em pouco tempo começaram a evangelizar os indígenas e mais tarde colaboraram para criar uma cultura religiosa que desembocou no gigantesco empreendimento missionário norte-americano do século 19.

Graças à imigração, o protestantismo se tornou a expressão religiosa dominante em muitos outros países, como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul, nos quais se radicaram elementos reformados, anglicanos e luteranos, entre outros. Em muitos países, a presença protestante, ainda que minoritária, também obteve o concurso decisivo da imigração. Ao mesmo tempo, não se pode adotar nessa matéria uma atitude triunfalista, porque em muitos casos a imigração e a colonização fizeram mais mal do que bem, produzindo uma verdadeira anti-evangelização. O exemplo clássico é a África do Sul, em que algumas igrejas compactuaram com o perverso sistema de discriminação e opressão racial conhecido como apartheid.

A experiência brasileira

Curiosamente, foi no Brasil que ocorreu a primeira tentativa da história do protestantismo mundial no sentido de evangelizar um povo não-cristão. Isso se deu em conexão com uma colônia francesa criada na baía da Guanabara em 1555, a França Antártica. A pedido do líder do empreendimento, Nicholas Durand de Villegaignon, o reformador João Calvino e a Igreja Reformada de Genebra enviaram catorze colonos, entre eles dois pastores. Esses imigrantes-missionários tinham dois objetivos: implantar

uma igreja reformada entre os franceses e evangelizar os silvícolas. Nenhum desses objetivos pôde ser alcançado e quatro dos pioneiros acabaram sendo martirizados, mas esse evento se tornou um marco de grande importância na história das missões, nem sempre caracterizadas pelo sucesso.

No século seguinte, os holandeses calvinistas fizeram uma tentativa semelhante no nordeste brasileiro (1630-1654). Por algum tempo, tiveram grande êxito tanto na criação de igrejas para os imigrantes europeus quanto na evangelização dos indígenas. Preparavam-se mesmo para traduzir a Bíblia para o tupi e ordenar pastores nativos quando foram expulsos pelos portugueses.

A imigração acabou dando uma contribuição inesperada e decisiva para a implantação definitiva do protestantismo no Brasil. A nova nação independente necessitava de imigrantes para desenvolver a sua precária agricultura e criar indústrias até então inexistentes. A maior parte dos imigrantes disponíveis vinha de nações protestantes da Europa, que, além disso, estavam entre as mais desenvolvidas daquele continente. Com isso, o Império do Brasil, auxiliado pela atuação de políticos e intelectuais liberais, criou progressivamente uma legislação que permitiu a esses imigrantes o livre exercício da sua religião. Eles mesmos não procuraram difundir a sua fé entre os brasileiros, mantendo-se isolados no aspecto religioso, mas a legislação criada para beneficiá-los acabou por favorecer o ingresso e atuação das missões protestantes.

Um último fenômeno a ser destacado é o fato, já amplamente estudado pelos sociólogos, de que as pessoas que experimentam deslocamentos culturais profundos, como é o caso dos imigrantes, tornam-se mais suscetíveis a mudanças de convicção religiosa. Essa circunstância talvez explique o fato de que entre os membros das primeiras igrejas protestantes constituídas de brasileiros havia muitos imigrantes, notadamente portugueses e italianos.

Como aconteceu no passado, também nos dias de hoje o cristianismo continuar a atravessar barreiras geográficas e culturais. Um exemplo bem atual é o dos brasileiros que têm ido residir nos Estados Unidos, Europa e Japão e nesses lugares têm plantado igrejas e evangelizado tanto os seus patrícios como os naturais da terra. Esse é mais um elemento que tem contribuído para formar a grande multidão descrita pelo profeta de Patmos, composta de pessoas de todas as nações, tribos, povos e línguas (Ap 7.9).

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Por que as figuras do peregrino, do viajante e do estrangeiro se tornaram símbolos tão importantes da vida cristã?
 2. Os imigrantes cristãos sempre compartilharam com outros a sua fé? Em que circunstâncias a imigração não foi benéfica para a evangelização?
 3. O que é necessário para que a experiência da imigração dê uma contribuição positiva para a obra missionária?
 4. Nem todo imigrante é um missionário transcultural. O que dizer do oposto: Será que todo missionário transcultural é um imigrante?
 5. O que deve fazer o cristão que vai viver, trabalhar e testemunhar no meio de outro povo para não dar a impressão de que o evangelho é uma coisa estrangeira, vinda de fora?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BURNS, Bárbara; AZEVEDO, Décio de; CARMINATI, Paulo B. F de. *Costumes e culturas: uma introdução à antropologia missionária*. Baseado na obra de E.A. Nida. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1988.

CALDAS FILHO, Carlos R. *Fé e café*. Manhumirim, MG: Didaquê, 1999.

STEUERNAGEL, Valdir. *Igreja: comunidade missionária – o reino de Deus e o povo peregrino*. São Paulo: ABU Editora, 1978.

STEUERNAGEL, Valdir. *Obediência missionária e prática histórica: em busca de modelos*. São Paulo: ABU Editora, 1993.

TUCKER, Ruth A. “... Até aos confins da terra”: uma história biográfica das missões cristãs. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1996.

WINTER, Ralph D.; HAWTHORNE, Steven C. (Eds.). *Missões transculturais*. 4 vols: *Perspectiva bíblica*, *Perspectiva histórica*, *Perspectiva estratégica* e *Perspectiva cultural*. São Paulo: Mundo Cristão, 1987.

Capítulo 16

ALARGA O ESPAÇO DA TUA TENDA

MISSÕES CATÓLICAS E PROTESTANTES A PARTIR DO SÉCULO 16

A IGREJA CRISTÃ, em suas diferentes expressões, sempre tem tido a consciência de possuir uma missão no mundo. O entendimento dessa missão varia de uma confissão para outra, mas inclui no mínimo o objetivo de anunciar o evangelho (a mensagem cristã) a outros povos e culturas, e implantar a igreja entre esses povos. Alguns períodos da história do cristianismo foram especialmente dinâmicos no que diz respeito ao esforço missionário da igreja. Um desses períodos foi o que teve início com as grandes navegações empreendidas por diversas nações européias no final do século 15 e início do século 16. Tais viagens, que tinham primariamente objetivos comerciais, tiveram como resultado um contato sem precedentes com novos povos e regiões do planeta. Adicionalmente, esse período coincidiu com a ocorrência de profundas transformações religiosas na vida da

Europa, notadamente o surgimento da Reforma Protestante e a revitalização do catolicismo romano em reação à mesma. Esse catolicismo militante tomou a dianteira no que diz respeito às missões mundiais.

A cruz e a espada

Até o final do século 15, a atuação missionária católica romana limitou-se quase que exclusivamente à Europa ocidental. Fora da Europa ocorreram apenas umas poucas iniciativas isoladas, que não produziram resultados duradouros, como a missão do franciscano João de Monte Corvino na China em 1294. Também ficou célebre o trabalho persistente, porém infrutífero, do terciário franciscano Raimundo Lull entre os muçulmanos do norte da África, onde foi morto por volta de 1315. A Europa oriental e o Oriente Médio eram campos de atuação da Igreja Ortodoxa, que enfrentava sérias limitações impostas pelo islamismo.

Todavia, a partir de 1492, com o surgimento dos impérios coloniais espanhol e português nas Américas, na África e na Ásia, a Igreja Romana teve uma oportunidade inédita para expandir a sua fé nesses continentes ainda pouco alcançados. Nesse esforço tiveram papel destacado as ordens religiosas, tanto antigas (franciscanos, dominicanos, agostinianos) quanto novas, especialmente os jesuítas, oficializados em 1540. As perdas sofridas pela igreja na Europa em decorrência da Reforma Protestante foram compensadas pela conquista de outros povos para a cristandade.

Em muitas regiões, os missionários católicos chegaram ao mesmo tempo em que os conquistadores e colonizadores, como foi o caso da América Latina e de algumas partes da América do Norte, África e Extremo Oriente. Em outros casos, os missionários atuaram fora de áreas colonizadas por seus correligionários, enfrentando, portanto, maiores dificuldades. Na África, as primeiras regiões atingidas, entre 1490 e 1650, foram o Congo, Angola, Moçambique e Madagascar, com poucos resultados

iniciais. Quanto ao Oriente, ficaram célebres os esforços de pioneiros como Francisco Xavier (Índia, Malásia, Japão), Rodolfo Acquaviva (Índia), Mateus Ricci (China), Alexandre de Rhodes (Indochina) e Roberto de Nobili (Índia), entre outros. Em virtude da colonização espanhola, as Filipinas tornaram-se o único país majoritariamente cristão da Ásia.

Uma situação mais complexa envolveu a América Latina, em que os missionários atuaram lado a lado com os conquistadores e foram parte de um sistema que com frequência explorou os nativos e contribuiu para a destruição da sua cultura e identidade. Houve, no entanto, honrosas exceções, como os frades Bartolomé de las Casas, Luis Beltrán e Juan de Zumárraga, que protegeram os índios, bem como Pedro Claver, o benfeitor dos escravos africanos na Colômbia. A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses (1759) e espanhóis (1767) colocou um fim a esse período áureo das missões católicas no terceiro mundo.

Primórdios protestantes

Nos séculos 16 e 17, um período de intensa atividade missionária católica em vários continentes, os protestantes pouco fizeram em termos de missões mundiais. As causas apontadas para isso são várias: (a) a teologia dos reformadores não dava ênfase à Grande Comissão como um desafio para a igreja da época; (b) o protestantismo ainda incipiente buscava consolidar-se em meio a grandes dificuldades; (c) os protestantes tinham acesso limitado às novas áreas missionárias; (d) havia falta de instrumentos eficientes como as ordens religiosas católicas.

As primeiras tentativas de missões aos indígenas americanos, todas infrutíferas, ocorreram no Brasil, nas Índias Ocidentais e no Suriname (séculos 16 e 17). Nessa época surgiram as primeiras missões evangélicas inglesas, voltadas para a América do Norte: a Sociedade para a Propagação do Evangelho na Nova Inglaterra (1649), a Sociedade para a Promoção do

Conhecimento Cristão (1698) e a Sociedade para a Propagação do Evangelho em Terras Estrangeiras (1701).

O movimento missionário protestante teve seus primórdios com o pietismo alemão, um movimento de renovação do luteranismo liderado por Philip Spener e August Francke, com sede na Universidade de Halle (1694). A colaboração entre o rei da Dinamarca e os pietistas resultou na primeira missão protestante, que enviou os missionários Bartolomeu Ziegenbalg e Henrique Plütschau para Tranquebar, na Índia, em 1705.

Os pietistas influenciaram o conde Nikolaus Ludwig von Zinzendorf (1700-1760), que acolheu em sua propriedade na Saxônia um grupo de refugiados morávios perseguidos pela Contra-Reforma, herdeiros do pré-reformador tcheco João Hus. Sob a liderança do piedoso Zinzendorf, os morávios empreenderam um vigoroso movimento missionário que até 1760 enviou 226 missionários a São Tomás (Ilhas Virgens), Groenlândia, Suriname, Costa do Ouro, África do Sul, Jamaica, Antigua e aos índios norte-americanos.

Pioneiros anglo-saxões

Os ingleses, influenciados tanto pelos pietistas e morávios quanto pelo avivamento evangélico do século 18, iniciaram um movimento de oração intercessória pela conversão dos pagãos. Um líder de grande impacto foi o batista William Carey (1761-1834), considerado “o pai das missões modernas”. Em 1792, ele publicou “Um estudo sobre a obrigação dos cristãos de usarem meios para a conversão dos pagãos” e pregou um célebre sermão baseado em Isaías 54.2-3. Vencendo muita oposição e desânimo, fundou com vários companheiros a Sociedade Batista Particular para a Propagação do Evangelho entre os Pagãos, depois denominada Sociedade Missionária Batista. Em 1793, Carey foi para a Índia, onde passou o restante da sua vida e traduziu a Bíblia para vários idiomas.

Finalmente, no início do século 19, um grupo de estudantes do Seminário de Andover, na Nova Inglaterra, criou a “Sociedade de Investigação do Assunto de Missões”, o que levou em 1810 à fundação da Junta Americana de Comissionados para Missões Estrangeiras. Dois anos depois, vários missionários foram enviados para a Ásia, entre os quais Adoniram Judson, que trabalhou na Índia e na Birmânia. Outros campos pioneiros da Junta Americana foram o Ceilão, o Oriente Próximo, a China e Madura, uma ilha da Indonésia.

No século 19, outros notáveis missionários protestantes foram: Reginald Heber (Índia), Robert Morrison e Hudson Taylor (China), Guido Verbeck, James Hepburn e Samuel Brown (Japão), Horace Underwood e Henry Appenzeller (Coréia), John Paton (Mares do Sul), Ludwig Nommensem (Sumatra), Daniel Bliss e Howard Bliss (Síria), David Livingstone e Robert Moffat (África), Robert Kalley, Ashbel Simonton e William Bagby (Brasil). Entre as mulheres, destacaram-se Mary Slessor (Calabar, África Ocidental), Florence Young (Austrália, Ilhas Salomão e China) e Amy Carmichael (Índia), entre outras.

O historiador Kenneth S. Latourette concluiu: “Nunca antes, em um período de igual duração, o cristianismo ou qualquer outra religião tinha penetrado pela primeira vez em uma área tão grande”, no que foi secundado pelo missiologista J. Herbert Kane: “Nunca dantes na história da igreja cristã se fizera um esforço tão concentrado, organizado e hercúleo visando levar o evangelho até os confins da terra”.

Missões em retrospecto

A avaliação do esforço missionário nos últimos séculos, quer católico quer protestante, leva a algumas conclusões gerais, tanto positivas como negativas. Em seu livro *A Concise History of the Christian World Mission* (Breve história da missão cristã mundial), Herbert Kane arrola algumas críticas que têm

sido feitas a muitos missionários: (a) tinham um complexo de superioridade; (b) trataram de maneira insensível as religiões “pagãs”; (c) deixaram de distinguir entre o cristianismo e a cultura ocidental; (d) exportaram o denominacionalismo juntamente com o evangelho; (e) deixaram de incentivar a indigenização do cristianismo; (f) foram culpados de paternalismo; (g) não foram sábios no uso dos fundos missionários do Ocidente; (h) identificaram-se muito de perto com o sistema colonial.

Ao mesmo tempo, é importante destacar as contribuições positivas de muitos missionários: (a) amaram os povos entre os quais trabalharam; (b) desenvolveram uma apreciação genuína pelas culturais locais; (c) aprenderam as línguas locais e traduziram as Escrituras; (d) proporcionaram educação moderna para os povos do terceiro mundo; (e) foram os primeiros a crer no potencial dos “nativos”; (f) abriram hospitais, clínicas e escolas de medicina; (g) introduziram reformas sociais e políticas; (h) formaram uma ponte entre o Oriente e o Ocidente; e (i) plantaram a igreja em quase todos os países do mundo.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Por que a associação entre as missões cristãs e o colonialismo foi tão problemática? Isso ainda acontece hoje?
2. Foi justificável a demora dos protestantes em iniciar missões em âmbito mundial? Por quê?
3. Quais os principais desafios e barreiras enfrentados pelas missões internacionais e transculturais? Como superá-los?
4. Qual deve ser o objetivo maior do esforço missionário em determinada região ou país?
5. Quais são as diferentes ênfases das missões católicas e protestantes?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CALDAS, Carlos. *O último missionário*. São Paulo: Mundo Cristão, 2001.

CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da evangelização no Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2000.

GONZÁLEZ, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo*. Vol. 7: *A era dos conquistadores*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

NEILL, Stephen. *História das missões*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.

STEUERNAGEL, Valdir (Org.). *A missão da igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994.

Capítulo 17

A TUA PALAVRA É A VERDADE

A SAGA DOS IRMÃOS MORÁVIOS

EXISTEM DOIS grupos protestantes atuais cujas raízes mais remotas são anteriores à Reforma do Século 16: os irmãos morávios e a igreja valdense. Os valdenses tiveram suas origens em um movimento reformista iniciado por volta de 1175 por Valdès, um comerciante de Lião, no sul da França. Expulsos da igreja católica em 1184, seus simpatizantes enfrentaram heroicamente séculos de perseguição, abraçando eventualmente a Reforma Protestante. Refugiaram-se principalmente nos vales alpinos do norte da Itália, na região conhecida como Piemonte, a sudoeste de Turim. Os irmãos morávios, por sua vez, têm uma história ainda mais complexa, mas não menos inspiradora, cujos primórdios remontam à Inglaterra do final do século 14.

De João Wyclif a João Hus

João Wyclif (c.1325-1384) nasceu em Yorkshire, estudou na Universidade de Oxford e abraçou o sacerdócio. Na década de

1360, adquiriu grande reputação em Oxford e outros centros intelectuais como brilhante professor e escritor de filosofia. Posteriormente, tornou-se conselheiro teológico do rei e prestou serviços à coroa inglesa. Defendeu a teoria de que o poder civil tinha o direito de se apoderar das propriedades do clero corrupto. Suas opiniões foram condenadas pelo papa em 1377, mas ele teve o apoio de pessoas influentes e do povo. Após o Grande Cisma (1378), com a existência simultânea de dois papas rivais, suas idéias tornaram-se mais radicais e ele acabou por rejeitar toda a estrutura tradicional da igreja medieval. Em uma série de tratados teológicos, afirmou a autoridade suprema das Escrituras, definiu a igreja verdadeira como o conjunto dos eleitos, e questionou o papado e a transubstanciação. Além disso, incentivou a primeira tradução da Bíblia completa para a língua inglesa, concluída em 1384.

Eventualmente, Wyclif perdeu o apoio da nobreza e de muitos simpatizantes, mas viveu em paz os seus últimos anos, vindo a falecer em sua paróquia, Lutterworth, no dia 28 de dezembro de 1384. Seus seguidores, conhecidos como lollardos, foram duramente reprimidos nas décadas seguintes. Ensinavam que a missão principal de um sacerdote era pregar as Escrituras e que a Bíblia devia ser acessível a todos nas várias línguas vulgares. Essas idéias contribuiriam para a ampla aceitação da Reforma Protestante pelos ingleses no século 16.

No século 14, a Boêmia (Tchecoslováquia) fazia parte do Sacro Império Germânico. Politicamente, o país estava dividido por conflitos entre os tchecos e a comunidade imigrante alemã, mais poderosa. Em 1382, a Boêmia, até então pouco ligada à Inglaterra, aproximou-se deste país através do casamento de uma princesa tcheca com o rei Ricardo II. Jovens tchecos passaram a estudar em Oxford e conheceram as doutrinas de Wyclif, que logo levaram para a sua terra, especialmente para a Universidade de Praga, fundada em 1348. Entre os professores

que abraçaram muitas idéias de Wyclif estava o ardoroso Jan Hus (c. 1373-1415).

Hus nasceu na vila de Husinec, estudou na Universidade de Praga e foi ordenado sacerdote em 1400. Pouco antes da ordenação teve uma experiência de conversão através do estudo da Bíblia e se tornou um zeloso defensor de reformas eclesiásticas. Além de lecionar na universidade, em 1402 foi nomeado pregador da Capela de Belém, o centro do movimento reformista checo, alcançando enorme popularidade através de suas pregações. Como João Wyclif, ele ensinava que a igreja verdadeira consiste somente dos eleitos, dos quais o cabeça é Cristo, e não o papa. Embora defendesse a autoridade tradicional do clero, Hus afirmava que somente Deus podia perdoar pecados. Acreditava que nem o papa nem os cardeais podiam estabelecer como autêntica uma doutrina que fosse contrária à Escritura, e que nenhum cristão devia obedecer às suas ordens quando estas se revelassem abertamente errôneas. Dizia que a igreja devia ter uma vida de simplicidade e pobreza, à semelhança de Cristo. A única lei da igreja era a Bíblia, especialmente o Novo Testamento, daí a grande importância da pregação. Condenou a corrupção do clero, a adoração de imagens, os falsos milagres, as peregrinações supersticiosas e a venda das indulgências, mas manteve a transubstanciação.

A partir de 1410, as autoridades eclesiásticas e seculares começaram a tomar medidas drásticas contra os wyclifitas. Apesar de ser altamente estimado pelo povo, Hus foi excomungado e seguiu para o exílio no sul da Boêmia, onde escreveu sua principal obra, *De Ecclesia* (Sobre a Igreja). Munido de um salvo-conduto fornecido pelo imperador alemão Sigismundo, compareceu ao célebre Concílio de Constança (1414-1418), no sul da Alemanha, a fim de justificar as suas posições. Em 4 de maio de 1415, o concílio condenou formalmente João Wyclif como herege e ordenou que o seu corpo fosse retirado da terra consagrada (essa

ordem só seria cumprida em 1428). Hus, considerado por todos um wyclifita, recusou-se firmemente a abjurar as suas idéias. No dia 6 de julho de 1415 foi sentenciado pelo concílio e queimado na fogueira, enfrentando a morte com grande coragem e dignidade.

A *Unitas Fratrum* e os Irmãos Morávios

A notícia da morte de Hus produziu grande revolta na Boêmia, que seria agravada pela condenação do seu amigo e colega Jerônimo de Praga, também levado à fogueira pelo Concílio de Constança, em 30 de maio de 1416. Outra fonte de protestos foi a proibição, pelo mesmo concílio, da ministração do cálice da Ceia aos leigos, prática que havia se tornado o símbolo do movimento hussita. Surgiram duas facções no movimento: um partido moderado e aristocrático, sediado em Praga, conhecido como utraquistas (referência à comunhão *sub utraque*, isto é, “em ambas” as espécies) ou calixtinos (do latim *calix* = cálice), e um partido radical, popular, os taboritas (de Tábor, a sua fortaleza). Os primeiros rejeitaram somente as práticas que consideravam proibidas pela “lei de Deus”, a Bíblia, ao passo que os taboritas repudiavam todas as práticas não sancionadas expressamente pelas Escrituras.

Após um período de conflitos, as duas facções se uniram em 1420, adotando uma agenda religiosa comum, “Os Quatro Artigos de Praga”, que exigiam a livre pregação da Palavra de Deus, o cálice para os leigos, a pobreza apostólica e uma vida de austeridade para clérigos e leigos. Durante alguns anos, eles envolveram-se em várias guerras vitoriosas contra os seus adversários. Uma tentativa de acordo com a igreja católica produziu novas lutas internas, sendo os taboritas derrotados pelos utraquistas em 1434, na batalha de Lipany. Fracassado o acordo com o catolicismo, os utraquistas tornaram-se um grupo religioso autônomo, cuja plena paridade com os católicos foi declarada pelo

Parlamento da Boêmia em 1485. Alguns anos antes, em 1457, havia surgido a *Unitas Fratrum* (Unidade dos Irmãos Boêmios), reunindo elementos taboritas, utraquistas e valdenses. Essa igreja absorveu o que havia de mais vital no movimento hussita e se tornou a precursora dos irmãos morávios.

Com o advento da Reforma, os “irmãos unidos” abraçaram o protestantismo. Nessa época, eles contavam com cerca de 400 igrejas locais e 150 a 200 mil membros na Boêmia e na vizinha Morávia. Expulsos de sua pátria durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), espalharam-se por diversas regiões da Europa e perderam muitos adeptos. Um ano especialmente amargo foi 1621, quando quinze irmãos foram decapitados no “dia de sangue”, muitos crentes foram mandados para as minas ou masmorras, igrejas foram fechadas, escolas destruídas, Bíblias, hinários e catecismos foram queimados. Os poucos remanescentes continuaram a realizar as suas funções religiosas em segredo e a orar pelo renascimento da sua igreja. Um importante líder nesse período aflitivo foi o notável pastor e educador João Amós Comenius (1592-1672), eleito bispo dos irmãos morávios em 1632.

O Conde Zinzendorf e Herrnhut

Em 1722, sobreviventes dos irmãos unidos que falavam alemão, residentes no norte da Morávia, começaram a buscar refúgio na vizinha Saxônia, sob a liderança de um carpinteiro, Christian David. O jovem conde Nikolaus Ludwig von Zinzendorf (1700-1760) permitiu que eles fundassem uma vila em sua propriedade de Berthelsdorf, cerca de 110 quilômetros a leste de Dresden. Zinzendorf era fruto do pietismo, um influente movimento que havia surgido recentemente no luteranismo alemão. Esse movimento teve como líderes iniciais Phillip Jacob Spener (1635-1705) e August Hermann Francke (1663-1727), sendo seu principal centro de atividade a cidade de Halle, também na Saxônia,

a terra de Martinho Lutero. Os pietistas davam grande ênfase à devoção, à experiência e aos sentimentos, em contraste com a ortodoxia, credos e rituais. Também valorizavam a conversão pessoal, o sacerdócio universal dos crentes, o estudo das Escrituras, os pequenos grupos para comunhão e auxílio mútuo, e um cristianismo prático voltado para educação, missões e beneficência.

Nascido em uma família aristocrática, Zinzendorf recebeu uma educação pietista em Halle dos dez aos dezessete anos. Desde a infância revelou uma intensa devoção pessoal a Cristo e mesmo depois de ingressar no serviço público, em 1721, continuou a ter como interesse predominante o cultivo da “religião do coração”. Foi então que entrou em contato com os morávios. A vila que estes fundaram em sua propriedade recebeu o nome de Herrnhut (“a vigília do Senhor”). A comunidade cresceu e logo se uniram a ela muitos pietistas alemães e outros entusiastas religiosos. Inicialmente Zinzendorf lhes deu pouca atenção, mas em 1727 começou a assumir a liderança espiritual do grupo. Superadas algumas divisões iniciais, no dia 13 de agosto de 1727 foi realizado um marcante culto de comunhão que veio a ser considerado o renascimento da antiga *Unitas Fratrum*, a Igreja Morávia renovada. A partir de então, Herrnhut tornou-se uma disciplinada e fervorosa comunidade cristã, um corpo de soldados de Cristo ansioso em promover a sua causa no país e no exterior.

Embora Zinzendorf desejasse que os morávios permanecessem como membros da igreja estatal da Saxônia (luterana), gradualmente eles formaram uma igreja separada. Em 1745 a Igreja Morávia já estava plenamente organizada com seus bispos, presbíteros e diáconos, embora seu governo fosse, e ainda seja, mais presbiteriano que episcopal. A essa altura o moravianismo estava criando uma liturgia de grande beleza e uma rica tradição hino-lógica. A Igreja Morávia restaurada permaneceu pequena, mas sua influência se fez sentir em toda a Europa. Seus primeiros

bispos foram David Nitschmann (1735) e o próprio Zinzendorf (1737), que após uma vida de intensa atividade missionária e pastoral na Europa e na América do Norte faleceu em Herrnhut em 1760. Certa vez ele havia declarado, referindo-se a Cristo: “Eu tenho uma paixão; é ele e ele somente”.

Até aos confins da terra

Com o seu zelo por Cristo, os morávios escreveram uma das páginas mais nobres das missões cristãs em todos os tempos. Nenhum grupo protestante teve maior consciência do dever missionário e nenhum demonstrou tamanha consagração a esse serviço em proporção ao número de seus membros. Numa viagem a Copenhague para assistir a coroação do rei dinamarquês Cristiano VI, Zinzendorf conheceu alguns nativos das Índias Ocidentais e da Groenlândia. Regressou a Herrnhut cheio de fervor missionário e, em consequência disso, Leonhard Dober e David Nitschmann iniciaram uma missão aos escravos africanos em St. Thomas, nas Ilhas Virgens, em 1732, e Christian David e outros seguiram para a Groenlândia no ano seguinte.

Em 1734, um grupo liderado por August Gottlieb Spangenberg (1704-1792) começou a trabalhar na Geórgia. No Natal de 1741, o próprio Zinzendorf visitou a América e deu o nome de Bethlehem (Belém) à colônia que os morávios da Geórgia estavam criando na Pensilvânia. Essa cidade se tornaria a sede americana do movimento. O mais fã noso missionário morávio aos índios norte-americanos foi David Zeisberger (1721-1808), que trabalhou entre os creeks da Geórgia a partir de 1740 e entre os iroqueses desde 1743 até a sua morte.

Herrnhut tornou-se um centro de atividade missionária, iniciando missões no Suriname, Costa do Ouro, África do Sul, Argélia, Guiana, Jamaica, Antigua e outros locais. Em 1748, foi iniciada uma missão aos judeus em Amsterdã. Até 1760, o ano da morte de Zinzendorf, os morávios haviam enviado 226

missionários a dez países e cerca de 3000 mil convertidos tinham sido batizados. Outros locais alcançados posteriormente foram Egito, Labrador, Espanha, Ceilão, Romênia e Constantinopla. Em 1832, havia 42 estações missionárias morávias ao redor do mundo. Os nomes dos primeiros campos missionários mostram uma característica do trabalho morávio: eram em geral locais difíceis e inóspitos, exigindo uma paciência e dedicação toda especial, traço que até hoje caracteriza o trabalho missionário desse grupo.

Conclusão

Com seu heroísmo, apego às Escrituras e consagração a Deus, os irmãos morávios, embora pouco numerosos, exerceram uma forte influência espiritual sobre outros grupos e movimentos protestantes, especialmente na Inglaterra. A convivência com alguns morávios causou profundo impacto em João Wesley e contribuiu para a sua conversão e o surgimento do metodismo. William Carey, o pioneiro das missões batistas, os admirava grandemente e apelou para o seu exemplo de obediência. Eles também inspiraram a criação de duas das primeiras agências protestantes de missões – a Sociedade Missionária de Londres (1795) e a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (1804). Assim completou-se um ciclo extraordinário: a obra do pré-reformador inglês João Wyclif contribuiu para o surgimento dos morávios e, séculos depois estes foram uma bênção para a Inglaterra e, por meio dela, para muitos outros povos.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Muitos movimentos de renovação do cristianismo começaram com um retorno às Escrituras. Por quê?
 2. Por que razões os movimentos de João Wyclif e João Hus foram tão influentes?
 3. Que relação existe entre os avivamentos espirituais e missões?
 4. Por que motivos os morávios, sendo tão poucos em número, tiveram um impacto tão profundo nas missões cristãs?
 5. Que lições podem ser tiradas do intenso envolvimento dos morávios com a causa missionária?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

PIERARD, R.V. Zinzendorf, Nikolaus Ludwig Von. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 653s.

SPENER, Phillip Jacob. *Mudança para o futuro: Pia Desideria*. Curitiba e São Bernardo do Campo: Encontro e Ciências da Religião, 1996.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *O conde e o avivamento morávio: um ensaio histórico por ocasião do tricentenário de Zinzendorf*. Em *Fides Reformata* V-2 (Jul-Dez 2000): 7-14.

STEUERNAGEL, Valdir. *Obediência missionária e prática histórica: em busca de modelos*. São Paulo: ABU Editora, 1993. Cap. 4: *A força missionária dos morávios*.

V – ÉTICA

Capítulo 18

FAZEI O BEM A TODOS

OS CRISTÃOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

NA MAIOR PARTE da história da igreja os cristãos entenderam que o socorro aos sofredores era um aspecto muito importante da sua vocação no mundo. Eles não acreditavam que havia qualquer conflito entre essa preocupação e outros interesses da vida cristã. Foi somente no século 20 que o envolvimento social da igreja se tornou um pomo de discórdia, rompendo o consenso que havia imperado por longo tempo. Vale a pena considerar alguns aspectos dessa questão.

O precedente bíblico

O Antigo Testamento está repleto de preceitos e narrativas referentes à temática social. As figuras do pobre, do órfão, da viúva e de outras pessoas em situação de desamparo povoam as Escrituras Hebraicas. A lei de Moisés continha dispositivos que iam além do mero atendimento de necessidades imediatas, criando condições para que houvesse menor desigualdade na sociedade

de Israel. São exemplos disso a lei da rebusca (Lv 19.9-10; 23.22; Dt 24.19-21) e o ano do jubileu (Lv 25.8-34). Quando se chega à literatura profética, em especial aos “profetas éticos” do século oitavo a.C. (Isaías, Oséias, Amós e Miquéias), a justiça, a misericórdia e a generosidade no trato com os sofredores se tornam um tema dominante (Is 1.17,23; 3.14-15,18-23; 5.7-8; 58.5-10; Os 10.12; 12.5-7; Am 2.6-7; 4.1; 5.12,24; 8.4-6; Mq 2.1-2; 6.8).

Jesus retomou e aprofundou essas preocupações. Numa época em que a religiosidade judaica havia se cristalizado em torno de três práticas formais – esmolas, oração e jejum – o Senhor corrigiu algumas distorções vigentes, ensinando que a prática da caridade devia ser humilde, desinteressada e motivada pelo amor (Mt 5.7; 6.1-4; 7.12). Ao anunciar o evangelho do reino, ele apontou como uma de suas características a sensibilidade diante da dor alheia e a prontidão em assistir os desafortunados. Ele mostrou isso de modo magistral através de alguns de seus ensinamentos mais apreciados, como a parábola do Bom Samaritano (Lc 10.30-37) e a inquietante história do Grande Julgamento (Mt 25.31-46).

Na mente das primeiras gerações de cristãos ficou a imagem de Jesus como alguém que passou pelo mundo fazendo o bem (At 10.38). O ensino apostólico colocou a beneficência no centro da vida cristã – a misericórdia ou benignidade é um dos dons espirituais e um fruto do Espírito (Rm 12.8; Gl 5.22); deve-se fazer o bem a todos, a começar dos irmãos (Gl 6.9-10); a solidariedade deve ir além das meras palavras, para manifestar-se em ações concretas (Tg 2.15-16; 1 Jo 3.17-18). A própria instituição do diaconato testifica sobre a importância desse aspecto da vida cristã e do ministério da igreja.

A experiência da igreja

Os primeiros cristãos atribuíam grande valor à prática da misericórdia. A hospitalidade e as ofertas para fins caritativos eram

generalizadas entre os fiéis. Um documento da época afirma: “O jejum é melhor que a oração, mas as esmolas melhores que ambos” (2 *Clemente* 16). A epístola conhecida como *1 Clemente* fala de cristãos que se vendiam como escravos para poderem socorrer os necessitados (55.2). Quando surgiam epidemias, os fiéis não deixavam de dar assistência aos enfermos e de sepultar os mortos. As viúvas, os órfãos, os enfermos e as crianças recebiam especial cuidado.

Em períodos de grave conturbação social, como nos estágios finais do Império Romano, a igreja era a única instituição que estava preparada para ajudar as populações afligidas. Um desdobramento preocupante ocorreu ainda no período antigo e se aprofundou na Idade Média – o entendimento de que a pobreza e a caridade tinham um valor meritório diante de Deus. Isso acabou desvirtuando as motivações que levavam muitas pessoas a se desfazerem dos seus bens e a socorrerem os necessitados. Além disso, uma atitude fatalista em relação à pobreza involuntária impedia que os pobres superassem a condição em que viviam. Apesar dessas mazelas, a história desse longo período atesta o profundo envolvimento dos cristãos com a assistência aos seus semelhantes.

Os reformadores protestantes questionaram o aspecto meritório da beneficência medieval, mas mantiveram a antiga ênfase na caridade cristã. Eles escreveram e pregaram amplamente sobre o assunto, bem como tomaram importantes iniciativas nessa área. Isso pode ser ilustrado pelas ações de João Calvino, o reformador de Genebra. Em sua vasta produção literária, ele abordou amplamente a temática social. Mais que isso, Calvino incentivou o retorno do diaconato cristão às suas funções originais e destacou que a igreja tem o papel profético de denunciar os males sociais e exortar os governantes a promoverem o bem-comum. Ele apoiou pessoalmente duas importantes instituições caritativas de Genebra: o Hospital Geral e o Fundo Francês para estrangeiros carentes.

Um aspecto interessante da história posterior do protestantismo é que os períodos de revitalização espiritual foram marcados por intensa preocupação social. Isso se deu com o pietismo alemão, com o puritanismo inglês e com os grandes despertamentos norte-americanos. Todos esses poderosos movimentos se voltaram intensamente para questões práticas como educação, missões e beneficência. Esse consenso dos evangélicos em torno da compatibilidade entre a vida espiritual, a evangelização e o serviço cristão viria a ser questionado ao longo do século 20.

O evangelho social

O “evangelho social” foi um movimento de grande importância no protestantismo norte-americano por cerca de cinquenta anos (1880-1930). Influenciado pelo liberalismo teológico, mas distinto do mesmo em vários aspectos, foi uma resposta à crise urbana ocasionada pelo crescimento econômico posterior à Guerra Civil. Seu principal teórico foi Walter Rauschenbusch (1861-1918), um pastor batista e professor de seminário cujo livro *O Cristianismo e a Crise Social* o tornou nacionalmente famoso em 1907. Outros livros seus foram *Cristianizando a Ordem Social* (1912) e *Uma Teologia para o Evangelho Social* (1917).

O movimento pretendia dar uma resposta bíblica e cristã à situação de abandono experimentada pelos trabalhadores e imigrantes que viviam nos cortiços das grandes cidades. Insistia em conceitos como “a implantação do reino de Deus na terra” e a importância de uma “sociedade redimida”. Essas idéias foram popularizadas pelo livro *Em Seus Passos que Faria Jesus?* (1897), do pastor congregacional Charles Sheldon. O evangelho social tendia a dar uma ênfase excessiva à transformação da sociedade, via a missão cristã no mundo principalmente em termos de ação social e tinha um otimismo pouco realista em relação ao ser humano.

Na mesma época surgiu nos Estados Unidos um outro movimento – o fundamentalismo – caracterizado por forte aversão ao liberalismo. Por causa das ligações do evangelho social com a teologia liberal e suas ênfases diferentes do protestantismo conservador, os fundamentalistas rejeitaram não só o novo movimento, mas a própria noção de envolvimento social como algo incompatível com a vida cristã e a pregação do evangelho. A partir de então, os “evangélicos” afastaram-se da área social em que haviam atuado por tanto tempo ao lado de cristãos com outras convicções. Somente com o Congresso Mundial de Evangelização, em Lausanne, Suíça, em 1974, os evangélicos voltariam a interessar-se mais amplamente pelas questões sociais.

A teologia de libertação

Na América Latina de meados do século 20, durante um período de grandes tensões políticas, econômicas e sociais, em que populações inteiras experimentavam injustiças e exclusão social, teólogos católicos e protestantes articularam uma nova teologia centrada no conceito bíblico de Deus como libertador. Seus principais proponentes foram, do lado católico, Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo, Jon Sobrino, José Porfírio Miranda, Hugo Assmann, Henrique Dussel, Leonardo Boff e outros. Entre os protestantes, alguns pensadores influentes foram Rubem Alves, M. Richard Shaull e José Miguez Bonino.

A teologia da libertação acabou sendo rejeitada por um grande número de católicos e protestantes, em virtude de algumas de suas ênfases: a tendência de encarar o reino de Deus somente da perspectiva da libertação política e social, a utilização de categorias do pensamento marxista para analisar as realidades da América Latina, o apoio tácito ou explícito a movimentos da esquerda radical e o desprezo da teologia e piedade tradicionais, acusadas de serem alienantes. O liberacionismo acabou perdendo o ímpeto como movimento articulado, mas intensificou as

reservas de amplos setores cristãos quanto ao envolvimento com as causas sociais. Entre os evangélicos surgiu uma alternativa à teologia da libertação, o conceito de “missão integral” representado pelos membros da Fraternidade Teológica Latino-Americana, tais como Samuel Escobar, C. René Padilla, Orlando E. Costas, Rolando Gutiérrez, Tito Paredes, Emílio A. Núñez e Valdir Steuernagel.

Conclusão

À luz do ensino bíblico, do exemplo de Cristo e das lições da história, os cristãos não podem ignorar o desafio social. Como a justiça social é uma das implicações do evangelho, evitar essa área acarreta sérias dificuldades para a consciência cristã e para o testemunho cristão. O fato de alguns movimentos terem tido problemas nessa abordagem não isenta os cristãos da sua responsabilidade. Ao contrário, num mundo afligido por tantas situações que atentam contra a vida, a dignidade e o bem-estar dos seres humanos, é mister que os cristãos redobrem os seus esforços no sentido de seguir os passos daquele que “andou pela terra fazendo o bem”.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Por que razões a Escritura dá tamanha ênfase à justiça social e ao socorro aos necessitados?
2. O que as ações e ensinamentos de Cristo nessa área nos revelam sobre o caráter de Deus?
3. Ao longo da história da igreja, que atitudes em relação aos pobres e à pobreza podiam se tornar negativas?
4. Por que muitos cristãos tendem a fazer uma dicotomia entre espiritualidade e envolvimento social?
5. Como os cristãos podem participar de maneira construtiva da eliminação das injustiças e da exclusão social?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

-
- CAVALCANTI, Robinson. *Igreja: evangelização, serviço e transformação histórica*. Niterói: Vinde, 1987.
- GILL, D.W. *Ética social*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 97-102.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *Calvino e a responsabilidade social da igreja*. São Paulo: PES, s/d.
- MATOS, Alderi S. *A missão da igreja: uma perspectiva latino-americana*. Em *Fides Reformata* IV-1 (Jan-Jun 1999): 69-88.
- SHEDD, Russell P. *A justiça social e a interpretação da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1984.
- STOTT, John. *Pacto de Lausanne comentado por John Stott*. 2ª ed. São Paulo: ABU Editora, 2004 (1983).
- STOTT, John. *Ouçá o Espírito, ouçá o mundo: como ser um cristão contemporâneo*. São Paulo: ABU Editora, 1997.
-

Capítulo 19

NÃO POR FORÇA NEM POR VIOLÊNCIA

ATITUDES DOS CRISTÃOS EM RELAÇÃO À GUERRA NO DECORRER DA HISTÓRIA

O CRISTIANISMO teve como berço o judaísmo e a Bíblia de Jesus e dos primeiros cristãos foi o Antigo Testamento. Quanto aos temas da guerra e do uso da força, as Escrituras Hebraicas revelam duas ênfases distintas. Por um lado, o Antigo Testamento contém afirmações em apoio aos conflitos armados e está repleto de narrativas de atividades bélicas. A história de Israel parece uma infindável sucessão de guerras de maior ou menor intensidade. Ao mesmo tempo, o conceito de *shalom* ou paz, não somente como ausência de conflitos, mas como um estado de prosperidade em todos os aspectos, permeia as páginas de muitos livros, especialmente os dos profetas. Um exemplo muito conhecido dessa preocupação está em Isaías 2.4.

Em seus ensinamentos, Jesus deu ênfase a essa corrente pacifista do Antigo Testamento. Sua ética, expressa de maneira sublime

no Sermão da Montanha (Mateus 5-7) está centrada no amor, na tolerância e na não-retaliação. Em contraste com as práticas da sociedade greco-romana, ele deixou claro que, em seus relacionamentos internos e externos, os seus seguidores deveriam caracterizar-se pela rejeição da agressividade e do espírito de vingança. Os próprios inimigos deviam ser tratados com amor e perdão. Jesus ensinou que a causa de Deus não devia ser promovida pelo uso da força física (João 18.36). Essas ênfases foram preservadas e desenvolvidas pelos apóstolos, e marcaram profundamente as primeiras gerações de cristãos.

Do pacifismo à cruzada

Nos três primeiros séculos, o pacifismo foi a atitude predominante nas fileiras da igreja. É um fato notável que não há qualquer evidência da presença de cristãos no exército romano até por volta do ano 170. A partir do final do segundo século, a carreira militar passou a ser admissível para os cristãos, contanto que não envolvesse o derramamento de sangue. Deve-se observar que, durante o período da chamada *Pax Romana*, era possível a um homem servir por muitos anos nas legiões de Roma sem envolver-se diretamente em atividades bélicas. Todavia, em virtude do culto imperial, a maior parte dos cristãos se recusavam a ingressar no exército ou ocupar cargos públicos, sendo por isso acusados de deslealdade, falta de patriotismo ou até mesmo rebeldia. Eles entendiam que a única luta em que deviam se empenhar era de natureza espiritual.

Com a adesão do imperador Constantino à fé cristã (ano 313), acelerou-se o processo de cristianização da sociedade romana nos séculos quarto e quinto. Quando os cristãos se tornaram a maioria da população, houve uma crescente pressão para que ingresassem no exército e ficou cada vez mais difícil manter a antiga posição pacifista. Na época das invasões dos bárbaros, o grande bispo e teólogo Agostinho de Hipona (354-430) deu expressão à

nova mentalidade formulando a teoria da guerra justa. A guerra seria legítima se tivesse as seguintes características: ter o objetivo de manter a justiça e restabelecer a paz; ser empreendida pelo governante e caracterizar-se por uma atitude de amor pelo inimigo; serem cumpridas as promessas feitas aos opositores; serem respeitados os não-combatentes e não haver massacres, pilhagens e destruição. Desde Agostinho, alguma forma de teoria da guerra justa tem sido a posição predominante da maior parte das tradições cristãs.

Foi somente no século 11 que se extinguiu definitivamente a atitude pacífica da igreja antiga, sendo substituída pela glorificação do homem de combate, o cavaleiro medieval. Essa mudança tem sido atribuída ao influxo dos povos germânicos, com o seu espírito marcial. As grandes expressões dessa nova atitude foram as campanhas militares contra os muçulmanos, realizadas quase que simultaneamente em duas frentes. Na Europa central surgiram as “cruzadas”, que por quase dois séculos (1095-1291) combateram os exércitos islâmicos no Oriente Médio pela posse de Jerusalém e da Palestina. Na Península Ibérica, os exércitos cristãos se empenharam por quase cinco séculos na reconquista daquelas terras das mãos dos sarracenos. Surgiu assim um cristianismo agressivo e militante que em alguns casos chegou a superar o islamismo em termos de violência e intolerância.

Em nome de Deus

O cristianismo medieval testemunhou uma crescente legitimação da violência em nome de Deus. A liturgia passou a incluir a consagração das armas e dos estandartes de guerra. Surgiram as ordens religiosas militares, como os templários, os hospitalários e os cavaleiros teutônicos, fundadas com o propósito de lutar contra os adversários da fé. Os povos ocidentais passaram a encarar os grupos que professavam outras religiões como inimigos

do reino de Deus que deviam ser destruídos ou convertidos. Era considerado errado demonstrar clemência a esses povos. Um texto favorito dos cruzados resumia essa atitude: “Maldito aquele que retém a sua espada do sangue” (Jr 48.10b).

Na Idade Média também foram aceitas com crescente naturalidade a violência e a guerra entre grupos cristãos. Dois exemplos são a quarta cruzada, na qual foi saqueada a magnífica cidade de Constantinopla (1204), selando-se definitivamente a separação entre as igrejas católica romana e ortodoxa grega, e a luta contra uma seita sincretista do sul da França, os albigenses, que foram destruídos por uma cruzada entre 1209 e 1229. Teólogos da época, tais como Graciano e Tomás de Aquino, criam que a guerra era uma condição necessária da sociedade e pouco se preocuparam em tratar do problema da violência.

A época do Renascimento e da Reforma Protestante (séculos 15 e 16) viu o surgimento de novas armas de guerra com grande poder de destruição – os canhões – e a ascensão de monarquias dinásticas mais poderosas e ávidas de conquistas territoriais. Humanistas cristãos, como Thomas More e Erasmo de Roterdã, condenaram as novas formas de violência. Eles observaram que Cristo não promoveu o seu reino pela força, mas pelo amor, e acusaram a igreja de se tornar uma serva obediente de príncipes ambiciosos e sanguinários.

Atitudes dos reformadores

Os reformadores em essência aceitaram a mentalidade dominante do seu tempo no que diz respeito ao uso da força. Lutero apoiou a violenta supressão da revolta dos camponeses (1524-1525) e Zuínglio morreu no campo de batalha, quando acompanhava as tropas de Zurique em luta contra os cantões católicos. As divergências religiosas da época foram uma das principais causas de muitos conflitos que assolaram o continente europeu. Na França, as guerras religiosas entre os calvinistas, conhecidos como huguenotes,

e a facção católica liderada pela família Guise se estenderam por boa parte da segunda metade do século 16 (1562-1598). O episódio mais horrível dessa confrontação foi o massacre do dia de São Bartolomeu (24-08-1572), em que milhares de huguenotes foram mortos em Paris e depois no interior da França. Todavia, nada superou em selvageria e ferocidade a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), travada em torno de uma complexa mistura de questões religiosas, políticas e econômicas, que devastou grande parte da Europa central e dizimou a sua população. O fim desse conflito, selado pelo tratado conhecido como Paz de Westfália, marcou o encerramento do período da Reforma.

A maior parte dos reformadores subscreveu o conceito de guerra justa ou de cruzada. Somente os anabatistas, também denominados reformadores radicais, foram intransigentes defensores do pacifismo, recusando-se a portar armas, prestar serviço militar ou participar de guerras. Por essas e outras razões, foram horripelantemente perseguidos. Houve apenas um caso de envolvimento de anabatistas com a violência, quando um grupo de fanáticos tomou a cidade de Münster, na Alemanha, e foi eventualmente derrotado (1535). Esse episódio reforçou o compromisso dos anabatistas com o ideal pacifista, especialmente no principal grupo que resultou do movimento, os menonitas. Outros grupos protestantes que vieram a abraçar essa atitude foram os quacres, os morávios e os irmãos.

Os séculos 19 e 20

Nos Estados Unidos, com a sua história de contínuo envolvimento em guerras, as três concepções (pacifismo, guerra justa e cruzada) têm sido invocadas por diferentes grupos para defender as suas posições. Um caso curioso foi a Guerra Civil (1861-1865), o mais sangrento de todos os conflitos daquela nação, em que os exércitos do norte e do sul partilhavam da mesma fé protestante e da mesma mescla de convicções religiosas e nacionalistas.

Era comum, nos acampamentos das frentes de batalha, ouvir os combatentes de ambos os lados cantarem os mesmos hinos. A linguagem militar de diversos hinos cantados pelas igrejas evangélicas brasileiras foi inspirada pelas experiências dessa guerra. Todavia, no final do século 19, muitos cristãos do hemisfério norte se dedicaram à causa da paz, da cooperação internacional e dos esforços humanitários. Surgiram diversas sociedades pacifistas nacionais e internacionais, bem como foram realizadas conferências preocupadas em limitar a crueldade da guerra.

Por causa da sua horrível violência e destruição, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), travada entre nações de tradição cristã, chocou profundamente as consciências. As igrejas apoiaram a guerra, e o discurso de muitos líderes civis e religiosos falava em termos de uma cruzada para salvar a civilização e “tornar o mundo seguro para a democracia”. Certas pessoas chegaram a defender a destruição total da Alemanha. Já a atitude dos cristãos em relação à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ficou mais próxima da teoria da guerra justa. O surgimento de ideologias totalitárias e racistas como o nazismo e o fascismo levou importantes líderes cristãos a abandonarem o seu anterior pacifismo. Dois exemplos notáveis foram o teólogo norte-americano Reinhold Niebuhr (1892-1971) e, em especial, o pastor e teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), que chegou a participar de uma conspiração frustrada para assassinar o ditador Adolf Hitler e foi executado em um campo de concentração.

Conclusão

As questões da guerra e da paz sempre vão representar um dilema para a consciência cristã. Isso se deve ao fato de que estão em jogo dois conjuntos de valores igualmente importantes à luz das Escrituras. De um lado, existem os imperativos evangélicos do amor, da tolerância e da solidariedade. Por outro lado, o cristão também deve preocupar-se com as questões da justiça,

da segurança e da liberdade, e com as ameaças às mesmas na forma de exploração, agressão ou dominação. O surgimento de terríveis meios de destruição em massa como a bomba atômica, a bomba de nêutrons e as armas químicas e bacteriológicas, renovaram o compromisso de muitos cristãos com a promoção e a manutenção da paz. Por outro lado, as violações dos direitos mais elementares de indivíduos e grupos por parte de regimes e governantes extremistas fazem com que muitos cristãos se sintam atraídos para soluções mais drásticas.

É importante compreender que a questão da guerra e do uso da força se insere no contexto mais amplo da violência e agressividade do coração humano, violência essa que pode manifestar-se não só nos indivíduos, mas em todos os tipos de instituições, inclusive as igrejas. É imperativo que as organizações religiosas pratiquem os valores bíblicos nas suas relações internas, promovendo ativamente a justiça, a integridade e o respeito aos direitos individuais, a fim de que tenham autoridade para falar à sociedade mais ampla e ser instrumentos de reconciliação nos tempos conturbados em que vivemos.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Como podemos entender as ênfases contrastantes do Antigo Testamento na guerra e na violência, por um lado, e na paz e na conciliação, por outro lado?
2. As atitudes pacíficas de Jesus e da igreja primitiva são possíveis e necessárias hoje? Por quê?
3. Que razões levaram a igreja medieval a abandonar o pacifismo cristão original e a legitimar a violência?
4. A tolerância política e religiosa é uma importante conquista do Ocidente moderno. A tolerância cristã é irrestrita ou deve ter alguns limites?

5. O movimento pacifista defende a solução dos conflitos mediante negociação, concessões mútuas e pressão política e econômica, ao invés de militar. Os cristãos devem concordar com isso?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BEAUCHAMP, Paul; VASSE, Denis. *A violência na Bíblia*. São Paulo: Paulus, 1994.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2002.

CLOUSE, R. G. *Guerra*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 230-234.

WEAVER, J. D. *Pacifismo*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. III, p. 75-78.

Capítulo 20

HERDEIROS DA MESMA GRAÇA DE VIDA

A FAMÍLIA NA EXPERIÊNCIA DOS REFORMADORES

ALÉM DA IGREJA, outras esferas que a Reforma Protestante afetou profundamente foram o casamento e a família. Durante a Idade Média, e mesmo antes, a vida celibatária tinha sido considerada a condição ideal para o cristão, o estado espiritual mais elevado. O grande erudito Jerônimo, que morreu no ano 420, foi particularmente enfático nesse sentido. Ao comparar a virgindade, a viuvez e o casamento, ele deu à primeira o valor numérico de 100, à segunda 60 e ao casamento 30. Mais de um milênio depois, em seus *Exercícios Espirituais* (1548), Inácio de Loyola exortou os seus seguidores a exaltarem o matrimônio, mas exaltarem ainda mais a castidade. De fato, ao se observar a longa lista de santos católicos, verifica-se que somente alguns poucos dentre eles foram casados.

Uma área correlata que também mereceu reparos por parte dos reformadores foi a da sexualidade. Na concepção tradicional, o sexo, embora permitido dentro do casamento, não devia ser desfrutado. De acordo com um catecismo do final do século 15, os leigos pecavam sexualmente no casamento quando, entre outras coisas, praticavam o sexo por prazer e não pelas razões que Deus ordenou, a saber, evitar o pecado da concupiscência e povoar a terra. Por outro lado, havia a situação irregular de muitos religiosos que, não se mantendo fiéis aos seus votos de castidade, praticavam o sexo fortuito ou viviam abertamente em concubinato.

Os líderes da Reforma entendiam que o celibato é um dom de Deus, mas um dom reservado para as poucas pessoas dotadas de força para viverem vidas de abstinência. Mais excelente era o casamento, divinamente ordenado como o único contexto em que a sexualidade podia ser praticada sem pecado. Inspirados pelas Escrituras, esses líderes e seus sucessores expressaram essas convicções tanto em sua teologia quanto em sua vida pessoal.

O exemplo de Lutero

O primeiro reformador foi um grande defensor da dignidade da mulher e da importância do casamento e do lar, tendo escrito amplamente sobre o assunto. Em *A Vida Conjugal* (1522), Lutero afirma que Deus ordenou que os homens e as mulheres fossem impelidos por sua própria natureza para serem frutíferos e se multiplicarem. Portanto, as pessoas deviam casar-se para não caírem em impureza, fornicação e adultério. Aqueles que se sentiam inaptos para uma vida de celibato – o que incluía quase todos – deviam casar-se na convicção de que isso estava de acordo com a vontade de Deus e de que ele iria prover tanto um cônjuge quanto o sustento necessário.

Por muito tempo, a literatura antiprotestante afirmou que Lutero havia rompido com Roma para poder se casar. O fato

é que isso só ocorreu vários anos depois do início da Reforma, no dia 13 de junho de 1525, quando ele se uniu à ex-freira Catarina de Bora. Comentando o fato, o reformador assim se expressou: “Repentinamente, inesperadamente, e enquanto a minha mente estava voltada para outras questões, o Senhor me prendeu com o jugo do casamento... Mal posso acreditar, mas as testemunhas são muito fortes”. Lutero tinha uma personalidade intensa e podia ser muito agressivo em suas palavras e atitudes; todavia, ele sempre se referiu à esposa e à sua vida familiar com as expressões mais elogiosas.

Dotada de um temperamento igualmente forte, “Katie” revelou-se uma excelente esposa e administradora do lar, despertando grande respeito e admiração em seu famoso marido. Ele disse certa vez: “Eu sou um senhor inferior; ela, o superior. Eu sou Arão; ela, o meu Moisés”. O casal teve seis filhos: Hans, Elizabete, Madalena, Martinho, Paulo e Margarida. Lutero foi por vezes um pai rigoroso, mas ao mesmo tempo nutria profunda afeição por seus filhos. Ele sentiu profundamente a morte de Elizabete aos oito meses e principalmente a de Madalena, com treze anos, em 1542. Apesar das lutas, podia dizer: “Tenho sido muito feliz em meu casamento, graças a Deus... Ter paz e amor no casamento é a dádiva mais próxima do conhecimento do evangelho”.

O reformador de Genebra

Como é bem conhecido, os dois maiores reformadores tinham temperamentos muito diferentes. Enquanto que Lutero era impulsivo e extrovertido, Calvino tinha uma personalidade sensível e introspectiva. Mas isso não impediu que este também usufruísse as alegrias da vida conjugal e familiar. Depois de algumas tentativas mal-sucedidas com candidatas que lhe haviam indicado, Calvino casou-se em agosto de 1540 com a viúva Idelette de Bure, uma de suas paroquianas na pequena igreja de refugiados que pastoreou por três anos em Estrasburgo. O casamento foi

oficiado pelo colega e amigo Guilherme Farel, que, escrevendo a outro pastor, disse que Calvino havia se casado com uma mulher “íntegra e honesta”, e “até mesmo bonita”.

Idelette veio da atual província holandesa de Gelderland. Seu primeiro marido, o comerciante Jean Stordeur, um ex-anabatista que havia abraçado as idéias de Calvino, faleceu vítima da peste, deixando-a com dois filhos, um menino e uma menina. Em suas cartas a amigos, Calvino disse que nunca imaginou ser possível tamanha felicidade. Idelette mostrou-se uma companheira exemplar e o seu marido se orgulhava do seu bom senso, da sua coragem e da sua espiritualidade calorosa e comunicativa. O relacionamento quase perfeito foi, contudo, sombreado por algumas provações. Os dois cônjuges tinham muitos problemas de saúde e seu único filhinho, Jacques, morreu pouco depois de nascer em 28 de julho de 1542.

Após quase dez anos de harmoniosa vida conjugal, a própria Idelette veio a falecer no dia 29 de março de 1549. Escrevendo pouco depois ao colega Pierre Viret, Calvino afirmou: “Choro a perda da minha melhor companheira... Durante a sua vida, ele foi a fiel auxiliadora do meu ministério”. Nos quinze anos que ainda viveu, o reformador não tornou a casar-se, mas não viveu só – moravam com ele seus irmãos, suas famílias, estudantes e hóspedes freqüentes.

A tradição puritana

Muitos herdeiros das primeiras gerações de reformadores preservaram os seus ensinamentos e práticas no que diz respeito à centralidade do casamento e da família. Um exemplo eloqüente nesse sentido foi dado pelos puritanos, os calvinistas ingleses que defendiam a “pureza” da Igreja da Inglaterra em sua doutrina, culto e forma de governo. Por causa da sua cosmovisão teocêntrica e da convicção de que Deus é senhor de todas as áreas da vida, eles atribuíram enorme importância à família, unidade

básica da igreja e da sociedade. Esses reformados consideravam a família uma pequena igreja, o nível mais básico em que se devia vivenciar a realidade do pacto no relacionamento entre os cônjuges, e entre os pais e os filhos.

Um dos exemplos mais belos dessa ênfase dos puritanos no casamento e na família pode ser observado na experiência do célebre pastor, teólogo e escritor norte-americano Jonathan Edwards (1703-1758), que viveu em Massachusetts, na Nova Inglaterra. Jonathan casou-se com Sarah Pierrepont em 28 de julho de 1728, quando ele estava com 25 anos e ela com 17. Sarah era filha do ministro congregacional de New Haven e bisneta do primeiro prefeito de Nova York. O casal Edwards teve onze filhos, todos os quais chegaram à idade adulta, fato raro naquela época. Entre os seus descendentes contam-se centenas de pessoas destacadas, incluindo professores universitários, advogados, médicos, políticos, banqueiros, industriais, pastores e missionários.

As pessoas que conheceram esse notável casal testemunharam sobre a perfeita harmonia e mútuo amor e estima que sempre existiu entre eles. Edwards tratava a esposa como sua igual e compartilhava com ela todas as suas preocupações e atividades. Eles costumavam cavalgar juntos nos bosques ao cair da tarde para poderem conversar sem interrupções e, antes de se recolherem para dormir, tinham em conjunto os seus momentos devocionais. Edwards também se mostrou um pai atencioso e amigo. Ele tinha o hábito de levar um filho em sua companhia quando viajava para outra cidade e dava toda a sua atenção aos filhos por uma hora antes do jantar, todas as noites. Após visitá-los em 1740, o grande evangelista George Whitefield comentou: “Nunca vi um casal mais afetuoso”.

Conclusão

Um dos argumentos usados pelos defensores do celibato clerical é que se os ministros cristãos se casarem eles não terão tempo

para cuidar das coisas de Deus, visto que estarão envolvidos com os interesses e necessidades de suas famílias. Os exemplos acima mostram que isso não corresponde à realidade. Esses três homens extremamente ocupados, que se destacaram como líderes dinâmicos e produziram obras monumentais, também encontraram tempo para glorificar a Deus constituindo boas famílias cristãs. Afinal, como argumentou o apóstolo Paulo, se alguém não cuidar bem da sua própria casa, como irá cuidar da igreja de Deus? (1 Tm 3.5). Mais que isso, eles mostraram que é no contexto da vida comum, com suas alegrias e tristezas, que a fé cristã deve ser vivida em sua plenitude.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Existe contradição no Novo Testamento ao falar tanto sobre o casamento quanto sobre a vida celibatária? Qual dessas duas ênfases é predominante?
 2. Quais são as principais características da vida conjugal e familiar enfatizada pelas Escrituras?
 3. Todos os reformadores protestantes do século 16 foram homens casados e pais de família. O que os levou a fazer isso?
 4. O que a vida familiar dos grandes líderes da Reforma revela sobre eles como homens e como cristãos?
 5. Que valores bíblicos e reformados sobre o casamento e a família precisam ser resgatados em nossos dias?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

-
- HALSEMA, Thea B. Van. *João Calvino era assim*. São Paulo: Editora Vida Evangélica, 1968.
- HUNT, Susan. *A graça que vem do lar*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- LOPES, Augustus Nicodemus; LOPES, Minka Schalkwijk. *A Bíblia e sua família: exposições bíblicas sobre o casamento, família e filhos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- MALL, E. Jane. *Catarina, minha querida*. São Leopoldo: Editora Sinodal. Romance histórico sobre Martinho Lutero e Catarina de Bora.
- SAUSSURE, A. de. *Lutero: o grande reformador que revolucionou seu tempo e mudou a história da igreja*. São Paulo: Editora Vida, 2004.
- SCHAEFFER, Edith. *A celebração do matrimônio*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- VAN GRONINGEN, Harriet; VAN GRONINGEN, Gerard. *A família da aliança: instruções bíblicas para a vida familiar que honra a Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 1997.
-

Capítulo 21

A HOMOSSEXUALIDADE NO OCIDENTE

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A HOMOSSEXUALIDADE é um fenômeno muito antigo, havendo evidências da mesma tanto na arte pré-histórica quanto na pictografia e nos hieróglifos de culturas da antiguidade. A antropologia tem demonstrado a ocorrência desse fenômeno entre muitos povos e culturas passados e presentes. No entanto, a atitude das diferentes sociedades quanto ao comportamento homossexual não tem sido uniforme, indo desde a tolerância e aceitação até a penalização e a tentativa de supressão.

Os antigos hebreus, egípcios e assírios tinham leis contra as práticas homossexuais. A partir do sexto século antes de Cristo, aumentam as referências à homossexualidade na arte e na literatura da Grécia – na poesia de Safo e Anacreon, na prosa de Platão e nas peças de Ésquilo. Isso não significa que os gregos antigos aceitavam pacificamente tal conduta. Aristóteles,

Heródoto, Aristófanes e muitos filósofos cínicos e estóicos posteriores expressaram a sua desaprovação moral de tais práticas. A existência da homossexualidade na antiga sociedade romana é atestada nos escritos de Suetônio, nas sátiras de Juvenal e na poesia de Catulo e Marcial. Como na Grécia antiga, a visibilidade desse comportamento não significava que o mesmo era amplamente aceito pela sociedade.

Atitudes da Bíblia e dos primeiros cristãos

As referências bíblicas às práticas homossexuais são pouco numerosas, mas bastante enfáticas. O Antigo Testamento condena a sodomia como algo típico da mentalidade pagã e prescreve punições severas (Lv 18.22; 20.13). No Novo Testamento, os escritos paulinos denunciam o comportamento homossexual masculino e feminino como um estilo de vida conflitante com os valores da fé cristã (Rm 1.26-27; ver também 1 Co 6.9-10; 1 Tm 1.9-10). Todavia, só tardiamente surgiu a noção de que as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas por causa de práticas homossexuais (Gênesis 19). Seu pecado é descrito de outro modo em Ezequiel 16.49-50. A nova interpretação surgiu nos pseudepígrafos, em Filo e em Josefo, e se refletiu no Novo Testamento (Judas 6-7). Teria contribuído para isso a forte hostilidade contra a cultura grega por parte dos judeus ortodoxos daquela época.

As atitudes dos cristãos em relação a esse assunto foram influenciadas tanto pelas afirmações bíblicas quanto pela lei romana. No Império Romano, o homossexualismo aparentemente era punível sob a obscura *lex Scantinia* (c. 226 AC), mas o interesse jurídico pela matéria data do terceiro século da era cristã. Nos séculos seguintes surgiram novas leis voltadas para essa questão. Um edito de Teodósio, Arcádio e Valentiniano (ano 390) prescrevia a morte na fogueira para os sodomitas. O imperador Justiniano publicou duas novelas contra o homossexualismo em 538

e 544. Elas são importantes porque pela primeira vez se invoca o episódio de Sodoma e Gomorra e porque o seu objetivo não era tanto punir como levar os ofensores ao arrependimento. As penalidades legais eram reservadas somente para os mais obstinados.

Da Idade Média à modernidade

Alusões esparsas na literatura e nos cânones cristãos mostram que a igreja antiga considerava o homossexualismo masculino altamente pecaminoso, mas não como algo merecedor de castigo exemplar. As penalidades variavam de uma penitência de nove anos à excomunhão perpétua. Considerações políticas podem explicar algumas das prescrições mais severas da Espanha visigótica do século sétimo. Os escritos penitenciais apresentam um tratamento abrangente do pecado homossexual. Eles reconhecem as práticas femininas, distinguem entre diferentes atos e tentam adaptar as penitências à suposta gravidade da ofensa. Em geral, a Idade Média considerava a homossexualidade merecedora da atenção da igreja, que impunha penalidades espirituais, mas raramente entregava os ofensores às autoridades civis. Existe pouca reflexão sobre a moralidade do homossexualismo até a discussão dos “pecados contra a natureza” feita por Tomás de Aquino na *Suma Teológica* (1265-1273).

Entre os anos 1000 e 1500, à medida que se intensificou a urbanização da Europa, aumentaram as evidências de atividade homossexual. Mais ou menos a partir da segunda metade do século 12 surgiu uma hostilidade mais intensa contra esse tipo de conduta, tanto na literatura popular quanto em escritos teológicos e jurídicos. Alguns estudiosos têm interpretado esse fato no contexto de manifestações mais amplas de intolerância contra certos grupos, como foi o caso das Cruzadas, do anti-semitismo e da Inquisição. Com o advento do Renascimento e mais tarde do Iluminismo, caracterizados pelo seu espírito de contestação dos valores tradicionais e de defesa da

liberdade individual, a homossexualidade masculina adquiriu nova visibilidade e relativa aceitação. No entanto, as situações podiam variar grandemente de um país para outro. No século 19, enquanto na França havia tolerância sob o Código de Napoleão, o oposto ocorria na Inglaterra, onde as leis nessa área eram extremamente rigorosas.

Desdobramentos contemporâneos

O século 20 constituiu um dramático ponto de transição nessa história turbulenta. Nunca anteriormente tantos homossexuais haviam alcançado tamanho destaque na literatura, nas artes, na política e em outras esferas. Ao mesmo tempo, regimes ditatoriais através da Europa perseguiram duramente os membros desse grupo, como aconteceu na Alemanha nazista e nos países comunistas do Leste Europeu. Esses e outros fatores chamaram a atenção da opinião pública para os integrantes desse segmento social e despertaram crescente simpatia em relação aos mesmos. Por fim, o surgimento de um movimento homossexual organizado e militante nos anos 70 forçou a sociedade e as igrejas a se posicionarem de uma vez por todas quanto a essa questão, o que tem acontecido de modo intensamente conflitivo nas últimas décadas.

A homossexualidade é um tema que interessa vivamente aos cristãos e à igreja por várias razões: é uma situação que afeta profundamente a vida de indivíduos e famílias; é um fenômeno que adquire crescente aceitação e legitimidade na vida moderna, nos aspectos cultural, ético e jurídico; mas principalmente é uma questão explosiva para as próprias igrejas em três áreas – recepção de homossexuais como membros, ordenação de homossexuais ao ministério e união de homossexuais.

A questão também apresenta uma vertente teológica. Pensadores e igrejas de linha liberal tendem a encarar com maior simpatia a causa homossexual e suas reivindicações. Grupos

conservadores, tanto católicos quanto protestantes, insistem na incompatibilidade entre a prática do homossexualismo e a ética cristã. Existe até mesmo, em alguns países, o chamado “movimento gay cristão”. Muitos cristãos entendem que a homossexualidade é injustificável, pecaminosa e muitas vezes resultante de uma opção deliberada, consciente. Outros acreditam que é uma doença ou um comportamento geneticamente condicionado. Em ambos os casos deveria ser buscada a cura e a restauração. O grande dilema para muitos cristãos é como, ao mesmo tempo, questionar a homossexualidade como um estilo de vida alternativo e natural, sem rejeitar e desrespeitar as pessoas envolvidas com tal situação.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. As condenações do homossexualismo contidas na Bíblia são relativamente poucas, mas muito contundentes. O que se pode concluir disto?
 2. A homossexualidade é um comportamento natural, mera opção e questão de preferência na área sexual, ou um comportamento condenável como a fé cristã tem entendido historicamente? Por quê?
 3. Existe uma diferença entre ter impulsos homossexuais, isto é, sentir atração pelo mesmo sexo, e praticar o homossexualismo?
 4. Do ponto de vista da ética cristã, o que se deve esperar de alguém que tenha inclinações homossexuais, mas quer seguir a Cristo?
 5. Existe a possibilidade de defender a dignidade da pessoa homossexual sem ao mesmo tempo apoiar ou aprovar a prática do sexo entre iguais? Por quê?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

DALLAS, Joe. *A operação do erro: o movimento "gay cristão"*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

DAVIES, Bob; RENTZEL, Lori. *Deixando o homossexualismo: uma nova liberdade para homens e mulheres*. São Paulo: Mundo Cristão, 1997.

JONES, Peter. *A ameaça pagã: velhas heresias para uma nova era*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

LUTZER, Erwin. *Aprenda a viver bem com Deus e com seus impulsos sexuais: como se apropriar da graça e do poder de Deus para vencer as tentações de natureza sexual*. Venda Nova, MG: Betânia, 1984.

SANTOS, Valdeci da Silva. *Uma perspectiva cristã sobre a homossexualidade*. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

STOTT, John. *Grandes questões sobre sexo*. Niterói, RJ: Vinde, 1993.

WHITE, R.E.O. *Homossexualismo*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. II, p. 270-273.

Capítulo 22

O GEMIDO DA CRIAÇÃO

OS CRISTÃOS E A QUESTÃO ECOLÓGICA

EXATAMENTE NESTE momento está ocorrendo uma tragédia que afeta a todos nós: a contínua e implacável devastação da natureza em todo o mundo na forma de eliminação de florestas e ecossistemas, poluição da água e do ar, chuva ácida, destruição da camada de ozônio, aquecimento global e outras agressões ao meio-ambiente. Recentemente a gravidade do problema ficou ilustrada de modo dramático quando foram divulgadas fotos do monte Kilimanjaro, o mais alto da África, sem a sua milenar cobertura de neve. É certo que o meio-ambiente sempre sofreu violências ao longo da história do planeta Terra, mas quase todas foram resultantes de causas naturais, espontâneas. A diferença é que nos últimos séculos são os próprios seres humanos que têm agredido de maneira crescente o seu precioso e frágil habitat. Diante disso, é lícito indagar: Esses problemas devem preocupar os cristãos? O que a fé cristã tem a dizer sobre a questão ecológica?

A teologia da criação

O ponto de partida de qualquer discussão cristã sobre ecologia deve ser o conceito bíblico de Deus como Criador. De acordo com Gênesis 1, o universo como um todo, e em especial a terra, agraciada com o maravilhoso dom da vida, é obra das sábias e poderosas mãos de Deus (ver Sl 136.3-9; Pv 8.22-31). A natureza, em toda a sua complexidade e beleza, testifica sobre a grandeza e a bondade do Criador (Dt 33.13-16; Sl 104.10-24,27-30). São muitas as passagens bíblicas, algumas de grande sublimidade poética, que visam inculcar nas pessoas uma atitude de respeito e admiração pelos encantos do mundo natural (Jó 40.15-19; Sl 65.9-13; 147.7-9,15-18; 148.1-10; Ct 2.11-13; At 14.17). Nos seus ensinamentos, Jesus fez muitas referências à natureza para exemplificar o cuidado providente de Deus (Mt 6.26,28; 13.31-32; Lc 12.6). Nos anúncios proféticos do novo tempo que Deus irá criar, as referências ao mundo natural ocupam um lugar de grande destaque (Is 11.6-8; Ez 47.7,12; Ap 22.1-2).

Ainda que Deus tenha feito o ser humano como o coroamento da sua obra criadora, ele não lhe conferiu o direito de abusar da terra e de seus recursos. Fica implícita em toda a Escritura a responsabilidade humana de cuidar e guardar do “jardim do Senhor” (Gn 2.15). O conceito de mordomia se aplica de modo especial nessa área – a terra e suas riquezas pertencem a Deus, que as confia ao homem para que as administre com cuidado e sabedoria. O pecado humano gerou alienação em relação a Deus e à natureza. Por isso agora a criação “geme e suporta angústias” até que seja “redimida do cativeiro da corrupção” (Rm 8.21-22). Os cristãos têm o dever inescapável de utilizar criteriosamente as coisas que Deus criou com o propósito de dar-lhes vida, sustento e alegria.

Irmão sol, irmã lua

Evidentemente, a questão ecológica, tal como a entendemos hoje, é um fenômeno recente, tendo adquirido visibilidade na

segunda metade do século 20. Os cristãos de séculos passados não tiveram esse tipo de preocupação conservacionista em relação ao mundo natural. No entanto, sempre existiu no cristianismo uma relação entre a natureza e a espiritualidade. Ao contrário dos gregos antigos, os cristãos entendiam que a matéria não era má e desprezível, mas valiosa aos olhos de Deus, o seu Criador. Alguns personagens deram especial ênfase a isso, como foi o caso de Francisco de Assis (1182-1226), que escreveu belas composições celebrando as maravilhas da criação. Dentre os muitos hinos que mostram a natureza e os seres humanos unidos no louvor a Deus, dois exemplos conhecidos são “As grutas, as rochas imensas” e “Vós, criaturas de Deus Pai” (*Hinário Evangélico*, nº 120 e 129).

Infelizmente, como acentua o apóstolo Paulo, o pecado levou o ser humano a adorar a criatura em lugar do Criador (Rm 1.25). A ignorância do Deus verdadeiro produziu o culto da natureza e suas forças, fundamento de todas as antigas religiões animistas e pagãs. Em nosso tempo, vemos o ressurgimento dessa divinização dos elementos naturais, na forma de panteísmo, neopaganismo, “Nova Era” e o culto da “Mãe Terra”. Todavia, é lamentável e injustificável que muitos cristãos, devido às ligações desses grupos com certos setores do movimento ecológico, acabem por retrair-se dos esforços pela preservação do meio-ambiente.

Avaliando as causas

Ao se considerar as causas da crise ecológica, um dos fatores que agravam esse fenômeno é o aumento desordenado da população, principalmente nos países pobres do hemisfério sul. Quanto mais gente existe no mundo, mais o ambiente sofre impactos, e quanto mais isso ocorre um maior número de pessoas é afetado. Cria-se um círculo vicioso difícil de romper. O caso mais preocupante é a contínua diminuição das reservas de água potável em

âmbito mundial. Muitas violações do equilíbrio ambiental têm origens bem pouco defensáveis: ganância, insensibilidade, falta de espírito coletivo, desrespeito às leis (ver Is 24.4-6; Os 4.3). Isso fica muito claro no que acontece no Brasil, com a derrubada e queima ilegal de florestas (principalmente na Amazônia); poluição da água com mercúrio e agrotóxicos; erosão do solo e assoreamento de rios, contrabando de animais exóticos e espécies ameaçadas; extração, caça e pesca ilegal em reservas; construções clandestinas em áreas de preservação permanente, e tantos outros males.

Há aqueles que tentam justificar as agressões ambientais dizendo que são necessárias para o desenvolvimento do país, geram empregos e impostos, e contribuem para a melhoria do padrão de vida das populações locais. Esses argumentos são falaciosos. Quanto aos primeiros, os prejuízos para o país a longo prazo são maiores que os benefícios; quanto ao último, quem visita as áreas devastadas da Amazônia e de outras regiões sabe que o uso intensivo dos recursos naturais não eliminou a pobreza e a exclusão social. Para que se resolva esse grave problema, é preciso que haja uma profunda transformação cultural, com a geração de novos valores. Os cristãos têm muito a contribuir nessa área.

Propondo soluções

O primeiro conceito-chave é educação, conscientização. A partir das suas convicções sobre Deus como Criador e sobre a importância e o valor da criação, os cristãos devem eles próprios aprender a respeitar a natureza, transmitir essa atitude a outras pessoas e apoiar as instituições idôneas que realizam esse trabalho. Não se trata de utilizar ou não os recursos naturais, mas de utilizá-los de modo criterioso, responsável, que leva em conta não somente as necessidades atuais e imediatas, mas as futuras gerações. É o chamado desenvolvimento sustentável, que

ao mesmo tempo em que utiliza, também preserva e protege os recursos para que não se esgotem, principalmente no aspecto da biodiversidade.

Outra linha de ação é a pressão política, ou seja, a mobilização de forças e atuação junto ao governo, empresas, bancos e imprensa para mostrar-lhes que a preservação ambiental é coisa séria, vital e decisiva. Há alguns anos, certas companhias vendiam atum enlatado nos Estados Unidos para cuja captura eram utilizadas grandes redes que matavam golfinhos, tartarugas e outros animais marinhos. As pessoas, inclusive muitos cristãos, fizeram um boicote contra esses produtos como forma de pressão sobre os fabricantes, até que estes fizessem mudanças nos seus processos de pesca. Se os cristãos e outros grupos forem mais incisivos em seus protestos, os governantes irão levar mais a sério a sua missão de disciplinar a utilização dos recursos naturais, ao invés de tomar medidas paliativas que apenas adiam por algum tempo o seu esgotamento final. Por último, há que lembrar sempre que a questão ambiental nunca deve ser divorciada da questão social, da eliminação das terríveis desigualdades que caracterizam o Brasil e outras nações.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. A beleza e o valor do mundo natural é um tema importante das Escrituras. Quais as implicações disso para os cristãos?
2. É aceitável um agricultor ou empresário cristão tratar com pouco respeito a natureza e não ver nisso uma incoerência com a sua fé? Por quê?
3. Durante os 500 anos da história do Brasil houve uma exploração intensiva e predatória dos recursos naturais e nem assim o país se tornou próspero socialmente. Que lições se podem tirar disso?

4. Que ações concretas os cristãos brasileiros podem empreender no sentido de participar de modo responsável do esforço de preservação ambiental?
 5. É lícito e desejável que as igrejas como instituições se envolvam na questão ecológica?
-

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

JUNGES, José Roque. *Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental*. São Paulo: Loyola, 2001.

SCHAEFFER, Francis. *Poluição e a morte do homem: a resposta cristã à depredação humana do jardim de Deus*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

VAN DYKE, Fred e outros. *A criação redimida: a base bíblica para a mordomia ecológica*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

VI – CRISTIANISMO E SOCIEDADE

Capítulo 23

CRISTÃOS E MUÇULMANOS

UMA LONGA HISTÓRIA DE CONFLITOS

ESTAMOS ACOSTUMADOS a ouvir notícias sobre o relacionamento hostil entre palestinos e judeus em Israel. Vez por outra, também tomamos conhecimento de violentos choques entre muçulmanos e adeptos do hinduísmo e de outras religiões na Índia e em outros países asiáticos. Todavia, mais antigo e mais pleno de conseqüências para o mundo tem sido o relacionamento tenso – por vezes abertamente belicoso – entre cristãos e muçulmanos há quase 1400 anos. Os atentados terroristas nos Estados Unidos e outros países, as ações militares norte-americanas no Afeganistão e posteriormente no Iraque, e as iradas manifestações de muçulmanos em muitos países constituem mais um capítulo dessa longa história de conflitos.

O advento do islamismo

O islamismo ou islã foi fundado pelo mercador árabe Maomé (Muhammad, c.570-632) no início do século sétimo da era cristã.

Essa que é a mais recente das grandes religiões mundiais sofreu influências tanto do judaísmo quanto do cristianismo, mas ao mesmo tempo opôs-se firmemente a ambos, alegando ser a revelação final de Deus (Alá). O livro sagrado do islamismo, o Corão (*Qur'an*), teria sido revelado pelo próprio Deus a Maomé, o último e maior dos profetas. A idéia básica do islamismo está contida no seu nome - islã significa "submissão" plena à vontade de Alá e "muçulmano" é aquele que se submete. Os preceitos centrais dessa religião incluem a recitação diária de uma confissão ("Não existe Deus senão Alá e Maomé é o seu profeta"), bem como a prática da caridade e do jejum, sendo este último especialmente importante durante o dia no mês sagrado de Ramadã. O culto é regulado de maneira estrita. Os fiéis devem orar cinco vezes ao dia, de preferência em uma mesquita ou então sobre um tapete, sempre voltados para Meca, a cidade sagrada do islã, na Arábia Saudita. Nas sextas-feiras realizam-se cerimônias especiais. A peregrinação a Meca ao menos uma vez na vida também é uma prática altamente valorizada.

Desde o início o islamismo foi uma religião aguerrida e militante, marcada por intenso fervor missionário. Um conceito importante é o de *jihad*, ou seja, o esforço em prol da expansão do islã por todo o mundo. Esse esforço muitas vezes adquiriu a conotação de guerra santa, como aconteceu de maneira especial no primeiro século após a morte de Maomé, em 632. Movidos por um profundo zelo pela nova fé, os exércitos muçulmanos conquistaram sucessivamente a península da Arábia, a Síria, a Palestina, o Império Persa, o Egito e todo o norte da África. Nesse processo, o cristianismo foi enfraquecido ou aniquilado em muitas regiões nas quais havia sido extremamente próspero nos primeiros séculos. Lugares como Antioquia, Jerusalém, Alexandria e Cartago, onde viveram os pais da igreja Orígenes, Cipriano, Tertuliano e Agostinho, foram permanentemente perdidos pelos cristãos. Em 674, os muçulmanos lançaram os seus

primeiros ataques contra Constantinopla, a grande capital cristã do Império Bizantino.

No ano 711, os mouros atravessaram o estreito de Gibraltar sob o comando de Tarik (daí Gibraltar, isto é, “a rocha de Tarik”) e invadiram a Península Ibérica, ocupando a maior parte do território espanhol. Em seguida, atravessaram os Pirineus e penetraram na França, mas foram finalmente derrotados por um exército cristão comandado por Carlos Martelo, o avô de Carlos Magno, na batalha de Tours, em Poitiers, no ano 732. É verdade que, tanto no Oriente Médio e no norte da África quanto na Península Ibérica, os sarracenos foram relativamente tolerantes com os cristãos e os judeus. Estes geralmente não eram forçados a se converterem ao islamismo, mas tinham de pagar um imposto caso não o fizessem. Em todas essas regiões, muitos acabaram aderindo à nova religião. Em diversas áreas que conquistaram, os seguidores de Maomé criaram grandes centros de civilização, como foi o caso de Bagdá, do Cairo e da Espanha. O Califado de Córdoba foi marcado por notável prosperidade, destacando-se pela sua belíssima arquitetura, seus elaborados arabescos, seus avanços nas ciências, literatura e filosofia.

As Cruzadas

O avanço islâmico teve profundas repercussões para o cristianismo. Como vimos, a igreja oriental ou bizantina foi seriamente enfraquecida, tendo perdido algumas de suas regiões mais prósperas. A igreja ocidental ou romana voltou-se mais para o norte da Europa. Com isso, o cristianismo tornou-se mais europeu e menos asiático ou africano. Também foi acelerado o processo de separação entre as igrejas grega e latina. Outro problema para os cristãos foi a mudança da sua postura com relação à guerra e ao uso da força. Desde o início, os cristãos tinham aprendido de Cristo e dos apóstolos a prática do amor e da tolerância no

relacionamento com o próximo. Agora, num mundo cada vez mais hostil à sua fé, eles acabaram abandonando muitos de seus antigos valores e passaram a elaborar toda uma série de justificativas filosóficas e teológicas para legitimar a violência em certas situações. Esse processo havia se iniciado com a aproximação entre a Igreja e o Estado a partir do imperador Constantino, no quarto século, tendo se intensificado nos séculos seguintes. Num primeiro momento legitimou-se o uso da força contra grupos cristãos dissidentes ou heréticos, como os arianos e os donatistas. Séculos mais tarde, os cristãos haveriam de articular a sua própria versão de guerra santa, dirigindo-a principalmente contra os muçulmanos.

A maior, mais prolongada e mais sangrenta confrontação entre cristãos e islamicos foram as famosas Cruzadas, que se estenderam por quase duzentos anos (1096-1291). Antes disso, a cristandade já havia começado a lutar contra os muçulmanos na Espanha, no que ficou conhecido como a Reconquista, intensificada a partir de 1002 com a extinção do Califado de Córdoba. Desenvolveu-se, assim, a partir da Península Ibérica, uma forma de catolicismo agressivo e militante, que haveria de estender-se para outras partes do continente. As cruzadas foram um fenômeno complexo cuja causa inicial foi a impossibilidade de acesso dos peregrinos cristãos aos lugares sagrados do cristianismo na Palestina. Por vários séculos, os árabes haviam permitido, salvo em breves intervalos, as peregrinações cristãs a Jerusalém, e estas haviam crescido continuamente. Todavia, a situação mudou quando os turcos seljúcidas, a partir de 1071, conquistaram boa parte da Ásia Menor e em 1079 a cidade de Jerusalém, fazendo cessar as peregrinações. Com isso surgiu na Europa um clamor pela libertação da Terra Santa das mãos dos “infiéis”.

A primeira cruzada foi pregada pelo papa Urbano II, em Clermont, na França, em 1095, sob o lema “Deus vult” (Deus o

quer). Depois de uma horrível carnificina contra os habitantes muçulmanos, judeus e cristãos de Jerusalém, os cruzados implantaram naquela cidade e região um reino cristão que não chegou a durar um século (1099-1187). A quarta cruzada foi particularmente desastrosa em seus efeitos, porque se voltou contra a grande e antiga cidade cristã de Constantinopla, que foi brutalmente saqueada em 1204. A oitava cruzada encerrou essa série de campanhas militares que trouxe alguns benefícios, como o maior intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente e a introdução de inventos e novas idéias na Europa, mas teve efeitos adversos ainda mais profundos, aumentando o fosso entre as igrejas latina e grega e gerando enorme ressentimento dos muçulmanos contra o Ocidente cristão, ressentimento esse que persiste até os nossos dias.

A Reconquista

É verdade que alguns cristãos daquele período tiveram uma atitude mais construtiva em relação aos islamitas, procurando ir ao seu encontro com o evangelho e não com a espada. Tal foi o caso de alguns dos primeiros membros das novas ordens religiosas surgidas no início do século 13, os franciscanos e os dominicanos. O mais célebre missionário aos muçulmanos foi o franciscano Raimundo Lull (c.1232-1315), de Palma de Maiorca, que fez diversas viagens a Túnis e à Argélia. Todavia, o espírito predominante do período foi o de beligerância não só contra os muçulmanos, mas mesmo contra grupos cristãos dissidentes, como foi o caso dos cátaros ou albigenses, no sul da França, aniquilados por uma cruzada entre 1209 e 1229. Também data dessa época o estabelecimento da temida Inquisição. Na Espanha, a Reconquista tomou ímpeto no século 13 e a partir de 1248 os mouros somente controlaram o reino de Granada. Nos séculos 12 e 13, nesse contexto de luta contra os mouros, houve o surgimento de Portugal como um reino independente.

O reino de Granada foi finalmente conquistado pelos reis católicos Fernando e Isabel em 1492, o mesmo ano do descobrimento da América. Após um período inicial de tolerância, foi lançada contra os mouros uma campanha de terror visando forçar a sua conversão e finalmente, em 1502, todos os muçulmanos acima de catorze anos que não aceitaram o batismo foram expulsos, assim como havia acontecido com os judeus dez anos antes. Sob a liderança de Tomás de Torquemada, a Inquisição espanhola, organizada em 1478, voltou-se de maneira especial contra os mouriscos e os marranos (muçulmanos e judeus convertidos ao cristianismo) acusados de conversão insincera.

Ao mesmo tempo em que o islamismo sofria essas pesadas perdas na Península Ibérica, obtinha estrondosos sucessos no Oriente Médio e na Europa oriental. Um novo poder islâmico, os turcos otomanos vindos da Ásia Central, depois de se estabelecerem firmemente na Ásia Menor, invadiram em 1354 a parte europeia do Império Bizantino, gradualmente estendendo o seu domínio sobre os Bálcãs, em regiões que estiveram há alguns anos nos noticiários (Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Albânia). Em 1453, eles tomaram Constantinopla (hoje Istambul), selando o fim do antigo Império Romano oriental e impondo novas e pesadas perdas à Igreja Ortodoxa. Nos séculos 16 e 17, os exércitos turcos haveriam de cercar por duas vezes Viena, a capital da Áustria (1529 e 1683).

Os dois últimos séculos

Um período especialmente humilhante para os muçulmanos diante do Ocidente cristão foi o colonialismo dos séculos 19 e 20, em que virtualmente todas as regiões islâmicas do Oriente Médio e do norte da África ficaram sob o domínio de países europeus como a França, a Inglaterra, a Itália e a Espanha. Até o início do século 19, aquelas regiões tinham sido parte do vasto Império Otomano, com sua capital em Istambul. Com

o colonialismo chegaram os missionários, tanto católicos como protestantes, com suas igrejas, escolas e hospitais. Após a Primeira Guerra Mundial, à medida que as novas nações árabes foram alcançando a sua independência, houve o crescimento do sentimento nacionalista e a reafirmação dos valores islâmicos. Ao mesmo tempo, o islamismo há muito havia ultrapassado os limites do mundo árabe, tendo alcançado, além dos persas e dos turcos, muitos outros povos na África e na Ásia, chegando até a Indonésia, hoje a maior de todas as nações muçulmanas, com mais de 100 milhões de habitantes. Em muitas dessas nações, árabes ou não, a presença de populações cristãs tem produzido graves conflitos entre os dois grupos, como tem ocorrido muitas vezes na Indonésia. Um acontecimento pouco divulgado foi o pavoroso genocídio promovido pelos turcos contra os armênios cristãos no início do século 20.

Outro evento que acabou por gerar nova animosidade entre os países muçulmanos e o Ocidente cristão foi a criação do Estado de Israel, em 1948, e a percepção de que o Ocidente, principalmente os Estados Unidos, apóia incondicionalmente o estado judeu em sua luta contra os palestinos e outros povos árabes. Dois novos ingredientes nessa luta foram o súbito enriquecimento de algumas nações árabes com a exploração do petróleo e o surgimento do fundamentalismo militante entre os xiitas, uma antiga facção islâmica minoritária ao lado da maioria sunita. A militância islâmica tem gerado várias revoluções e o surgimento de regimes islâmicos, como aconteceu há alguns anos no Irã. Além do apoio dos Estados Unidos a Israel, os fundamentalistas se ressentem da presença de tropas americanas na Arábia Saudita, o berço do islã, e da influência cultural do Ocidente nos seus respectivos países, vista como danosa para a sua fé e seus valores tradicionais.

Neste início do século 21, o islamismo representa o maior desafio para o cristianismo, em diversos sentidos. A invasão do

Iraque e a enorme violência fratricida dela resultante têm sido muito negativas para a imagem do cristianismo junto aos muçulmanos. Ao contrário do que foi propalado no início da ocupação, as ações do presidente George W. Bush com o respaldo de muitos cristãos americanos não têm sido benéficas para a causa do evangelho no mundo islâmico. A situação dos cristãos que vivem em países muçulmanos também se agravou muito nos últimos anos. Como um dos “povos do livro” (expressão aplicada aos judeus e cristãos, visto serem mencionados no Corão), os cristãos precisam reconhecer os muitos erros cometidos contra os muçulmanos ao longo da história e renovar a sua determinação de contribuir para o bem-estar político, social e espiritual dos herdeiros de Maomé.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Existe hoje, no Ocidente, uma atitude de crescente simpatia pelo islamismo, seus valores e sua cultura. Como os cristãos devem posicionar-se a esse respeito?
2. Para um grande número de ocidentais, o interesse de muitos cristãos pela evangelização do mundo islâmico é algo “politicamente incorreto”. O que se pode dizer disto?
3. É legítima a contínua associação feita pelos muçulmanos entre as ações de governos e empresas ocidentais e o cristianismo? É lícito concluir que as ações políticas, militares e econômicas do Ocidente no mundo islâmico são motivadas por preocupações cristãs ou aprovadas pelos cristãos em geral?
4. Os muçulmanos gozam de plena liberdade e tolerância religiosa no Ocidente, mas negam esses direitos aos cristãos no mundo islâmico. O que isso revela acerca do islamismo?

5. De que maneiras os cristãos podem apoiar as reivindicações legítimas dos muçulmanos sem deixar de criticar os aspectos condenáveis do islamismo e sem se omitir nas suas responsabilidades missionárias para com o mesmo?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERTUZZI, Federico A. (Ed.). *Rios no deserto: palestras sobre a evangelização de muçulmanos*. São Paulo: Sepal, 1993.
- CANER, Ergun Mehmet, e CANER, Emir Fethi. *O islã sem véu: um olhar sobre a vida e a fé muçulmana*. São Paulo: Editora Vida, 2004.
- LO JACONO, Cláudio. *Islamismo: história, preceitos, festividades, divisões*. São Paulo: Globo, 2002.
- RASHID, Ahmed. *Jihad: a ascensão do islamismo militante na Ásia Central*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.
-

Capítulo 24

POLÔNIA

RELIGIÃO E POLÍTICA NA ENCRUZILHADA DA EUROPA

EM DÉCADAS RECENTES, vários fatores chamaram a atenção da opinião pública internacional para a Polônia. O evento mais significativo foi a eleição do arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyła, como papa João Paulo II, no dia 16 de outubro de 1978. Wojtyła, nascido em 1920, tornou-se o primeiro papa eslavo da história e o primeiro não-italiano desde o holandês Adriano VI, no início do século 16. Por mais de vinte e seis anos no leme da Igreja Católica Romana (até abril de 2005), ele foi o papa com o terceiro pontificado mais longo da história. Outro acontecimento marcante da trajetória recente da Polônia foi o movimento pela democratização do país encabeçado pelo sindicato Solidariedade, fundado em 1980, que em 1989 formou o primeiro governo não-comunista da Europa oriental. Uma das expressões desse interesse pela nação polonesa foi a publicação, em 1983, de uma novela histórica do escritor norte-americano

James A. Michener, intitulada *Polônia*, que imediatamente se tornou um grande best-seller.

Um dos elementos que mais tem afetado a história da Polônia é a sua localização geográfica entre a Europa ocidental anglo-saxônica e a Europa oriental de etnia eslava. Essa peculiaridade, aliada à ausência de fronteiras claramente definidas, tem feito desse país, ao longo dos séculos, uma vítima de seus vizinhos poderosos, principalmente a Alemanha e a Rússia. Em 1939, a invasão da Polônia por Hitler deflagrou a Segunda Guerra Mundial, que devastou o país e causou o genocídio de quase toda a sua numerosa comunidade judaica. Nessa história atribulada, um dos principais elementos definidores da identidade nacional polonesa tem sido, há mais de um milênio, o forte apego à fé católica, exemplificado na devoção à Madona Negra de Czestochowa, à qual se atribui uma intervenção miraculosa que teria permitido a derrota de invasores suecos em 1655. Todavia, embora aos olhos dos observadores externos poucos países pareçam mais católicos do que a Polônia, existe o fato pouco conhecido de que, no século 16, boa parte dessa nação esteve em vias de tornar-se protestante.

Antecedentes político-religiosos

O cristianismo foi introduzido na Polônia no século décimo, na época em que a região passou a sofrer a forte influência do Sacro Império Romano Germânico e do seu primeiro monarca, Oto I. No entanto, Oto não foi o responsável pela implantação da fé cristã entre os poloneses. Esse privilégio pertenceu à rainha Dobrava, originária da Boêmia, que contribuiu para a conversão do seu marido, o rei Mieszko, batizado em 966. Dois anos depois, foi criado o primeiro bispado em Poznan, cujos dois primeiros ocupantes foram alemães. Nos séculos seguintes, a fé católica se implantou de maneira profunda, mas as relações entre a igreja e o estado foram com frequência tensas

e conflitivas. No século 15, a Polônia era um reino ativo que muitas vezes revelava indiferença para com os desejos dos papas. O jurista e humanista Jan Ostrorog interpretou a atitude predominante dos seus compatriotas quando escreveu em um tratado acadêmico em 1473: “O rei polonês não reconhece a supremacia de ninguém, exceto a de Deus”.

Por volta de 1500, a igreja possuía 10% das terras aráveis da Grande Polônia, 15% da Pequena Polônia e 25% de Mazóvia. Privilégios como esse, bem como a vida desordenada do clero, produziram um sentimento generalizado de anticlericalismo. Aqui e acolá, grupos de valdenses, wyclifitas e hussitas realizavam o seu trabalho de propaganda religiosa. As primeiras obras de Lutero tiveram grande aceitação. Em 1520, um legado papal foi expulso de junto da fogueira em que queimava livros e uma efígie do reformador alemão. Todavia, o sentimento antigermânico de muitos poloneses fez com que o luteranismo tivesse pouca aceitação fora das cidades germanizadas do oeste. O rei Sigismundo I (1506-1548) fez o que pôde para suprimir o protestantismo, cujas idéias se infiltravam constantemente a partir das vizinhas Boêmia e Prússia Oriental, mas os nobres e as cidades muitas vezes ignoraram os decretos reais. No início do reinado de Sigismundo II (1548-1572), muitos Irmãos Boêmios foram para a Polônia fugindo das perseguições do imperador Fernando I.

A introdução da fé reformada

A tradição reformada ou calvinista lançou raízes mais profundas na Polônia. A ênfase de João Calvino na autoridade dos presbíteros leigos atraiu a nobreza e as origens francesas do movimento o tornaram mais aceitável junto àqueles que eram hostis aos elementos germânicos. O próprio rei Sigismundo II correspondeu-se com Calvino e leu as *Institutas da Religião Cristã* com admiração. No final de 1554, Calvino lhe enviou um projeto de reforma da igreja polonesa, que o rei, todavia,

não chegou a implementar. Nicholas Raziwill, príncipe lituano e chanceler de Sigismundo, adotou abertamente o calvinismo. Na região conhecida como Pequena Polônia, surgiram muitas igrejas reformadas na década de 1550. Essas igrejas tinham um estreito relacionamento com os Irmãos Boêmios, com os quais realizaram um sínodo conjunto em 1555 em Kozminek, no qual foi adotada uma confissão de fé comum.

Em 1554, o primeiro sínodo calvinista da Polônia reuniu-se em Slomniki, na Pequena Polónia. No ano seguinte a influência protestante se tornou forte no próprio parlamento nacional, que em 1556 adotou uma resolução de nove pontos visando a reforma da igreja polonesa. Todavia, as simpatias religiosas do rei Sigismundo mostraram-se ambíguas: ele se interessava por questões teológicas, acompanhou o movimento protestante com simpatia e, ao ser indagado por alguns súditos sobre que posição deviam tomar em questões religiosas, replicou: “Eu não sou o rei de suas consciências”. Ao mesmo tempo, era profundamente fiel à igreja romana, na qual fora criado. No final do seu reinado, quase a metade da Dieta (parlamento) era constituída de protestantes e cerca de um sexto das paróquias do país era controlada por protestantes. Essa situação resultou na legalização da tolerância e igualdade religiosa logo após a morte do rei, em 1572. Tal evento marcou o ponto culminante da Reforma na Polónia, pois nas décadas seguintes a causa católica teria uma reação vitoriosa.

O reformador Jan Laski

O maior reformador polonês foi Jan Laski (1499-1560), sobrinho do arcebispo de Gniezno, seu homônimo. Laski estudou na Itália, tornou-se um humanista e esteve em contato com vários reformadores destacados (Zuínglio, Ecolampádio, Melancton, Bullinger e Bucer). Foi amigo íntimo de Erasmo de Roterdã, cuja biblioteca adquiriu e levou para a Polónia. Depois de exercer várias funções eclesiásticas, inclusive como

bispo, foi para a Holanda em 1539 e no ano seguinte abraçou o protestantismo. Pastoreou a igreja de refugiados de Emden, na Frísia Oriental, à qual deu uma orientação calvinista. Depois residiu em Londres (1548-1553), onde o rei Eduardo VI o nomeou pastor da igreja de exilados estrangeiros. Com a ascensão de Maria I, deixou a Inglaterra e voltou para a Frísia e para Frankfurt. Convidado por um sínodo reformado polonês, retornou à pátria em dezembro de 1556. No ano seguinte, tentou induzir o rei Sigismundo a criar uma igreja nacional. Quando esse esforço fracassou, ele começou a organizar a igreja calvinista entre a nobreza protestante da Pequena Polônia.

Embora tenha enfrentado dificuldades com os luteranos na Dinamarca e na Alemanha, Laski envidou esforços para unir os reformados não somente com os Irmãos, mas também com os luteranos poloneses. Ao lado de dezessete estudiosos, participou da tradução da Bíblia para o polonês, publicada em 1563. Faleceu em 8 de janeiro de 1560 e foi sepultado em Pinczów, o centro do protestantismo na Pequena Polônia. Foi o único polonês cuja obra veio a ser amplamente reconhecida na história do protestantismo europeu. Escreveu numerosas declarações doutrinárias, entre as quais o *Catecismo de Emden* (1554), a *Confissão da Comunidade de Estrangeiros de Frankfurt* (1554) e a *Forma e Método Integral do Culto na Igreja dos Estrangeiros* (1550 e 1555), esta última usada na congregação de refugiados continentais que pastoreou em Londres. O conhecido teólogo holandês Abraham Kuyper publicou as suas obras em dois volumes em 1866.

A supressão do movimento

O término do Concílio de Trento em 1563 e a força crescente da Contra-Reforma sob a liderança dos jesuítas detiveram o crescimento do protestantismo polonês e criaram as condições para o seu colapso. Defrontando-se com o novo perigo, os luteranos uniram-se aos calvinistas e aos Irmãos na adoção de um compromisso

de respeito mútuo, o Consenso de Sendomir, em abril de 1570. Quando Henrique de Anjou (mais tarde Henrique III da França) se tornou rei da Polônia em 1573, foi forçado pelos nobres a aceitar um acordo de mútua tolerância religiosa conhecido como *Pax Dissidentium* (Paz dos Dissidentes). O documento afirmava que “nem católicos nem quaisquer outros dissidentes derramarão sangue por causa de diversidade de culto... eles não irão punir, ferir, aprisionar ou exilar uns aos outros por causa da religião”. Essa política tolerante seria abandonada gradualmente.

O grande líder da Contra-Reforma polonesa foi o cardeal Stanislaw Hosius, um dos cinco presidentes da última assembléia do Concílio de Trento, que convenceu Sigismundo II a aceitar os decretos daquele conclave. Seu trabalho foi complementado pelos jesuítas, que chegaram à Polônia em 1565. Sob a sua influência, o rei Estevão Báthory (1575-1586) abandonou o protestantismo para assegurar a posse do trono. No final do seu reinado, os representantes da Sociedade de Jesus eram mais de 350 e tinham doze colégios no país. O longo reinado de Sigismundo III (1587-1632), apelidado o “rei dos jesuítas”, marcou a virtual extinção da igreja reformada como organização, apesar da provisão constitucional de liberdade para os protestantes. Uma insurreição liderada por nobres insatisfeitos e protestantes foi facilmente suprimida em 1608. Depois disso, os protestantes se reduziram a uma pequena minoria e os jesuítas ficaram com o pleno controle da situação. A tolerância somente retornou no século 18, com a partilha da Polônia entre seus poderosos vizinhos.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. A união entre religião e nacionalismo é uma coisa saudável? Por quê?
2. O fator político afetou de maneira intensa a história do protestantismo na Polônia, no início positivamente

e depois negativamente. Qual deve ser a relação entre religião e política?

3. A Igreja Católica sempre foi partidária da união entre a igreja e o estado e ao longo da história fez uso do poder político para defender os seus interesses. Isso é correto do ponto de vista bíblico e cristão?
4. O protestantismo polonês foi suprimido através do uso da força, da guerra e da intolerância religiosa. Que lições podemos tirar disso?
5. A pequena comunidade protestante polonesa sobrevive com dificuldade entre dois grandes grupos, a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa. Os protestantes poloneses devem manter a sua identidade a todo custo ou seria melhor se associarem à religião majoritária? Justificar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- DANIEL-ROPS, Henri. *A igreja dos tempos clássicos. I. O grande século das almas*. São Paulo: Quadrante, 2000.
- DEMANT, Peter. *O mundo mulçumano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LATOURETTE, Kenneth Scott. *Uma história do cristianismo*. 2 vols. Trad. Heber Carlos de Campos. São Paulo: Hagnos (no prelo).
- MUIRHEAD, H. H. *O cristianismo através dos séculos*. 3 vols. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1951.
- TÜCHLE, Germano. *Nova história da igreja*. Vol. III: *Reforma e Contra-Reforma*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- HILLERBRAND, Hans J. (Ed.). *The Oxford encyclopedia of the Reformation*. 4 vols. New York e Oxford: Oxford University Press, 1996. Verbetes: Paul W. Knoll, "Poland" (Vol. 3, p. 283-288); Wacław Urban, "Łaski, Jan" (Vol. II, p. 396s).
-

Capítulo 25

O REINO, O PODER E A GLÓRIA

AS IGREJAS EVANGÉLICAS ALEMÃS E O REGIME NAZISTA

EM TODAS as épocas, a igreja e os cristãos têm sido tentados a afastar-se dos seus compromissos básicos e perder de vista a sua identidade e a sua missão. A sedução de valores, ideologias e ambições conflitantes com o evangelho pode ser fatal para a vida e o testemunho dos seguidores de Cristo. Ao invés de confessarem e buscarem o reino, o poder e a glória de Deus (Mt 6.13), eles podem almejar o seu próprio reino, poder e glória, ou os do mundo. Por isso, a história cristã está repleta de violações do primeiro mandamento (“Não terás outros deuses diante de mim” – Êx 20.3) na forma de idolatrias religiosas ou seculares como as muitas que têm emergido na sociedade contemporânea.

Historicamente, uma das grandes pedras de tropeço na caminhada da igreja tem sido o seu relacionamento com o estado.

Desde o século quarto, com a aliança entre a igreja e o Império Romano, ficou mais difícil evitar que aquilo que César exige entre em conflito com o que Deus requer (Mt 22.21). Embora o estado tenha uma esfera legítima de atuação, afirmada pelas Escrituras, a simbiose eclesiástico-estatal tem sido muito problemática para a igreja. As concessões feitas à esfera política podem tornar impossível que se obedeça antes a Deus do que aos homens (At 5.29). Em casos extremos, os cristãos e a igreja se rendem totalmente aos poderosos deste século (1 Co 2.6, 8), especialmente àqueles que fazem do poder o seu deus (Hc 1.11). As atitudes dos protestantes alemães em face do nazismo estão cheias de ensinamentos e advertências para os cristãos dos dias atuais.

Antecedentes

Desde a conversão das tribos teutônicas, religião e política se tornaram intimamente associadas no Sacro Império Romano Germânico, havendo constantes interferências mútuas entre as duas esferas. Contribuíam para isso as atitudes ambivalentes da igreja medieval, que por um lado se ressentia das intromissões do poder civil, mas ao mesmo tempo cortejava os governantes visando obter, preservar ou ampliar privilégios. Nesse aspecto, os reformadores protestantes não romperam com o status quo. Eles não só mantiveram concepções elevadas acerca do papel da autoridade secular, mas defenderam uma associação estreita entre a igreja e o estado, num contexto de uniformidade política e religiosa. Lutero, com a sua doutrina dos dois reinos (igreja e estado, ambos ordenados por Deus, porém com esferas distintas de responsabilidade), contribuiu em muito para que os protestantes alemães tivessem um alto apreço pelo estado e suas instituições.

No século 19, o nacionalismo se tornou uma poderosa força ideológica na Europa, reunindo elementos como veneração dos heróis, culto da raça, exclusivismo, xenofobia e não raro anti-semitismo. Na Alemanha, uma conjugação de fatores políticos,

sociais e culturais contribuiu desde cedo para o desenvolvimento do princípio nacional. Em seu *Discurso à Nação Alemã* (1808), considerado a carta magna do nacionalismo germânico, o filósofo Johann Gottlieb Fichte elevou o conceito de nação ao status de uma revelação divina. No início do século 20, as ambições imperialistas – outro aspecto do nacionalismo extremado – desencadearam a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que horrorizou o mundo pela pavorosa carnificina que produziu. A Alemanha vencida teve de aceitar um humilhante tratado de paz. Após a guerra surgiu a República de Weimar, controlada pelos socialistas, que não contou com a simpatia de boa parte do povo alemão.

A ascensão do nazismo

Nesse contexto entrou em cena Adolf Hitler, um austríaco de origem católica que detestava tanto os católicos como os protestantes. Com a sua ideologia política, o nacional-socialismo ou “nazismo”, ele conseguiu, como o fascismo já havia feito na Itália, explorar as desilusões do pós-guerra e os ressentimentos suscitados pela paz imposta e pela crise econômica. No dia 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler da república alemã e começou a implementar o seu programa totalitário. O princípio fundamental do novo regime era a unidade absoluta do povo alemão sob a direção do *Führer* (“líder”), mediante o controle de todas as áreas da sociedade. A noção de raça ocupava um lugar central na nova ideologia e os seus teóricos davam ênfase aos conceitos de povo, solo, sangue e germanidade. Todas as pessoas, ideais ou instituições não alemãs eram tidas como contaminadas, em especial aquelas relacionadas com os judeus, considerados a fonte de todos os males modernos, a “raça destruidora da cultura”, que havia legado ao mundo o cristianismo, o capitalismo e o marxismo. A raça autêntica ou “ariana” iria restaurar a pureza do passado.

Sucessivamente, os judeus alemães foram proibidos de ocupar cargos públicos, casar-se com arianos e perderam a sua cidadania. Na noite de 9 de novembro de 1938, conhecida como *Kristallnacht* (“noite dos cristais”), lojas e residências de judeus foram depredadas, sinagogas foram destruídas e houve prisões em massa. Em 1º de setembro de 1939, Hitler, que já havia anexado a Áustria e invadido a Tchecoslováquia, invadiu também a Polônia. Imediatamente a Inglaterra e a França declararam guerra contra a Alemanha – estava iniciada a Segunda Guerra Mundial. Enquanto a guerra prosseguia, os líderes nazistas planejaram a “solução final” – o extermínio de todos os judeus europeus (o Holocausto), o que começou a ser levado a efeito nas câmaras de gás dos campos de concentração. No dia 30 de abril de 1945, quando a derrota se tornou inevitável, Hitler cometeu suicídio, e em 7 de maio a Alemanha se rendeu aos Aliados.

Os “cristãos alemães”

Quando Hitler subiu ao poder, muitos líderes eclesiásticos protestantes se rejubilaram, antevendo a possibilidade de uma regeneração nacional. Tomados pelo triunfalismo, fizeram os mais enfáticos elogios ao novo líder nacional. Hermann Gruner proclamou: “O tempo se cumpriu para o povo alemão em Hitler. É por causa de Hitler que Cristo se tornou efetivo entre nós. Portanto, o nacional-socialismo é o cristianismo positivo em ação”. O deão da Catedral de Magdeburgo, referindo-se às bandeiras nazistas expostas em sua igreja, afirmou: “As suásticas em torno do altar irradiam esperança – esperança de que o dia finalmente está prestes a raiar”. O pastor Julius Leutheuser acrescentou que “Cristo veio até nós através de Adolf Hitler”. Uma versão nazista do hino “Noite Feliz” dizia: “Noite de paz, noite santa, tudo está calmo, tudo está luminoso; só o Chanceler, tenaz na luta, vela pela Alemanha noite e dia, sempre a pensar em nós”.

Os partidários protestantes do regime nazista ficaram conhecidos como “cristãos alemães”. Em 1933, sob os auspícios do novo governo, foi criada a Igreja Evangélica Alemã (que incluía luteranos e reformados), visando unificar as vinte e oito igrejas provinciais. A direção da igreja ficou nas mãos de simpatizantes do regime. Apesar de alguns vigorosos protestos, foram introduzidos na igreja o “princípio da liderança” (lealdade ao Führer) e a “conformidade racial” (restrições aos judeus). Em 5 de setembro, reuniu-se o Sínodo Geral da Prússia, que ficou conhecido como “Sínodo Marrom” porque os representantes da maioria “cristã alemã” usavam uniformes nazistas. Essa maioria radical introduziu a chamada “cláusula ariana”, que negava o púlpito aos pastores de ascendência judaica. No dia 27, foi eleito bispo dessa nova igreja nacional um ardoroso nazista, Ludwig Müller. Porém, a lua-de-mel entre os “cristãos alemães” e Hitler durou pouco. Qualquer igreja, mesmo que fosse uma emanção do nazismo, podia minar a lealdade dos cristãos ao estado, e Hitler não tolerava qualquer limite ao seu poder. Com a criação do Ministério dos Assuntos Religiosos, em 1935, os “cristãos alemães” e seu bispo foram postos de lado.

A Igreja Confessional

Logo após o “Sínodo Marrom”, foi criada por iniciativa de Martin Niemöller a Liga Emergencial de Pastores, para os quais a “cláusula ariana” era um *status confessionis*, uma questão sobre a qual a igreja devia tomar uma posição. Em janeiro de 1934, sete mil pastores (de um total de dezoito mil) haviam se filiado à liga. No dia 22 de abril, cinco mil ministros e leigos se reuniram em Ulm e criaram a “Igreja Confessional” (uma referência às confissões de fé da Reforma). De 29 a 31 de maio, um sínodo dessa igreja reuniu-se num subúrbio de Wuppertal, no Estado da Renânia do Norte e Westfália, e aprovou um célebre documento, redigido em grande parte pelo teólogo suíço Karl Barth,

que ficou conhecido como *Declaração de Barmen*. A declaração convidava a Igreja Evangélica Alemã a retornar às verdades centrais do cristianismo e rejeitava as pretensões totalitárias do estado. Os Artigos 1, 2 e 5 afirmavam: “Repudiamos o falso ensino de que a igreja deve aceitar como base da sua mensagem, além e à parte da Palavra de Deus, outros eventos e poderes, personagens e verdades, como se fossem revelação de Deus... que existem áreas da nossa vida nas quais não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores... que o estado pode ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana...”

Todavia, a Igreja Confessional não quis tornar-se uma igreja rival e muito menos derrubar o regime. Seu objetivo era preservar a integridade da igreja e defender a fé cristã histórica contra as inovações heréticas dos “cristãos alemães”. Reprimido pelo governo e pela igreja oficial, o movimento teve uma vida precária, oferecendo apenas uma resistência relutante. Com a sua tradição luterana de defesa do poder constituído e a sua visão idealista de que o estado é sempre um agente de Deus, os confessionais custaram a reconhecer o quanto a ordem política havia se tornado pervertida. Após a guerra, em outubro de 1945, o pastor Niemöller (que passou oito anos na prisão) e todos os sobreviventes da Igreja Confessional admitiram honestamente terem se enganado e não terem sabido declarar-se abertamente contra o regime nazista, especialmente nos primeiros anos do seu poder. Porém, houve uma notável exceção.

Dietrich Bonhoeffer

Bonhoeffer foi um jovem pastor e teólogo que se envolveu ativamente no movimento de resistência contra Hitler. Nascido em Breslau em 1906, ele estudou teologia nas Universidades de Tübingen e Berlim, graduando-se em 1927. Nos anos seguintes, tornou-se professor de teologia sistemática em Berlim, conheceu

Karl Barth e foi ordenado ministro luterano. Desde logo, em suas aulas, palestras e sermões, começou a questionar a ideologia nazista e o envolvimento das igrejas com o regime. Ao lado de Niemöller, foi um dos criadores da Liga Emergencial de Pastores, que se opôs à institucionalização do anti-semitismo na Igreja Evangélica Alemã. Por um ano e meio, pastoreou duas congregações luteranas em Londres, desafiando as organizações ecumênicas internacionais a assumirem posições mais firmes contra o nazismo e a apoiarem a Igreja Confessional, reconhecendo-a com a única representante da igreja evangélica da Alemanha. Regressando à pátria em 1935, foi convidado para dirigir um seminário clandestino da Igreja Confessional. Declarado um “pacifista e inimigo do estado”, perdeu o seu cargo docente na Universidade de Berlim e posteriormente foi proibido de residir naquela cidade. Nesses anos, escreveu duas obras famosas: *O Preço do Discipulado* e *Vida em Comunidade*.

Em 1939, pouco antes do início da guerra, Bonhoeffer foi para os Estados Unidos a fim de fugir da repressão, mas regressou para a Alemanha um mês depois. Escrevendo ao seu ex-professor Reinhold Niebuhr, disse: “Devo passar esse tempo difícil de nossa história nacional com o povo cristão da Alemanha. Não terei o direito de participar da reconstrução da vida cristã na Alemanha após a guerra se não partilhar das provações dessa hora com o meu povo”. Devido a contatos com militares ligados à resistência, foi nomeado agente civil da *Abwehr*, o órgão de inteligência das forças armadas, passando a residir em Munique. Envolveu-se com a “Operação 7”, um plano para retirar judeus da Alemanha, o que atraiu as suspeitas da polícia secreta, a Gestapo. Em abril de 1943, poucos meses após ter ficado noivo, foi detido e enviado para Berlim, até que se descobriram evidências do seu envolvimento com alguns conspiradores contra o regime. No dia 9 de abril de 1945, depois de ser transferido para várias prisões, Bonhoeffer e seis outros membros da resistência

foram enforcados no campo de concentração de Flossenbürg, um mês antes da rendição da Alemanha. Ao ser sentenciado no dia anterior, dissera a um colega de prisão: “Este é o fim – para mim, o início da vida”.

Conclusão

O nacionalismo perverso do Terceiro Reich afetou todas as igrejas alemãs, inclusive a católica, que também teve os seus momentos de luzes e sombras naqueles dias aflitivos. A experiência das igrejas protestantes soa como uma grave advertência às igrejas de todos os países no sentido de não traírem o seu compromisso cristão e não se renderem aos ídolos do mundo moderno. Esses ídolos muitas vezes são sistemas políticos ou religiosos opressivos, e devemos nos solidarizar com os cristãos que precisam viver em tais circunstâncias. Mais comumente, porém, a igreja se vê atraída por formas mais sutis de infidelidade, seja conformando-se à mentalidade e valores da cultura circundante, seja isolando-se da sociedade com os seus desafios e oportunidades. Cristãos valorosos e coerentes como Niemöller, Bonhoeffer e seus companheiros nos conclamam a pensar sobre o que Cristo significa para o contexto em que vivemos, quais as implicações do evangelho para a hora presente, como praticar um discipulado genuíno nestes tempos conturbados, sendo instrumentos da justiça e da misericórdia de Deus.

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. Como foi possível que tantos protestantes alemães ficassem tão iludidos com o nazismo a ponto de não verem a perversidade dessa ideologia?
2. Que advertências o apoio incondicional das igrejas alemãs a Hitler nos traz numa época em que muitos cristãos novamente se sentem fascinados por líderes poderosos?

3. À luz das Escrituras, qual deve ser a nossa atitude em relação aos governantes civis?
4. Quando é que o Estado e seus agentes deixam de ser “ministros de Deus” (ver Rm 13.4,6) para se tornarem ministros de Satanás?
5. Os cristãos têm o direito de afastar do poder um governante tirânico, mesmo através da força?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. 4ª ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1995.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Vida em comunhão*. 3ª ed. rev. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1997.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão: cartas e anotações escritas na prisão*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003.
- BOOM, Corrie Ten; SHERRILL, John; SHERRILL, Elizabeth. *O refúgio secreto*. 5ª ed. Venda Nova, MG: Betânia, 1980.
- GRINGOIRE, Pedro, pseud.; NOGUEIRA, Julio Camargo. *Martinho Niemoeller: o homem que enfrentou Hitler*. 2ª ed. São Paulo: Casa São Paulo, 1940.
- LUTZER, Erwin W. *A cruz de Hitler: como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista*. São Paulo: Editora Vida, 2003.
- ZERNER, R. *Bonhoeffer, Dietrich*. Em ELWELL, Walter A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1988-1990. Vol. I, p. 205s.
-

Capítulo 26

CARTA A UM UNIVERSITÁRIO CRISTÃO

Caro irmão em Cristo,

Você tem o privilégio de freqüentar um curso superior, algo que não está disponível para muitos brasileiros como você. Todavia, esse privilégio implica muitas responsabilidades e em alguns desafios especiais. Um desses desafios diz respeito a como conciliar a sua fé com determinados ensinamentos e conceitos que lhe têm sido transmitidos na vida acadêmica.

Até ingressar na universidade, você viveu nos círculos protegidos do lar e da igreja. Nunca a sua fé havia sido diretamente questionada. Talvez em algumas ocasiões você tenha se sentido um tanto desconfortável com certas coisas lidas em livros e revistas, com opiniões emitidas na televisão ou com alguns comentários de amigos e conhecidos. Porém, de um modo geral, você se sentia seguro quanto às suas convicções, ainda que nunca tivesse refletido sobre elas de modo mais aprofundado.

Agora, no ambiente secularizado e muitas vezes abertamente incrédulo da universidade, você tem ficado exposto a idéias e teorias que se chocam frontalmente com a sua fé até então singela, talvez ingênua, da infância e da adolescência. Os professores, os livros, as aulas e as conversas com os colegas têm mostrado outras perspectivas sobre vários assuntos, as quais parecem racionais, científicas, evoluídas. Alguns de seus valores e crenças parecem agora menos convincentes e você se sente pouco à vontade para expressá-los. Para ajudá-lo a enfrentar esses desafios, eu gostaria de fazer algumas considerações e chamar a sua atenção para alguns dados importantes.

Em primeiro lugar, você não deve ficar excessivamente preocupado com as suas dúvidas e inquietações. Até certo ponto, ter dúvidas é algo que pode ser benéfico porque o ajuda a examinar melhor a sua fé, conhecer os argumentos contrários e adquirir convicções mais sólidas. O apóstolo Paulo queria que os coríntios tivessem uma fé testada, amadurecida, e por isso recomendou-lhes: “Examinem-se para ver se vocês estão na fé; provem a si mesmos” (2 Co 13.5, NVI). As dúvidas mal resolvidas realmente podem ser fatais, mas quando dão oportunidade para que a pessoa tenha uma fé mais esclarecida e consciente, resultam em crescimento espiritual e maior eficácia no testemunho. O apóstolo Pedro exortou os cristãos no sentido de estarem “sempre preparados para responder a qualquer pessoa que lhes pedir a razão da esperança que há em vocês” (1 Pe 3.15, NVI).

Além disso, você deve colocar em perspectiva as afirmações feitas por seus professores e colegas em matéria de fé religiosa. Lembre-se que todas as pessoas são influenciadas por pressupostos, e isso certamente inclui aqueles que atuam nos meios universitários. A idéia de que professores e cientistas sempre pautam as suas ações pela mais absoluta isenção e

objetividade é um mito. Por exemplo, muitos intelectuais acusam a religião de ser dogmática e autoritária, de cercear a liberdade das pessoas e desrespeitar a sua consciência. Isso até pode ocorrer em muitos casos, mas a questão aqui é a seguinte: Estão os intelectuais livres desse problema? A experiência mostra que os ambientes acadêmicos e científicos podem ser tão autoritários e cerceadores quanto quaisquer outras esferas da atividade humana. Existem departamentos universitários que são controlados por professores materialistas de diversos naipes – agnósticos, existencialistas e marxistas. Muitos alunos cristãos desses cursos são ridicularizados por causa de suas convicções, não têm a liberdade de expor seus pontos de vista religiosos e são tolhidos em seu desejo de apresentar perspectivas cristãs em suas monografias, teses ou dissertações. Portanto, verifica-se que certas ênfases encontradas nesses meios podem ser ditadas simplesmente por pressupostos ou preconceitos anti-religiosos e anticristãos, em contraste com o verdadeiro espírito de tolerância e liberdade acadêmica.

Você, estudante cristão que se sente ameaçado no ambiente universitário, deve lembrar que esse ambiente é constituído de pessoas imperfeitas e limitadas, que lidam com seus próprios conflitos, dúvidas e contradições, e que muitas dessas pessoas foram condicionadas por sua formação familiar ou educacional a sentirem uma forte aversão pela fé religiosa. Tais indivíduos, sejam eles professores ou alunos, precisam não do nosso assentimento às suas posições anti-religiosas, mas do nosso testemunho coerente, para que também possam crer no Deus revelado em Cristo e encontrem o significado maior de suas vidas.

Todavia, ao lado dessas questões mais pessoais e subjetivas, existem alegações bastante objetivas que fazem com que você se sinta abalado em suas convicções cristãs. Uma dessas

alegações diz respeito ao suposto conflito entre fé e ciência. O cristianismo não vê esse impasse, entendendo que se trata de duas esferas distintas, ainda que complementares. Deus é o criador tanto do mundo espiritual quanto do mundo físico e das leis que o regem. Portanto, a ciência corretamente entendida não contradiz a fé; elas tratam de realidades distintas ou das mesmas realidades a partir de diferentes perspectivas. O problema surge quando um intelectual, influenciado por pressupostos materialistas, afirma que toda a realidade é material e que nada que não possa ser comprovado cientificamente pode existir. O verdadeiro espírito científico e acadêmico não se harmoniza com uma atitude estreita dessa natureza, que decide certas questões por exclusão ou por antecipação.

Mas vamos a alguns tópicos mais específicos.

Você, universitário cristão, pode ouvir em sala de aula questionamentos de diversas modalidades: acerca da religião em geral (uma construção humana para responder aos anseios e temores humanos), de Deus (não existe ou então existe, mas é impessoal e não se relaciona com o mundo), da Bíblia (um livro meramente humano, repleto de mitos e contradições), de Jesus Cristo (nunca existiu ou foi apenas um líder carismático), da criação (é impossível, visto que a evolução explica tudo o que existe), dos milagres (invenções supersticiosas, uma vez que conflitam com os postulados da ciência), e assim por diante. Não temos aqui espaço para responder a todas essas alegações, mas perguntamos: Quem conferiu às pessoas que emitem esses julgamentos a prerrogativa de terem a última palavra sobre tais assuntos? Por que deve um universitário cristão aceitar tacitamente essas alegações, tantas vezes motivadas por preferências pessoais e subjetivas dos seus mestres, como se fossem verdades definitivas e inquestionáveis?

O fato é que, desde o início, os cristãos se defrontaram com críticas e contestações de toda espécie. Nos primeiros séculos da era cristã, muitos pagãos acusaram os cristãos de incesto, canibalismo, subversão e até mesmo ateísmo! Foram especialmente contundentes as críticas feitas por homens cultos como Porfírio, Galeno e Celso, que questionaram a Escritura, as noções de encarnação e ressurreição, e outros pontos. Eles alegavam que o cristianismo era uma religião de gente ignorante e supersticiosa. Em resposta a esses ataques intelectuais surgiu um grupo de escritores e teólogos que ficaram conhecidos como os apologistas e os polemistas. Dentre eles podem ser citados Justino Mártir, Irineu de Lião, Tertuliano, Clemente de Alexandria e Orígenes, que produziram notáveis obras em defesa da fé cristã.

Em nosso tempo, também têm surgido grandes defensores da cosmovisão cristã, tais como Cornelius van Til, C. S. Lewis, Francis Schaeffer, R. C. Sproul, John Stott e outros, que têm utilizado não somente a Bíblia, mas a teologia, a filosofia e a própria ciência para debater com os proponentes do secularismo. Além deles, outros autores têm publicado obras mais populares acerca do assunto, apresentando argumentos convincentes em resposta às alegações anticristãs. Dois bons exemplos recentes são o livro de Lee Strobel, *Em Defesa da Fé*, que possui um capítulo especialmente instrutivo sobre uma questão até hoje não aclarada pela ciência, ou seja, a origem da vida, e o livro de Phillip Johnson, *Ciência, Intolerância e Fé*, cujo subtítulo já diz muito: “A cunha da verdade: rompendo os fundamentos do naturalismo”. É importante que você, universitário cristão, leia esses e outros bons autores, familiarize-se com seus argumentos e reflita de maneira cuidadosa sobre a sua fé, a fim de que possa resistir à sedução dos argumentos divulgados nos meios acadêmicos.

Outra iniciativa importante que você deve tomar é aproximar-se de outros estudantes que compartilham as mesmas convicções. É muito difícil enfrentar sozinho as opiniões contrárias de um sistema ou de uma comunidade. Por isso, envolva-se com um grupo de colegas cristãos que se reúnam para conversar sobre esses temas, compartilhar experiências, apoiar-se mutuamente e cultivar a vida espiritual. Muitas universidades têm núcleos da Aliança Bíblica Universitária (ABU) e de outras organizações cristãs idôneas que visam precisamente oferecer auxílio aos estudantes que se deparam com esses desafios. Não deixe também de participar de uma boa igreja, onde você possa encontrar comunhão genuína e alimento sólido para a sua vida com Deus.

Em conclusão, procure encarar de maneira construtiva os desafios com que está se defrontando. Veja-os não como incômodos, mas como oportunidades dadas por Deus para ter uma fé mais madura e consciente, para conhecer melhor as Escrituras, para inteirar-se das críticas ao cristianismo e de como responder a elas, para dar o seu testemunho diante dos seus professores e colegas, por palavras e ações. Saiba que você não está só nessa empreitada. Além de irmãos que intercedem por sua vida, você conta com a presença, a força e a sabedoria do Senhor. Muitos já passaram por isso e foram vitoriosos. Meu desejo sincero é que o mesmo aconteça com você. Deus o abençoe!

PERGUNTAS PARA REFLEXÃO

1. As universidades nasceram à sombra da igreja e por muitos séculos foram moldadas por princípios cristãos. Por que hoje a maior parte delas se tornaram cidadelas do secularismo e do ceticismo?
2. O que é melhor – que os cristãos criem as suas próprias universidades ou que procurem exercer maior influência nas universidades seculares?

3. O que as igrejas podem fazer para minimizar o impacto sofrido por muitos jovens crentes ao ingressarem no meio universitário?
4. Como as igrejas podem fazer melhor uso da boa apologética para defender a fé cristã das acusações que lhe são feitas pela academia e outras instituições?
5. Quais são as áreas em que os jovens cristãos encontram maior dificuldade para conciliar a sua fé com os posicionamentos da ciência e do mundo acadêmico?

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- CRAIG, William Lane. *A veracidade da fé cristã: uma apologética contemporânea*. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- JOHNSON, Phillip. *Ciência, intolerância e fé*. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2004.
- JOHNSON, Phillip. *As perguntas certas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- LARSEN, Dale e Sandy. *Sete mitos sobre o cristianismo*. São Paulo: Vida, 2000.
- MacARTHUR, JR., John. *Criação ou evolução: a luta pela verdade sobre o princípio do universo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- SCHAEFFER, Francis. *A morte da razão: a desintegração da vida e da cultura moderna*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- SCHAEFFER, Francis. *O Deus que intervém: o abandono da verdade e as trágicas conseqüências para a nossa cultura – a única esperança na verdade histórica do cristianismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- STOTT, John. *Por que sou cristão*. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2004.
- STROBEL, Lee. *Em defesa da fé*. São Paulo: Vida, 2002.

Bibliografia Adicional

Além das sugestões bibliográficas temáticas mencionadas no final de cada capítulo, incluem-se aqui algumas obras relevantes para o estudo da história da igreja como um todo.

BETTENSON, Henry (Ed.). *Documentos da igreja cristã*. 3ª ed. São Paulo: ASTE, 1998.

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos*. São Paulo: Edições Vida Nova.

CLOUSE, Robert G.; PIERARD, Richard V.; YAMAUCHI, Edwin M. *Dois reinos: a igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

DOWLEY, Tim (Ed.). *Atlas Vida Nova da Bíblia e da história do cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

ELWELL, W. A. (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. 3 vols. São Paulo: Vida Nova, 1990.

GONZÁLEZ, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo*. 10 vols. São Paulo: Edições Vida Nova, 1980-1995.

_____. *Visão panorâmica da história da igreja: um roteiro para a série História Ilustrada do Cristianismo*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

_____. *Uma história do pensamento cristão*. 3 vols. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

IRVIN, Dale T.; SUNQUIST, Scott W. *História do movimento cristão mundial*. Vol. I: Do cristianismo primitivo a 1453. São Paulo: Paulus, 2004.

NICHOLS, Robert Hastings. *História da igreja cristã*. 11ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

NOLL, Mark A. *Momentos decisivos na história do cristianismo*. Trad. Alderi S. Matos. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

OLSON, Roger. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001.

_____. *História das controvérsias na teologia cristã: 2000 anos de unidade e diversidade*. São Paulo: Vida, 2004.

PALMER, Michael D. (Comp. e Ed.). *Panorama do pensamento cristão*. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

WALTON, Robert C. *História da igreja em quadros*. São Paulo: Editora Vida, 2000.

WILLIAMS, Terri. *Cronologia da história eclesiástica em gráficos e mapas*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

Para as pessoas familiarizadas com a língua inglesa, um recurso especialmente valioso é a revista *Christian History & Biography*, que contém excelentes textos ilustrados sobre uma grande variedade de tópicos da história da igreja. Site: www.christianhistory.net
E-mail: chcustserv@christianhistory.net

Índice de Personagens

- Adams, Jay**, 31
Agostinho de Hipona, 20, 28, 78, 80, 83, 101-102, 145, 186-187, 216
Alexandre VI, 39
Alves, Rubem, 181
Apolinário, 92
Ário, 61, 92
Atanásio, 62
Barth, Karl, 237, 239
Basílio de Cesaréia, 62
Baxter, Richard, 30
Bento XVI, 23, 33, 45
Boff, Leonardo, 181
Bonhoeffer, Dietrich, 190, 238-239, 240-241
Borja, Rodrigo, 39
Boyle, John, 54
Brainerd, David, 146
Bucer, Martin, 29, 228
Bultmann, Rudolf, 94
Bush, George W., 222
Calvino, João, 29, 53, 71, 80-81, 93, 126, 153, 179, 183, 195-196, 198, 227
Carey, William, 73, 146, 160, 172
Carlos Magno, 37, 52, 217
Carlos Martelo, 217
Catarina de Bora, 195, 199
Celso, 247
Chauncy, Charles, 134
Cipriano de Cartago, 19, 36, 216
Clemente de Alexandria, 27, 35, 101, 247
Clemente de Roma, 41
Colombo, Cristóvão, 80
Comenius, João Amós, 169
Dâmaso (papa), 36, 52
Darby, John Nelson, 84
Diocleciano, 20, 78, 109
Donato, 20
Dürer, Albrecht, 112
Eduardo VI, 229
Edwards, Jonathan, 30, 82, 127, 136, 197
Erasmus de Roterdã, 70, 188, 228
Escobar, Samuel, 182
Estêvão (papa), 38
Farel, Guilherme, 196
Feijó, Diogo Antônio, 54
Fichte, Johann Gottlieb, 235
Finney, Charles G., 83, 135

- Francisco de Assis, 68, 209
 Francke, August Hermann, 160, 169
 Frelinghuysen, Theodore J., 127, 132
Galeno, 247
 Galério (imperador), 20, 78
 Garibaldi, Giuseppe, 42
 Gelásio (papa), 36
 Gregório de Nazianzo, 62
 Gregório de Nissa, 62
 Gregório I, 36
 Gregório Magno, 28, 36, 151
 Gregório VII, 38, 53
 Gutiérrez, Gustavo, 181
Hildebrando, 38, 53
 Hildegarda de Bingen, 79
 Hipólito de Roma, 77, 101
 Hitler, Adolf, 43, 190, 226, 235-238, 240
 Hofmann, Melchior, 81, 125
 Hus, Jan (João), 21, 29, 80, 160, 165, 167-168, 173
Idelette de Bure, 195-196
 Inácio de Antioquia, 19
 Inocêncio III, 38, 42, 119
 Irineu de Lião, 61, 77, 100, 247
 Irving, Edward, 85
Jan de Leyden, 81, 126
 Jerônimo, 69, 193
 Jerônimo de Praga, 168
 João Crisóstomo, 28
 João Paulo II, 33, 45, 47, 225
 João XXIII, 44
 Joaquim de Fiore, 79-80, 125
 Júlio II, 39
 Justiniano (imperador), 100, 202
 Justino Mártir, 77, 100, 247
Kane, J. Herbert, 161
 Kardec, Allan, 97, 99
Lactâncio, 101
 Las Casas, Bartolomé de, 145, 159
 Laski, Jan, 228-229
 Leão I, 136
 Leão III, 37
 Leão X, 39
 Leão XIII, 43
 Lindsay, Hal, 86
 Lloyd-Jones, D. Martyn, 31
 Loiola, Inácio de, 193
 Lull, Ramón (Raimundo), 158, 219
 Lutero, Martinho, 89, 93, 170, 188, 194-195, 199, 227, 234
MacArthur, John, 31
 Maomé, 215-217, 222
 Marien, Nehemias, 97
 Miller, William, 84
 Montano, 77, 124
 Monte Corvino, João de, 158
 Moody, Dwight L., 85, 135
 Mussolini, Benito, 43
Napoleão, 42, 204
 Nestório, 63, 92
 Niebuhr, Reinhold, 190, 239
 Niemöller, Martin, 237-240
 Nóbili, Roberto de, 145
Orígenes, 27, 78, 100-101, 216, 247

Ósio de Córdoba, 52

Owen, John, 30

Padilla, C. René, 182

Papias, 76-77

Patrício, 145, 151

Paulo III, 40

Paulo IV, 40

Paulo VI, 44, 45

Pio IV, 40

Pio IX, 42, 54

Pio VI, 41

Pio VII, 42

Pio XI, 43

Pio XII, 44

Platão, 98-102, 201

Policarpo de Esmirna, 27

Porfírio, 102, 181, 247

Ratzinger, Joseph, 23, 45

Rauschenbusch, Walter, 180

Rembrandt van Rijn, 112

Ricci, Mateus, 145, 159

Savonarola, Jerônimo, 80

Scofield, C. I., 84

Shaul, M. Richard, 181

Sheldon, Charles, 180

Sirício (papa), 36, 52

Spener, Philip Jacob, 160, 169

Spurgeon, Charles, 30

Steuernagel, Valdir, 182

Tennent, Gilbert, 127, 132

Teodósio, 63, 143, 202

Tertuliano de Cartago, 56, 61,
101, 124, 143, 216, 247

Tomás de Aquino, 188, 203

Tyndale, William, 72

Ulfilas, 69, 145

Urbano II, 218

Valdès, Pedro, 21, 68, 165

Villaigaignon, Nicholas Durand
de, 153

Vitor (papa), 35

Warfield, Benjamin, 30

Wesley, João, 133, 172

White, Ellen G., 84

Whitefield, George, 127, 133,
197

Wojtyla, Karol, 45, 225

Wyclif, John (João), 21, 29, 70,
73, 165-167, 172-173

**Zinzendorf, Nikolaus Ludwig
von**, 123, 160, 169-171, 173

Zuinglio, Ulrico, 53, 71, 120,
188, 228